

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano XXI

JULHO-SETEMBRO DE 1959

N.º 3

A REGIÃO DE SÃO LUÍS DO PARAITINGA (*Estudo de geografia humana* *)

PASQUALE PETRONE

I — A REGIÃO DE SÃO LUÍS DO PARAITINGA

A área que nos irá interessar, e onde se encontra a cidade de São Luís do Paraitinga, pertence à porção do território paulista comumente denominada de “Zona do Alto Paraíba”. É drenada pelos formadores dêste, o Paraitinga e o Paraibuna, e integra o conjunto de planaltos, serras e escarpas do Brasil tropical atlântico.

O setor que nos interessa, município de São Luís do Paraitinga e zonas limítrofes, abrange trecho do médio vale do Paraitinga, no planalto cristalino do reverso da serra do Mar, em parte alteado pela serra do Quebra-Cangalha. Os elementos altimétricos nos revelam uma superfície erguida a mais de 700 metros. O leito do Paraitinga encontra-se, na secção que nos interessa, entre 780 metros a montante, 20 quilômetros a nordeste de São Luís, e 745 metros a jusante, a cerca de 15 quilômetros da cidade. A praça principal de São Luís, próxima ao rio, está a 749 metros. Todavia, no conjunto, em uma superfície de aproximadamente 1 000 quilômetros, dominam as altitudes entre 800 e 900 metros, ocupando pouco mais ou menos $\frac{3}{4}$ do total. Com



Foto 1 — Obtida na estrada que de São Luís leva a Cunha, passando por Lagoinha. A fotografia acima oferece-nos um sugestivo aspecto de parte da região que nos interessa: no primeiro plano os elevados morros que dominam toda a área de São Luís, com altitudes de 900 ou mais metros, contrastando com o “mar de morros” do vale do Paraíba, no plano intermediário, entre 550 e 600 metros de altitude. Ao fundo, soberba a silhueta da serra do Mar (foto I. N. Takeda).

* Queremos deixar consignado aqui um agradecimento ao Prof. INÁCIO NOBUTAKA TAKEDA e ao Sr. FERNANDO FRASSEI que nos acompanharam nas excursões que efetuamos, auxiliando-nos em todos os trabalhos de campo.

cotas mais elevadas aparecem serras ou morros alteados até um máximo de 1 200 metros sôbre o nível do mar.

As cotas referidas escalonam-se, localmente, a partir do vale do Paraitinga, para noroeste e sudeste, e de modo geral, de noroeste elevam-se para sudeste, em direção à escarpa da serra do Mar. É possível, portanto, distinguir aí três níveis: em primeiro lugar o nível dos talwegues, o que nos é fornecido pelas linhas de drenagem; em segundo lugar, um nível em tôrno dos 900 metros, representado pelos topos dos morros com mais de 800 metros de altitude; finalmente, um nível superior a 1 100 metros, localmente representado pelas cristas mais elevadas.

Não nos cabe debater o problema da datação dêsses níveis e, para isso, remetemos os interessados aos que se preocuparam com o assunto, Como DE MARTONNE, RUI OSÓRIO DE FREITAS, FERNANDO DE ALMEIDA e outros¹. Lembramos apenas que êsses altos níveis, localmente atingindo mais de 1 200 metros a exemplo de cotas encontradas ao longo da estrada para Ubatuba, a pouco mais de 15 quilômetros de São Luís, foram esculpidos em rochas cristalinas, pré-cambrianas, em período relativamente antigo.

Em quaisquer dos casos os níveis em questão teriam sido esculpidos principalmente pela ação da água e particularmente em condições de clima bastante úmido. Em todos os casos, portanto, o modelado foi e é resultante de erosão normal. O trabalho da água, auxiliado poderosa-

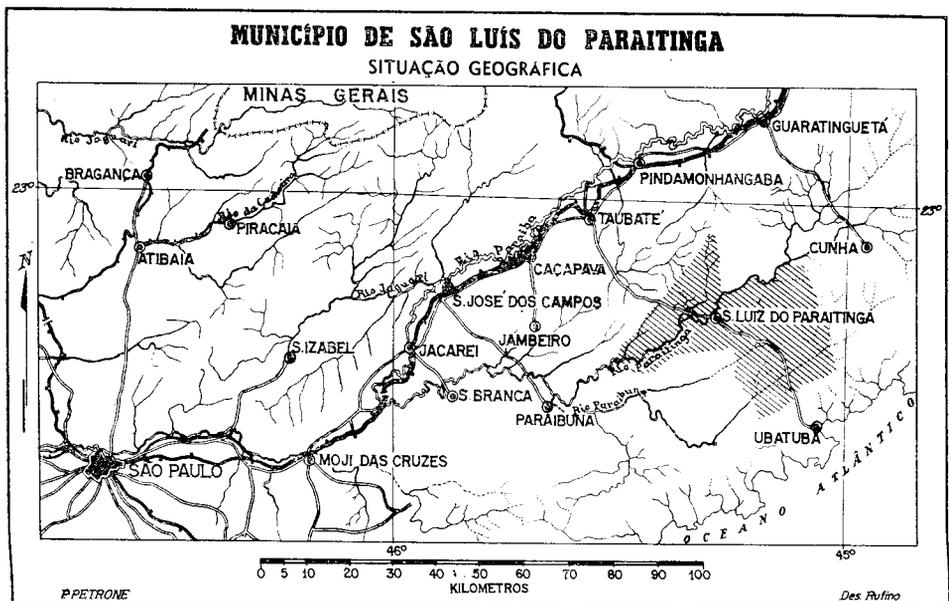


Fig. 1

¹ Leia-se MARTONNE, Emmanuel de — "Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico" — in *Revista Brasileira de Geografia*, ano V, outubro-dezembro de 1943, n.º 4 e ano VI, abril-junho de 1944, n.º 2;

— FREITAS, Rui Osório de — "Relevos policíclicos na tectônica do Escudo Brasileiro" — in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 7, março de 1951;

— ALMEIDA, Fernando F. M. de — "A propósito dos "Relevos policíclicos na tectônica do Escudo Brasileiro" — in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 9, outubro de 1951, p. 14.

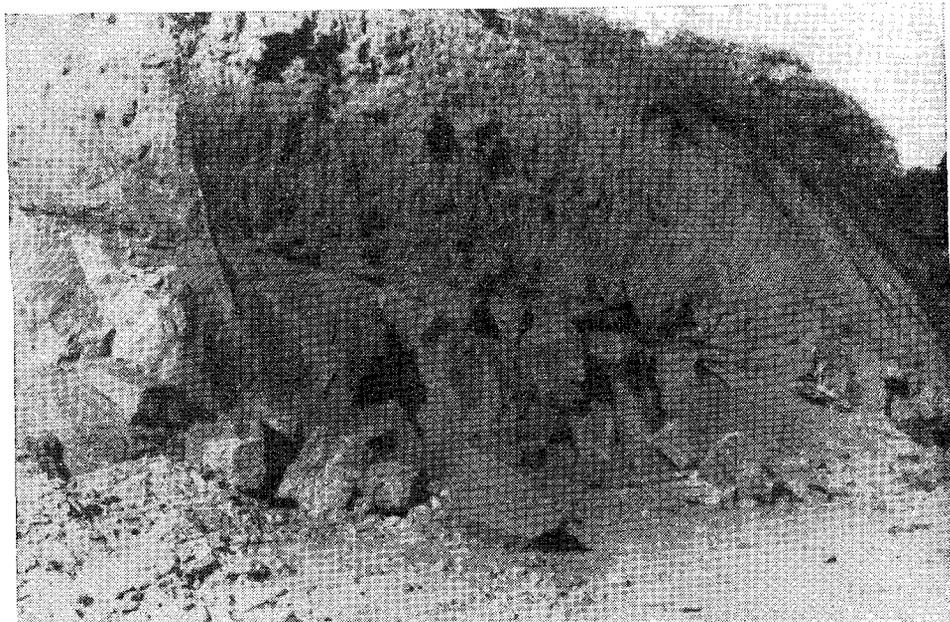


Foto 2 — Corte na estrada Taubaté-Redenção da Serra. O entalhe foi feito em rochas de uma bossa granítica, podendo ser percebido, com facilidade, o processo de decomposição em escamas. Nesse trecho o manto de decomposição não é muito profundo, não superando 2 metros (foto P. Petrone).

mente pela decomposição decorrente do intemperismo, fêz-se sentir sobre formações pré-cambrianas, cristalinas, heterogêneas não só pela presença de rochas diferentes, mas também pela textura variada com que algumas vêzes se nos apresentam.



Foto 3 — Pormenor da foto 2. Aqui é possível distinguir nitidamente as escamas do granito em decomposição (foto P. Petrone).

Na área em questão, dominam os gnaisses, interrompidos, vez ou outra, por granitos. Os gnaisses, freqüentemente de textura porfiróide, às vêzes granulados e ricos em quartzo, parecem resistir melhor à erosão, condicionando a presença das cristas ou topos mais elevados. Os granitos, de granulação fina, bastante claros, parecem aflorar como resultado de intrusões muito localizadas.

O relêvo é movimentado e freqüentemente acidentado. No conjunto dominado pelos níveis citados, a topografia é, na verdade, um caótico suceder de morros arredondados, vertentes muito inclinadas, vales labirínticos de

fundo pouco amplo, mas amplos. As áreas amorreadas, acima de 800 metros e abaixo de 1 000 metros, bem trabalhadas, sofrem intensa decomposição e forte desgaste por obra das águas superficiais. A decomposição se faz em profundidade relativamente grande. Em corte recente na estrada Taubaté-São Luís, junto ao bairro dos Fabianos, tivemos oportunidade de verificar a existência de um manto de decomposição com mais de 10 metros de espessura. Provavelmente existem mantos bem mais espessos. O fato só não é muito comum em virtude da rapidez com que êsses mantos são removidos pela erosão, rapidez que se tornou maior em seguida à destruição sistemática do revestimento florestal que aí existia e em consequência da ação do homem que, através da criação de bovinos, acelera o processo de remoção. Em muitos casos, no manto de decomposição, veios de quartzo na massa gnáissica também aparecem em adiantado estado de decomposição, originando uma arena avermelhada muito oxidada.

Nas áreas onde aflora o granito a decomposição se faz em escamas. Em cortes na estrada para Redenção da Serra, logo deixada a de São Luís-Taubaté, podem ser notados, na massa granítica decomposta, blocos sofrendo esfoliação esferoidal. O fato entretanto não é comum em virtude da ocorrência do granito não ser muito freqüente. Em alguns casos, a exemplo do que pode ser visto na mesma estrada de Redenção da Serra, o solo recobre verdadeiras chapas escamadas de granito, em graus diversos de decomposição, assentando sobre o pedestal de rocha viva. Vertentes com acentuada inclinação são às vêzes dessecadas de forma a originar profundas "boçorocas"²; sua origem parece ligar-se mais a uma intensificação recente do trabalho das águas superficiais e das águas de infiltração, em virtude principalmente do desflorestamento. Excelentes exemplos de "boçorocas" são as que podem ser observadas não muito longe de Redenção da Serra, nas proximidades do morro da Pedra Grande. Os matacões não são comuns, não só devido à pequena freqüência do granito como, também, em consequência da intensidade da decomposição em função da umidade e também do calor.

A orientação dos principais alinhamentos é grosseiramente sudoeste-nordeste, acompanhando, portanto, a orientação da serra do Mar e das principais linhas de drenagem. Essa é, também, a orientação geral dos gnaisses.

O modelado atual, resultante ao mesmo tempo do tipo de rocha dominante e da intensidade da erosão, sugere-nos, em alguns casos, e para alguns trechos, a presença de um relêvo do tipo apalacheano. O nível em tôrno dos 900 metros foi entalhado pelos cursos d'água de modo a originar vales normais onde é possível, entretanto, notar a presença de rupturas de declive nas meias-encostas superiores; parecem indicar, em períodos mais recentes, provavelmente fim do terciário e

² O processo de formação dessas "boçorocas" está ligado, mais provavelmente, à presença de espesso manto de decomposição. São, por isso mesmo, "boçorocas de solo".

REGIÃO
DO SÃO LUÍS
DO PARAITINGA

CARTA
TOPOGRÁFICA

-  740 a 800m
-  800 a 900m
-  900 a 1000m
-  1000 a 1100m
-  1100 a 1200m
-  1200 a 1300m
-  São Luiz

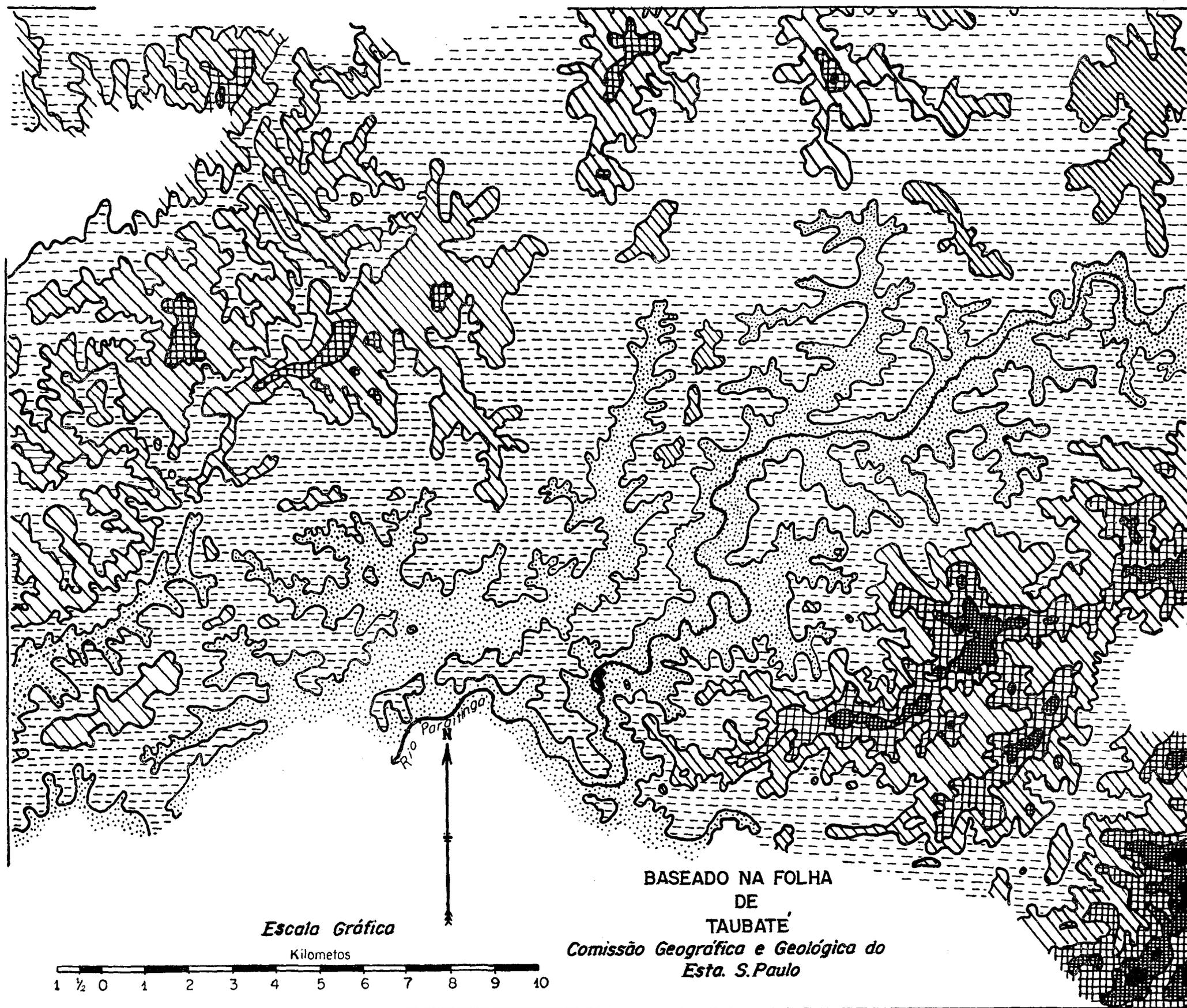




Foto 4 — Paisagem que se descortina da estrada entre Taubaté e Redenção da Serra. O ponto de observação está a mais de 900 metros de altitude: o amorreado do segundo plano está nivelado em torno de 800 metros. O fato mais sugestivo que a fotografia nos revela é a presença de inúmeras boçorocas dissecando os flancos das vertentes de um dos formadores do rio Una. Uma antiga estrada de tropas, com traçado em nível nos flancos desses morros foi completamente inutilizada pelos entalhes das boçorocas (foto P. Petrone).

início do quaternário, um ritmo mais intenso de erosão, com parcial encaixamento dos rios. Tal fato se justificaria por intensidade maior da erosão nos leitos dos rios do que nas vertentes, sem dúvida em função de um aprofundamento do nível de base da drenagem regional, provavelmente relacionado com os problemas da formação do *graben* do médio Paraíba e da bacia terciária de Taubaté. Tais rupturas de declive são o que mais nitidamente diferenciam o amorreado da região do “mar de morros” ou “meias-laranjas”, do médio vale do Paraíba. Formam ombros de erosão, nem sempre bem nítidos, mas que podem ser percebidos na paisagem, pois que algumas vezes foram aproveitados por caminhos e estradas, e outras vezes para a localização da casa rural. No vale do Paraitinga, para montante de São Luís, na antiga estrada para Cunha, percebe-se bem o parcial encaixamento do rio e o nível dos ombros de erosão. O caráter apalacheano do modelado transparece justamente porque os rios, no caso o Paraitinga em particular, nesse processo de entalhamento acabaram cortando gnaisses orientados transversalmente à sua direção.

Graças a esse fato os rios, não conseguindo, com a mesma rapidez, erodir essas rochas orientadas transversalmente, permitiram que se formassem em seus cursos rupturas de declive com o aparecimento de soleiras. Bastante significativo e ótimo exemplo é o que pode ser

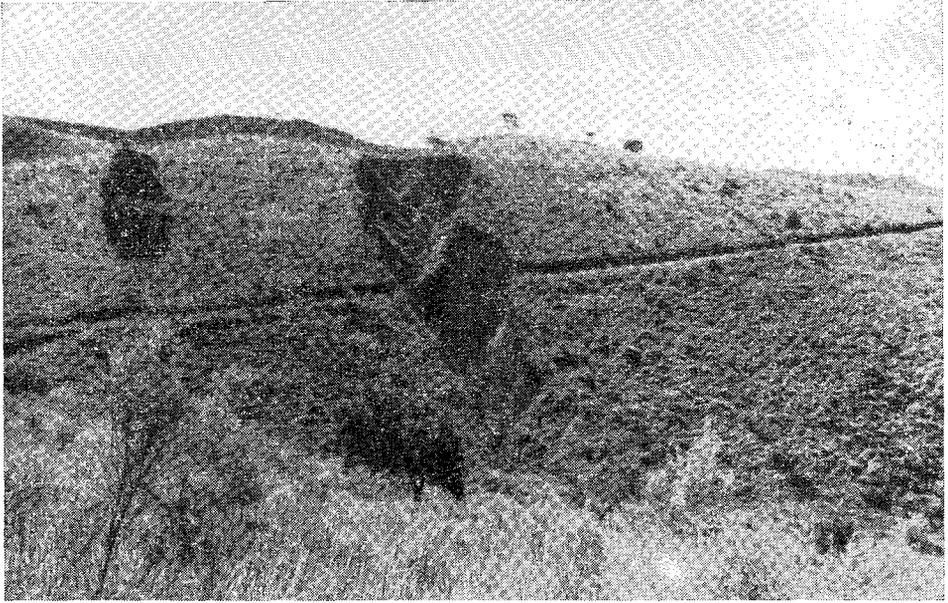


Foto 5 — A profunda boçoroca que aparece na foto é um expressivo pormenor dos aspectos verificados na anterior. Vê-se como a antiga estrada foi barrada pelo entalhe. Algumas dessas boçorocas são devidas à aceleração da erosão que, muitas vezes, foi ocasionada pelo próprio homem, como no caso da criação (foto I. N. Takeda).

verificado no rio Paraitinga, no bairro da Vargem dos Passarinhos, 1 quilômetro a jusante de São Luís. Nesse trecho a direção geral do rio é norte-sul e corta uma soleira de gnaisses escalonada em três afloramentos, com orientação OSO-ENE, praticamente leste-oeste. Significativa, também, é a quantidade de corredeiras e cachoeiras existentes na região, fato que transparece na toponímia, a exemplo dos bairros da Cachoeirinha, Cachoeira, Cachoeira dos Almeidas, Cachoeira dos Pintos, Cachoeira Grande e outros. Essas soleiras foram responsáveis por um aspecto comum dos vales, particularmente do Paraitinga, ou seja o estrangulamento que êsses vales, sofrem de espaço a espaço, dando margem ao aparecimento de verdadeiros alvéolos. Cada um desses alvéolos, uns mais, outros menos nitidamente, sofreu um processo de colmatagem em função do nível de base local representado pela soleira, dando origem a pequeninos planos aluviais com várzeas periodicamente inundáveis. Em área de topografia tão acidentada como a dessa região, um desses alvéolos tornou-se o sítio de São Luís, como veremos adiante. Por outro lado, as citadas várzeas, hoje mais enxutas, particularmente nos últimos lustros, em virtude da menor amplitude das cheias periódicas, constituíram e constituem porções privilegiadas para determinadas culturas.

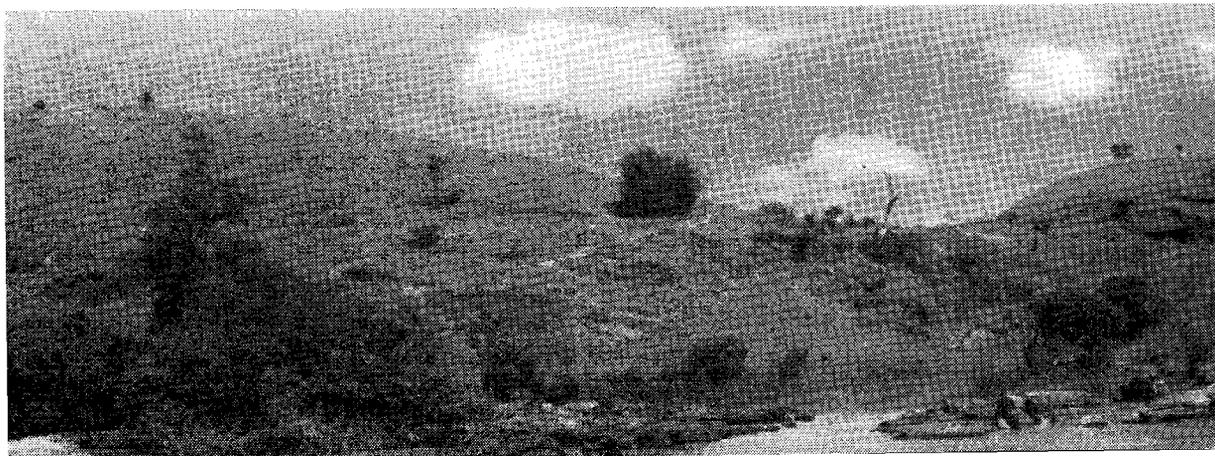
Atualmente as pequeninas planícies de nível de base local estão sendo por sua vez entalhadas. Como durante o processo de sua formação os rios meandram por elas, com a atual retomada da erosão, possivelmente decorrente de um processo de desbaste nas soleiras, delineam-se nos fundos dos vales entulhados, meandros encaixados.



Foto 6 — Aspecto da soleira situada a 1 quilômetro a jusante de São Luís, no rio Paraitinga. Estamos em janeiro e apesar das chuvas já caídas as águas não conseguiram encobri-la completamente. Esta soleira é a responsável pelo pequeno plano onde se desenvolveu a cidade de São Luís (foto I. N. Takeda).

Tais fatos podem ser observados tanto no Paraitinga quanto nos cursos d'água menores, em tôdas as partes da região considerada. Na área de Catuçaba, por exemplo, no vale do ribeirão do Chapéu, nota-se, sempre, a presença de antiga várzea aluvial, hoje em dia em processo de reentalhamento, com encaixamento do rio, às vêzes meandrado. O Paraitinga, a montante de São Luís, no bairro de Rio Acima, apresenta-se com trechos bastante meandrados; tivemos ocasião de ver um meandro típico, com pedúnculo muito estreito, de modo a não demorar muito a sua ruptura. As barrancas onde se encaixam tais meandros apresentam-se 2 a 3 metros sôbre o nível das águas nas cheias. Como seria de esperar, o aluvionamento primeiro, com as sucessivas cheias anuais, o reentalhamento em seguida, com início de encaixamento, em vales onde os rios chegaram a meandrar, condicionaram a presença, na atualidade, de terraços. Na maioria são baixos terraços, em alguns casos verdadeiras várzeas de inundação; aninham-se nos fundos de vales, aderem aos flancos dos morros, achegam-se ao longo dos rios, interrompidos raramente por pequeninas praias, mais freqüentemente por pestanas ou diques marginais. Em certos trechos do vale do Paraitinga êstes estão a 4-5 metros sôbre o rio, salientando-se ao lado dos terraços mais baixos e mais úmidos. No bairro de Rio Acima, ao longo do rio, êsses antigos diques podem ser fácilmente observados. Menos comuns, são os terraços resultantes de pequenos cones de dejeção que foram entalhados pelo Paraitinga. Alguns

Foto 7 — Soleira no rio Paraitinga, montante de São Luís, no bairro de Rio Acima. Essa e outras mais, são responsáveis pela formação de pequeninas planícies de nível de base local que, graças aos morros que as circundam em anfiteatro, justificam a existência dos numerosos "alvéolos" da região. Note-se o integral domínio das pastagens nos morros, até junto à margem do rio (foto I.N. Takeda).



exemplos aparecem ao sul do bairro da Vargem dos Passarinhos, ao longo da estrada para Ubatuba.

Os terraços, além de freqüentemente serem utilizados por algumas culturas, abrigam, muitas vêzes, o sítio da casa rural, ou então de outras dependências da propriedade.

Em síntese, a região de São Luís do Paraitinga se nos apresenta com relêvo acidentado, onde os contrastes altimétricos são acentuados, em zona de estrutura cristalina, sendo possível distinguir três grupos de formas: em primeiro lugar, 740 e 775 metros, os fundos de vales, particularmente do Paraitinga, com superfícies planas, onde surgem baixos terraços de várzeas alveolares parcialmente inundáveis; em segundo lugar, os morros com altitudes que raramente ultrapassam os 900 metros, ocupando a maior parte da área, arredondados uns, com topos tabuliformes outros, sempre com vertentes íngremes, interrompidas vez ou outra por ombros de erosão ou sulcadas, mais raramente, por "boçorocas" profundas; em terceiro lugar, mais localizadas, as áreas serranas com mais de 900 metros representando as maiores altitudes ao sul e sudoeste, em direção à cumeeira da escarpa da serra do Mar e, aquelas que a noroeste e ao norte separam as águas que vertem para o Paraíba daquelas que vertem para o Paraitinga.



Foto 8 — No processo de reentalhamento e reaprofundamento de seu leito, o rio Paraitinga escavou barrancas relativamente altas como a que se vê na foto; é preciso lembrar que o nível das águas está um pouco acima do normal, tendo em vista que o período das chuvas já havia tido início (janeiro de 1956) (foto I. N. Takeda).

II — O POVOAMENTO E A EVOLUÇÃO DA PAISAGEM

Situada à margem da grande via de comunicação, muito cedo aproveitada, orientada ao longo do vale do médio Paraíba, a região

de São Luís permaneceu, nos dois primeiros séculos após o início do povoamento em terras brasileiras, isolada quase completamente.

Embora sob o ponto de vista térmico a região não possa ser considerada muito quente — alguns chegam a considerá-la temperada³, pois as médias térmicas anuais raramente superam 18º centígrados — seu clima caracteriza-se pela elevada umidade relativa do ar e pela abundante precipitação. Não conseguimos dados relativos à umidade, contudo não é fora de propósito acreditar esteja freqüentemente próxima da saturação, particularmente ao sul e sudeste, nas vizinhanças da escarpa da serra do Mar⁴. A pluviosidade média anual aproxima-se dos 1 500 mm, superando muito essa cifra em direção à serra, à medida que caminhamos em direção a Ubatuba. O regime pluviométrico é do tipo tropical na maior parte da área em questão, caracterizando-se pela alternância de estações secas e chuvosas, aquelas marcando bem o inverno astronômico, estas bem pronunciadas no decorrer do verão astronômico. Para o sul e sudeste, nas zonas serranas do reverso da escarpa da serra do Mar, mais úmidas, atenua-se o período seco, passando, o inverno, a ser mais chuvoso, dando assim margem à transição para um regime de chuvas mais bem distribuídas no decorrer do ano. Embora não das mais nítidas, as condições climáticas da região levam a considerá-la tropical úmida, com temperaturas atenuadas pela altitude.

Em face dessas condições, toda a área considerada era recoberta por um denso manto vegetal com formações que integravam o conjunto da mata tropical atlântica, sem dúvida mais exuberante junto à cumeeira da serra do Mar ou aqui e ali, em grotões mais úmidos. Não parecem ter sido comuns os trechos libertos da floresta e, nesses casos, verdadeiramente excepcionais, releva notar apenas esporádicas e restritas manchas de campos naturais em áreas mais elevadas ao sul e sudoeste, na direção de Natividade da Serra e Bairro Alto⁵.

Os fatos apontados, mais o modelado acidentado, os vales labirínticos, estreitos, ou então colmatados com delgadas capas sedimentares freqüentemente inundadas ou periódicamente inundáveis, o amorreado muitas vezes marcado por vertentes íngremes, os cursos d'água interrompidos por corredeiras ou por quedas d'água, pouco, bem pouco favoreceram a penetração que, sem dúvida, tornar-se-ia bem mais difícil se porventura fôsse tentada a partir do litoral, dado o paredão da serra a ser vencido.

Condições naturais nem sempre favoráveis, situação marginal em relação à via natural do Paraíba, isolamento quanto ao litoral de Ubatuba, e mais o desconhecimento de quaisquer riquezas minerais ou melhores possibilidades para as culturas mais em voga, fizeram com

³ SETZER, José — *Contribuição para o Estudo do Clima do Estado de São Paulo* — Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1946.

⁴ As razões de tais características provavelmente são as mesmas que justificam as condições climáticas da serra do Cubatão e de seu reverso.

⁵ Não é improvável a possibilidade dos referidos campos não serem naturais, resultando de completa destruição pela ação sistemática do homem.

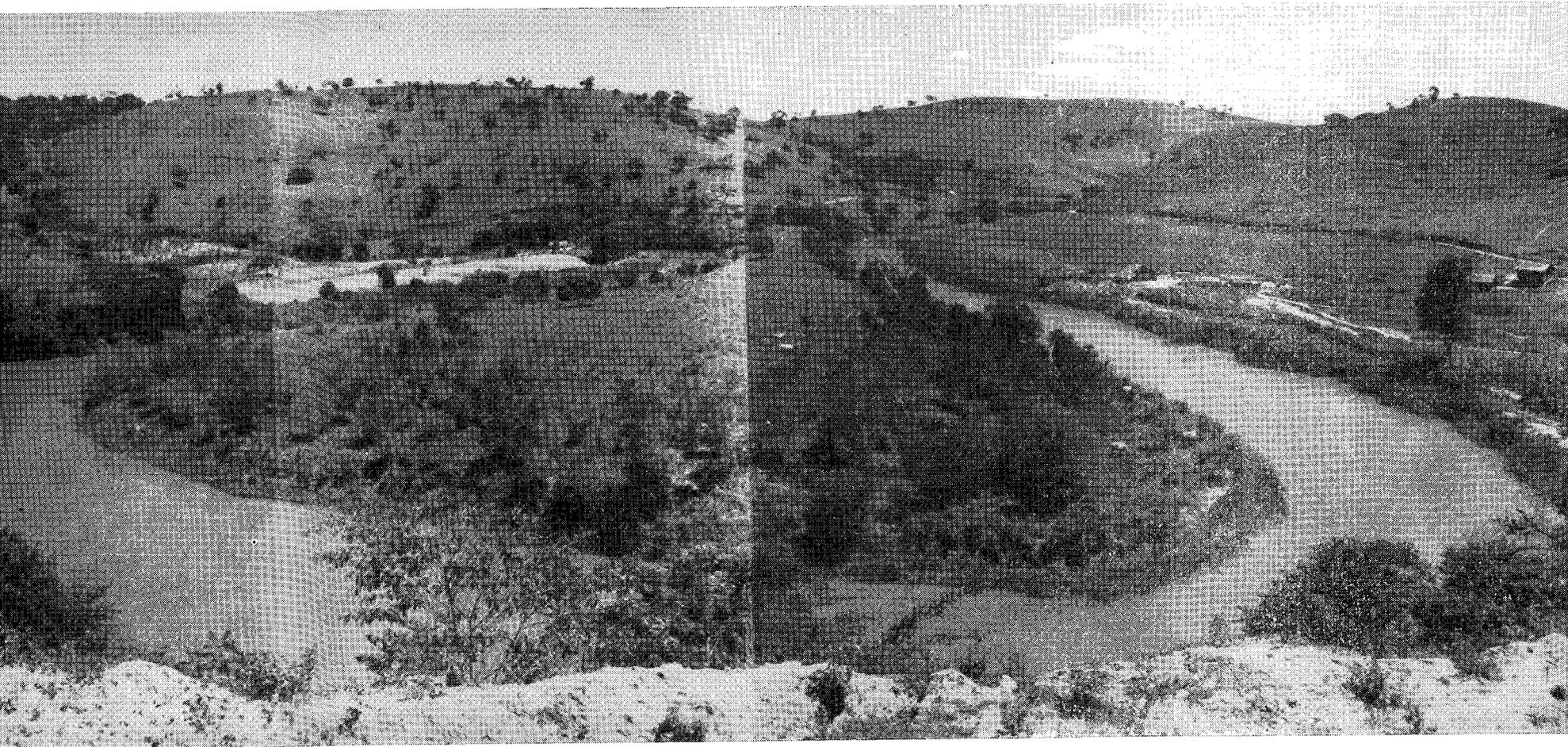


Foto 9 — Embora a região de São Luís seja muito acidentada, nela podemos, graças às soleiras que aparecem no leito do rio Paraitinga, encontrar modestas planícies de nível de base local, e até mesmo alguns meandros. O exemplo que nos mostra a fotografia é bastante sugestivo. Verifique-se como o lóbulo do meandro é muito largo, enquanto o seu pedúnculo já se encontra em véspera de ser entalhado pelo rio. A direita da fotografia uma olaria dá-nos idéia do caráter aluvional da pequenina planície aí existente. Planícies como essa hoje em dia já se encontram relativamente abrigadas das inundações (foto I. N. Takeda).



Foto 10 — O rio Paraitinga em alguns casos entalhou pequeninos cones de dejeção resultantes do trabalho, em vales seus afluentes, de enxurradas torrenciais. Nesses casos formam-se molestos planos marginais ao rio, em compartimentos, abrigados das inundações, muitas vezes aproveitados para a localização da casa ou de dependências da propriedade rural. O exemplo acima foi fotografado no bairro da Vargem dos Passarinhos (foto P. Petrone).

que o povoamento não se enraizasse na região nos séculos XVI, XVII e parte do XVIII.

Provavelmente foi a descoberta e exploração das jazidas auríferas de Minas Gerais que permitiu um início de reconhecimento da região, graças à sua utilização como via de passagem. Em fins do século XVII e início do século XVIII a região de São Luís foi sulcada por um caminho, cujo traçado se torna possível reconstituir grosseiramente, que de Taubaté, no vale do Paraíba, levava a Ubatuba, no litoral. Ouro oriundo de Minas Gerais e cunhado em Taubaté, descia a Ubatuba, donde embarcava para Portugal. É desse fato que se originou o atual bairro do Registro, nome significativo, situado no município de Taubaté, no caminho para São Luís⁶.

Já nessa época foram concedidas as primeiras sesmarias na região. Informa-nos AZEVEDO MARQUES que “as primeiras sesmarias concedidas nesta paragem foram a 5 de março de 1688 ao capitão MATEUS VIEIRA DA CUNHA e a JOÃO SOBRINHO DE MORAIS, que ao capitão-mor de Taubaté FILIPE CARNEIRO DE ALCAÇOUVA E SOUSA requereram, alegando que a queriam ir povoar”⁷. FÉLIX GUIARD FILHO julga que o caminho de Taubaté a Ubatuba, passando por São Luís do Paraitinga, teria sido aberto justamente após a concessão das citadas sesmarias⁸. Todavia,

⁶ GUIARD FILHO, Félix — *Ubatuba, achegas à história do litoral paulista* — vol. I — São Paulo, 1940, p. 252.

⁷ AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de — *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo* — Seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876, tomo II, Biblioteca Histórica Paulista, Livraria Martins Editora S/A, São Paulo, 1952, p. 140.

⁸ GUIARD FILHO, Félix — *Obra citada*, p. 20.

tudo parece indicar que a concessão de sesmarias não só influenciou pouquíssimo no condicionar o povoamento da região, como não foi a responsável pelo caminho. Este é mais uma decorrência do transporte do ouro que de qualquer outro fator.

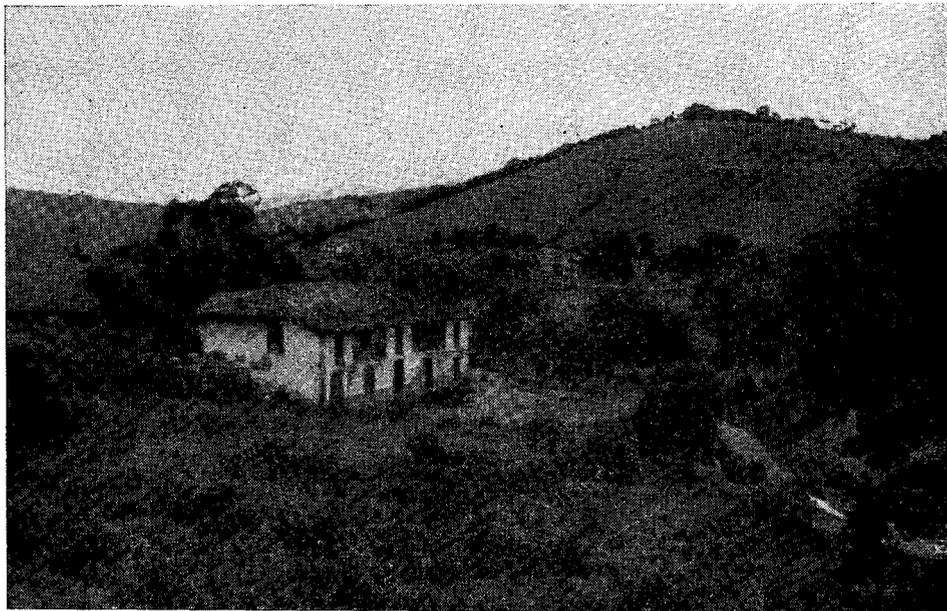


Foto 11 — A casa do capitão-mor de São Luís do Paraitinga. Excelente exemplo de sede de fazenda do passado. Situada muito próxima da cidade, está em decadência, e brevemente será objeto de cuidados por parte do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (foto I. N. Takeda).

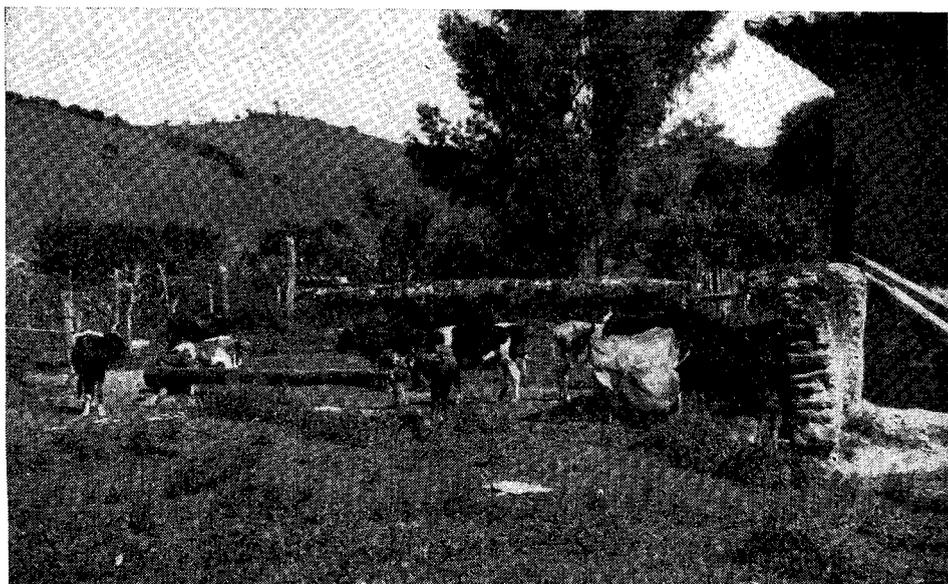


Foto 12 — O período de maior esplendor econômico de São Luís em parte coincidiu com os últimos decênios da fase escravagista. Em virtude desse fato, não são raros os resquícios dessa época na zona rural, a exemplo dos muros de um pátio de senzala que a fotografia nos mostra. Hoje, a propriedade, que foi cafeicultura, é pastoril. Fica situada no bairro de Rio Acima (foto P. Petrone).

A verdade é que os requerentes abandonaram as sesmarias que lhes foram concedidas, de modo que elas reverteram ao capitão-mor de Taubaté; por outro lado, acabaram tornando-se objeto de posse de moradores que nelas penetraram no decorrer da primeira metade do século XVIII. D.P. MÜLLER, cuja obra é inestimável fonte de informações, fala-nos das sesmarias concedidas em outros tempos e que, “abandonadas por seus proprietários, estão atualmente cultivadas por outros possuidores”⁹.

A ocupação das terras fêz-se, portanto, por intermédio de posseiros, muitos dos quais se tornaram proprietários em virtude do tempo decorrido. Prova da presença e importância desses posseiros está no seguinte: quando se tratou da criação da atual cidade de São Luís do Paraitinga, depois de nomeado o governador da nova povoação, no ano de 1769, foi, dois anos depois, em 18 de maio de 1771, emitida uma ordem segundo a qual os senhorios eram obrigados a comprar as benfeitorias dos que, estando arranchados em terras alheias, quisessem mudar-se para a nova povoação¹⁰. A ordem, que teve como objetivo principal incentivar o crescimento da povoação que se fundava, é bem ilustrativa, entretanto, no que concerne à presença de posseiros em terras alheias. Aliás, ainda hoje é comum encontrarmos nos arredores de São Luís ocupantes sem nenhum título das terras que utilizam e, freqüentemente, com documentos que deixam imprecisos os limites de propriedades.

De qualquer forma, pode-se afirmar que a região já se encontrava parcialmente povoada na primeira metade do século XVIII, tornando-se mais denso o povoamento no decorrer do último quartel do mesmo século. Essa primeira fase do povoamento da região, que se prolongou até os primeiros lustros do século XIX, caracterizou-se pela posse da terra através da agricultura e particularmente de uma policultura de subsistência. “Até que a lavoura cafeeira, tendo iniciado sua marcha triunfal pelo vale do Paraíba acima, no primeiro quartel do século XIX, alcançasse as terras vertentes do rio Paraitinga, a povoação fundada em 1769 viveu exclusivamente à custa da lavoura do milho e do feijão, principalmente — e de alguma pouca cana-de-açúcar, arroz e fumo”¹¹. Tudo leva a crer que a maior parte da lavoura satisfazia, antes de mais nada, as necessidades dos próprios agricultores, as de povoações vizinhas, São Luís principalmente, e raramente alimentava comércio com outras áreas, a não ser, de modo esporádico, Taubaté ou Ubatuba. A lavoura caracterizava-se, salvo nas aluviões, por ser do tipo de roças modestas: cada posseiro ou proprietário mantinha, junto à casa de pau-a-pique, pequenas culturas de feijão, milho e arroz para

⁹ MÜLLER, Marechal D. P. — *Ensaio de um quadro estatístico da provincia de São Paulo* — Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837, São Paulo, na tipografia de Costa Silveira, 1838 — Reedição literal, secção de obras do *Estado de São Paulo*, São Paulo, 1923, p. 44.

¹⁰ PINTO, Adolfo Augusto — *A Provincia de São Paulo*, 1888, p. 504.

¹¹ SCHMIDT, Carlos Borges — “A vida rural no Brasil — A área do Paraitinga, uma amostra representativa” — do *Boletim de Agricultura*, número único, 1949 — Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1951, p. 37.

sua alimentação, um ou mais porcos, quem sabe, cana para obter rapadura, e fumo. Técnicas e processos rudimentares em uma economia predominantemente de subsistência, portanto fechada. A utilização do solo só foi possível graças à derrubada de trechos da mata que recobria a região, auxiliada pelas queimadas. Os processos e técnicas, muito pobres, levaram a uma agricultura itinerante, a qual se tornou responsável, muito cedo, pela destruição de considerável parte do manto vegetal natural da região. Para êste fim contribuiu também a exploração da mata particularmente para a obtenção de lenha. Unida a Taubaté e menos intensamente a Ubatuba, por caminhos transitáveis por tropas, a área de São Luís como que se enclausurou em si mesma, aí cristalizando-se uma das zonas culturais caboclas do estado que, somente pelas influências decorrentes das atuais estradas, pôde começar a sofrer modificações. O quadro que nos foi fornecido por D. P. MÜLLER para 1836 pode ser tomado como exemplo da situação no fim do período em consideração. A região — “distrito” de São Luís — já possuía três fazendas de café, cuja produção orçava em 16 200 arrôbas. Foram as primeiras entre as propriedades cafeicultoras que iriam caracterizar a economia regional daí por diante. Ao lado das três fazendas de café existiam duas destilarias de aguardente, mas o que verdadeiramente marcava a fisionomia rural eram os “sítios aonde variadamente sempre plantam e criam”¹². Produzia-se 17 437 alqueires de milho, 740 alqueires de feijão, 360 alqueires de arroz, 150 arrôbas de fumo, 36 canadadas de aguardente¹³. O gado vacum praticamente não tinha importância, mas “criavam-se muitos porcos”¹⁴.



Foto 13 — Junto a um dos caminhos do bairro de São Pedro encontramos estas pedras de antigo moinho para farinha de milho. Lembrança de um tempo em que a produção agrícola justificava a existência de numerosas casas de farinha (foto P. Petrone).

¹² MÜLLER, Marechal D. P. — *Obra citada*, p. 130.

¹³ MÜLLER, Marechal D. P. — *Obra citada*, p. 124. Foram conservadas as unidades utilizadas pelo autor.

¹⁴ MÜLLER, Marechal D. P. — *Obra citada*, p. 44.

Não parece muito difícil reconstituir alguns elementos paisagísticos da época. A área acidentada, sulcada por poucos e tortuosos caminhos de tropas, subindo ou descendo morros, às vezes em ladeiras íngremes, apresentava-se recoberta de matas em todo o sul e sudeste, onde ainda dominavam as terras devolutas^{14a}. Mas também em todo o restante do território as matas, ora relativamente extensas, ora reduzidas a manchas, a capões de mato, ainda apareciam, salvas das queimadas, recobrando superfícies elevadas e acidentadas, protegendo cabeceiras ainda não solicitadas pela lavoura predatória, resguardando-se nas "noruegas" ensombreadas ou aninhando-se nos grotões úmidos¹⁵. Nos trechos devorados pelas chamas das queimadas, aqui e ali, erguiam-se as habitações rurais, aproveitando um pé-de-serra esta, uma meia encosta ensolarada aquela, um patamar junto a uma queda d'água, um dique enxuto ilhado em várzea inundável. Nas encostas, as roças de milho, às vezes o feijão associado; nas baixadas o arroz, mais freqüentemente a cana; outras vezes, raras, um pasto subindo o morro. Próximo à casa, junto ao ribeirão estaria a roda d'água: era a casa de farinha, ou então, poucos casos, era o engenho de aguardente. Em chiqueiro, e com maior freqüência soltos, alguns porcos. No tôpo de um morro, em uma curva do caminho, na encruzilhada pouco comum, erguia-se um cruzeiro, às vezes uma tósca capela; próxima a esta, quem sabe, já surgia a casa de negócio, a vendinha com seu terreiro onde se erguia o mastro de São João. O engenho, a capela, a encruzilhada, a vendinha, serviam de pontos de referência, contribuíram para delinear grupos de vizinhança, estabeleceram-se sistemas de relações, adquiriram contôrno os bairros que, até os nossos dias, praticamente se mantiveram os mesmos.

A partir do quarto decênio do século XIX teve início um novo período na evolução econômica da região de São Luís, com marcantes modificações introduzidas na paisagem. Dois produtos agrícolas novos foram os responsáveis por êsse período: o algodão e o café, notadamente êste último. De acôrdo com CARLOS BORGES SCHMIDT, sômente meio século após o quadro levantado por MÜLLER foi que a lavoura algodoeira chegou a se desenvolver bastante¹⁶.

De fato, em 1888 ADOLFO A. PINTO lembra que "a produção do algodão, que é tôda destinada à fábrica de tecidos Santo Antônio, no município, é avaliada, média anual, em 450 000 quilogramas"¹⁷. A cultura do algodão, ainda segundo SCHMIDT, foi conseqüência de um grande surto de produção verificado no Brasil, por ocasião da guerra de Secessão nos Estados Unidos¹⁸. A fábrica de tecidos Santo Antônio,

^{14a} MÜLLER, Marechal D. P. — *Obra citada*, p. 44.

¹⁵ "Noruega" é a denominação que, no Brasil de Sudeste, se dá às vertentes menos ensolaradas.

¹⁶ SCHMIDT, Carlos Borges — *A Vida Rural no Brasil*, p. 37.

¹⁷ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 505.

¹⁸ SCHMIDT, Carlos Borges — *A Vida Rural no Brasil*, p. 37.

a que se refere A. A. PINTO, foi uma das emprêsas pioneiras instaladas no Brasil. Movida por turbina d'água, foi instalada em 1880 e teve duração efêmera¹⁹. Apesar disso, seu papel na economia regional, enquanto existiu, parece não ter sido pequeno. GUIARD, em sua obra sobre Ubatuba, referindo-se às tropas que aí iam ter, lembra que, entre as tropas mais célebres era notória o tropa "branca", que mensalmente descia a serra do Mar, procedente da fábrica de tecidos do Chapéu, de São Luís, e levava cargas de fazendas aos negociantes ubatubenses: panos grossos, para roupas dos escravos²⁰. Hoje em dia, como reminiscência da fábrica de tecidos que ali funcionou, existe, ao sul de São Luís, distanciado menos de 10 quilômetros e numa variante antiga do caminho de Ubatuba, o bairro da Fábrica.

Se o algodão deu vida a um dos mais significativos episódios da evolução econômica dos arredores de São Luís, é o café, entretanto, que mais nitidamente marcou o período em foco. Já vimos que em 1836 a produção de café orçou em 16 200 arrôbas. Em 1854, juntamente com o atual território do município de Lagoinha, São Luís produziu 41 000 arrôbas de café, descendo a 30 000 em 1886²¹. Nessa mesma época A. A. PINTO estimou a exportação anual de café em 450 000 quilogramas²².

A história do café na região é, com raríssimas tonalidades de diferenciação, semelhante à de todo o vale do Paraíba. Cultura nova, tateante no início, termina por dominar, ou quase, em grande parte sobrepondo-se, como monocultura comercial, à policultura antes existente; dá margem a verdadeira euforia econômica, cria fazendeiros de posses, coronéis dos fins do Império e primeiros tempos da República, barões do Império, faz florescer sobrados nas cidades, casarões, suntuosas sedes nas fazendas; apossa-se das terras para, em seguida, deixar atrás de si as "itaocas" e os "oblivions", centros de áreas onde medra o Jeca, fatos tão bem retratados por MONTEIRO LOBATO em suas obras²³.

O período de maior esplendor para a cultura cafeeira em São Luís chega até 1918. Os cafêzais tornaram-se a mais importante cultura da região. Entretanto, como em quase todos os demais lugares do vale onde foi cultivado, técnicas rudimentares presidiram seu plantio. Em terras acidentadas como as da região, seria inevitável o

¹⁹ AGUIAR, Mário — "São Luís do Paraitinga (Usos e costumes)" — in *Revista do Arquivo Municipal*, ano XV, vol. CXXI, janeiro de 1949, São Paulo, p. 21.

²⁰ GUIARD, Félix — *Obra citada*, p. 10.

²¹ MILLIET, Sérgio — *Rotetiro do café e outros ensaios* — (3.ª edição revista e aumentada) — Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil — São Paulo, 1941, p. 42.

²² PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 505.

²³ Obras Completas de Monteiro Lobato — Brasiliense.

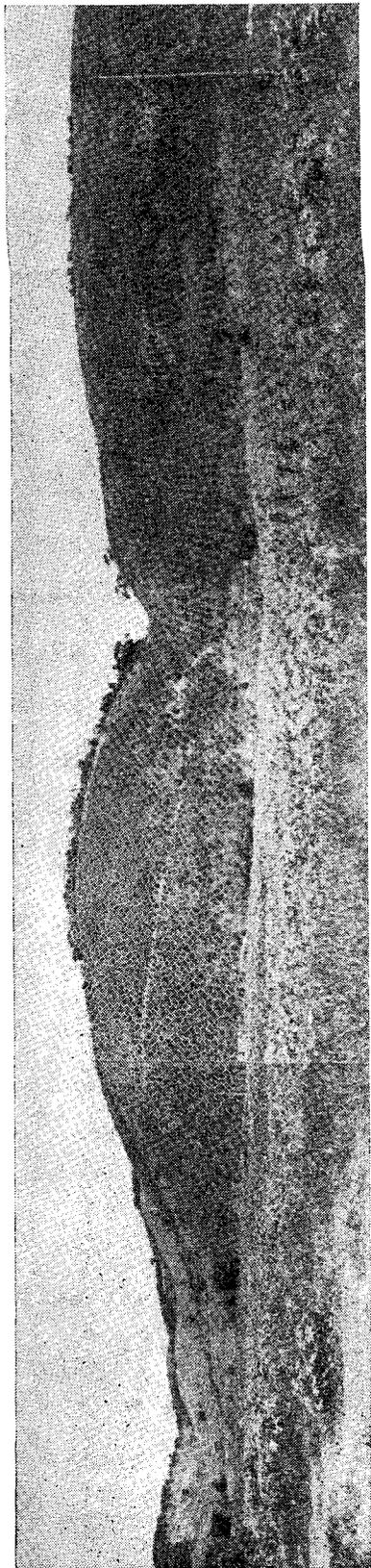


Foto 14 — Eloqüente testemunho de um passado agrícola de esplendor. O cafézal que a foto nos mostra, visível na estrada Tabaté-São Luís, falhado, em completa decadência, é bem um exemplo daqueles que cobriram consideráveis porções dos morros da região. O proprietário o mantém mais por originalidade que por qual-quer outra razão, pois seu rendimento é ridiculamente baixo. No primeiro plano um milharal muito maltratado (foto I. N. Takeda).

café ocupar vertentes relativamente inclinadas. Foram, porém, ocupadas essas e mais as verdadeiramente íngremes; o café escalou morros bastante elevados, aproveitou, sempre que possível, as vertentes enso-laradas, mas, com freqüência, cobriu também as “noruegas” úmidas e até grotões onde os raios solares raramente chegam. Os cafeeiros, como sempre, foram dispostos em alinhamentos de alto a baixo, nos morros, segundo a direção da declividade da vertente. Durante muito tempo o trabalho foi realizado por escravos²⁴, mas foram poucos os imigrantes que vieram, como em outras partes, substituí-los quando de sua libertação.

O solo não tardou a se esgotar, sem que nenhuma providência fôsse tomada sequer para sua proteção, muito menos para sua restauração. Acidentado, tornou-se prêsia facilíma da erosão que, em certos trechos, chegou a removê-lo por completo. Os rendimentos baixaram continuamente, as crises econômicas sucederam-se, até que, em 1918, a grande geada que afetou profundamente tôda a cafeicultura paulista²⁵, veio contribuir em definitivo para a decadência da lavoura cafeeira em São Luís. MARCELO PIZA fornece-nos elementos que esclarecem bem o fato. Entre 1912 e 1922 foi a seguinte a situação do café na região (município de São Luís):

²⁴ No decorrer do século XIX o município de São Luís destacou-se, no vale do Paraitinga, como um dos maiores centros de escravos negros.

²⁵ SCHMIDT, Carlos Borges — *A Vida Rural no Brasil*, p. 38.

Produção de café no município de São Luís

<i>Anos</i>	<i>Cafeeiros</i>	<i>Produção</i> (arrôbas)	<i>Média</i> (arrôbas) por 100 pés
1912-13	1 652 400	28 140	17,0
1913-14	1 652 400	27 900	16,6
1914-15	1 652 400	36 900	22,3
1915-16	1 652 400	26 320	15,9
1916-17	1 652 400	35 400	21,9
1917-18	1 652 400	24 000	14,5
1918-19	1 652 400	22 000	13,3
1919-20	498 000	12 200	14,4
1920-21	498 000	13 600	27,3
1921-22	498 000	15 000	30,1 ²⁹

A queda do ano agrícola 1918-19, para 1919-20, foi brutal. Em um ano foram abandonados cerca de 1 200 000 pés de café, representando aproximadamente $\frac{3}{4}$ do total²⁷. A decadência prossegue mais aceleradamente nos anos posteriores e gradativamente outros cafêzais irão sendo abandonados ou destruídos, até que a grande crise econômica de 1929 encerre, agora definitivamente, a fase de São Luís como município cafeicultor. No ano agrícola 1931-32 a produção do município foi de 32 624 arrôbas²⁸. Em 1934-35, com 200 000 pés, menos da metade do que possuía em 1921-22, a produção baixou para 4 000 arrôbas, sendo o rendimento, nesse e nos quatro anos agrícolas anteriores, de 22 arrôbas por mil pés²⁹. A impressão que os cafêzais nos dão, na época, é de quase completo abandono. O fato transparece nas cifras seguintes:

Cafeeiros existentes no município de São Luís

<i>Anos</i>	<i>Novos</i>	<i>Eliminados</i>	<i>Produzindo</i>
1936	—	—	132 450
1937	—	—	132 450
1938	—	—	132 450
1939	2 550	—	135 000
1940	—	—	135 000
1941	—	—	135 000
1942	—	—	135 000
1943	—	—	135 000
1944	—	—	135 000
1945	—	110 000	25 000
1946	—	—	25 000 ³⁰

²⁹ PIZA, Marcelo — *Os municípios do estado de São Paulo — Informações interessantes* — Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Serviço de Publicações, São Paulo, 1924, p. 247.

²⁷ É interessante notar que o município de São Luís viu sua derrocada cafeeira retardar-se em relação ao conjunto do médio vale do Paraíba.

²⁸ SEIXAS QUEIRÓS, VITORINO e ARANTES, JÚNIOR, Lourenço — *Os municípios do estado de São Paulo — Informações interessantes* — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1933, p. 421.

²⁹ QUEIRÓS TELES, J. e TESTA, J. — *Lavoura de São Paulo — Municípios do Estado*, Imprensa Paulista Ltda., São Paulo, s.d., p. 444.

³⁰ Quadro elaborado na base das informações da Superintendência dos Serviços do Café — *Anuário Estatístico* — anos de 1946, 1947, 1948 — Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Brasil.

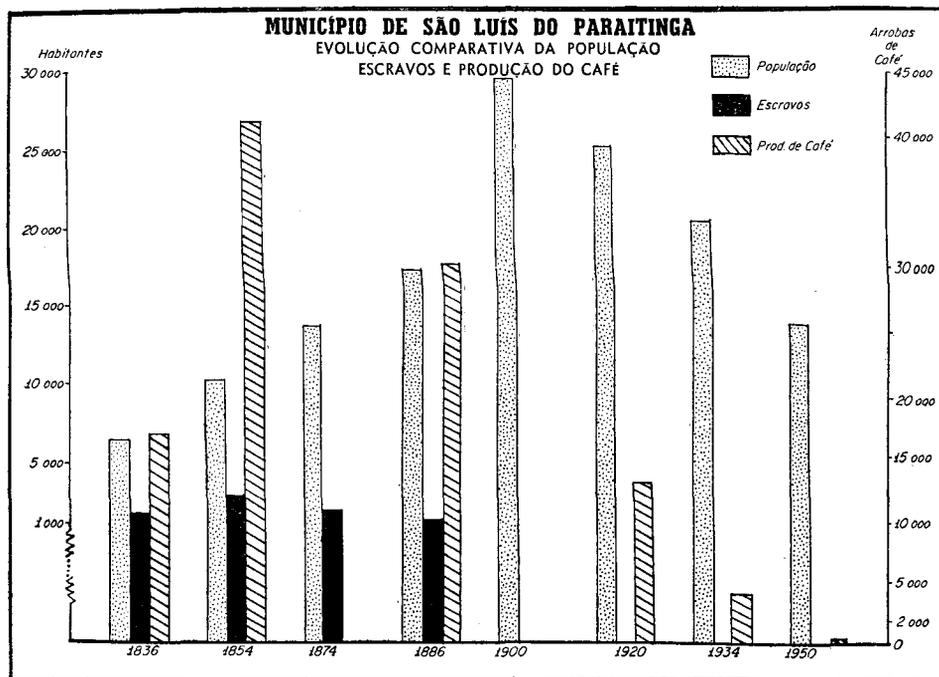


Fig. 3

Hoje em dia o papel do café na economia regional é irrisório.

Em sua passagem o café modificou radicalmente os aspectos paisagísticos regionais, deixando marcas cujos vestígios, com muita facilidade, podem ser observados hoje em dia. Antes de mais nada a própria cultura. Alinhando-se nas encostas mais ou menos íngremes substituiu algumas vezes culturas anuais, como o milho, ou eliminou capoeiras, indícios do caráter itinerante da antiga lavoura branca ^{30a}. Mas o fato mais importante é que o café acelerou a destruição das matas, em busca de solos mais ricos. ADOLFO AUGUSTO PINTO, em 1888, após chamar a atenção para o aspecto montanhoso do município e para a existência de capoeiras, nota os “insignificantes e raros trechos de matas virgens, que escaparam ao nosso destruidor sistema de lavoura” ³¹. Já bem mais tarde, em obra publicada em 1921, PAUL WALLE anota a escassez de florestas no município ³². O fato é que os cafêzais removeram grande parte da mata e, quando abandonados, deixaram em seu lugar as capoeiras que passaram a dominar a superfície do município. Uma só área não vê seu manto florestal completamente destruído nessa época; é a vizinha ao município de Ubatuba, em zona mais montanhosa e mais úmida. Do resto, com maior ou menor intensidade, o café tudo destruiu.

É relativamente fácil verificar a extensão da cultura e, por conseguinte, suas naturais conseqüências. No bairro dos Fabianos, limites com o município de Taubaté, houve café até 1930 aproximada-

^{30a} “Lavoura branca” — Culturas predominantemente anuais principalmente para o consumo.

³¹ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 503.

³² WALLE, Paul — *Au Pays de L'Or Rouge — L'État de São Paulo (Brésil). Ses ressources, ses progrès, son avenir — Étude générale économique et descriptive* — Augustin Challamel, Éditeur, Paris, 1921, p. 392.

mente; no bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo, 15 quilômetros a jusante de São Luís, foi a geada de 1918 a responsável pelo abandono do café; ali, ainda hoje podem ser encontrados cafeeiros esparsos em um ou outro pasto. No bairro de São Pedro, próximo a Catuçaba, houve café até o início deste século. Mesmo nos arredores de Catuçaba, e ao longo do ribeirão do Chapéu, o café dominou nas "soalheiras" e, em certos casos, atingiu topos de morros e mesmo encostas úmidas, conforme tivemos ocasião de verificar; também aí foi abandonado no início do século atual.

Também no bairro do Rio Acima e nos vales do Turvo e do Caetanos o café dominou, chegando próximo a São Luís, envolvendo-a mesmo, recobrando os morros que circundam a cidade.

A riqueza decorrente da lavoura cafeeira motivou, naturalmente, o aparecimento de ricas sedes de fazendas e, de sobrados em São Luís. A humilde e tósca casa de pau-a-pique do agricultor que quase sempre apenas se preocupava em produzir o necessário para a sua subsistência, foi substituída, nas propriedades cafeeicultoras, por sedes amplas, de um ou dois pavimentos, com numerosas dependências. É bastante percorrer algumas das estradas do município para ver, hoje em dia, muitas dessas sedes, testemunhos de um passado mais rico. Próximo a São Luís, ou nas estradas de Taubaté ou Ubatuba, elas são numerosas e características. Bom exemplo é a sede da fazenda Boa Vista, no bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo. Datando de 1862, ela é ampla, construída de taipa, com dois enormes salões e uma dezena de outras dependências (foto 34).

As instalações mais complexas de uma fazenda de café vieram substituir o chiqueirinho, o paiol e, algumas vezes, a engenhoca. Surgiu o terreiro, freqüentemente de grandes proporções, espelhando o vulto da colheita anual. Não era raro, junto a êle, a presença da senzala, fato normal, dado que o maior esplendor da lavoura cafeeira se verificou ainda no período escravagista. Surgiram depósitos, instalações para beneficiamento do produto, telheiros para carros e cercados para animais que, principalmente em tropas, transportavam o produto para Ubatuba. Não são poucos os casos em que os terreiros ainda podem ser observados, geralmente em frente ou ao lado da sede, no sopé de um morro, em pequeno patamar, ou então no terreno terraplanado e escorado por muros de arrimo.

Os pormenores da paisagem passaram a se revelar em aspectos novos. Na encosta o cafêzal, alinhado, às vezes dando a impressão de que só com dificuldades conseguiu sustentar-se nas declividades fortes; em patamar, no sopé da encosta, não longe do ribeirão, totalmente enclausurada por muros de taipa, em área quadrática ou retangular, a sede, rodeada pelo terreiro escorado por um muro de arrimo de pedras; a senzala, com alicerces de pedra e paredes de taipa, um pomar; fora dos muros, as roças de cereais para o consumo, além do pasto. São fatos que podem ser reconstituídos com os elementos visíveis

atualmente. Nos pastos que hoje em dia cobrem a maior parte da superfície é comum reconhecerem-se as marcas alinhadas deixadas pelas plantas que desapareceram³³.

A partir do segundo decênio do século XX, ao mesmo tempo em que definhava a lavoura cafeeira, a região passou a conhecer uma terceira fase na sua evolução econômica. "Praticamente extinta a lavoura cafeeira, a agricultura da região voltou ao que era antes. Retomou-se, como exploração de primeira plana, o cultivo do milho e do feijão e, em posição secundária, o da cana-de-açúcar, o do fumo e o do arroz. Como exploração pecuária, apenas o porco representa certo valor econômico. Em pequena escala criavam-se cavalos, burros, e gado bovino, principalmente como animais de trabalho"³⁴. Como vemos, era um típico conjunto de economia caipira.

Na verdade esta não pode ser considerada fase tão bem caracterizada como o foram as duas anteriores; ela é, isto sim, uma transição entre o período cafeeiro e o período atual dominado pela criação, conforme veremos.

Nesta fase, em que a região retornou à policultura, verificou-se antes de mais nada, uma subdivisão de propriedades; poucas fazendas se mantiveram com a superfície que possuíam. Por herança e não raro em virtude da decadência do café, elas fragmentaram-se, originando propriedades menores. Para melhor avaliarmos a profundidade do fenômeno, comparemos a divisão da propriedade em 1920 com a de 1934. Em 1920 eram 268 as propriedades, assim distribuídas:

Menos de 41 hectares	101 propriedades ³⁵
De 41 a 100 hectares	99 "
De 101 a 200 "	43 "
De 201 a 400 "	13 "
De 401 a 1 000 "	12 "
TOTAL	268 "

Em 1934 a divisão já era a seguinte, em um total de 1 240 propriedades:

Menos de 24,2 hectares	862 propriedades
De 24,3 até 60,5 hectares	215 "
De 60,6 " 121 "	100 "
De 122 " 242 "	45 "
De 243 " 605 "	11 "
De 606 " 1 210 "	6 "
De mais de 2 420 hectares	1 propriedade
TOTAL	1 240 propriedades ³⁶

³³ Na fazenda Logradouro, 1 quilômetro a montante de São Luís, no caminho para Cunha, observamos trechos de muros de pedra que cercaram terreiro e senzala. Os restos dos alicerces desta última ainda ali se encontram. A fazenda Boa Vista, no bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo, guarda ainda muito do aspecto do passado.

³⁴ SCHMIDT, Carlos Borges — *A Vida Rural no Brasil* — Obra citada, p. 38.

³⁵ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — Diretoria Geral de Estatística — *Recenseamento do Brasil, realizado em 1.º de maio de 1920*, vol. IV (1.ª parte), População, Rio de Janeiro, 1926.

³⁶ QUEIRÓS TELES, J. e TESTA, J. — *Obra citada*, p. 444.

Em primeiro lugar, chama a atenção o extraordinário aumento do número de propriedades, que em 14 anos, passou de 268 para 1 240. Esse aumento em parte foi conseqüência da ocupação de novas terras, não aproveitadas anteriormente, mas foi, também, decorrência da fragmentação das propriedades preexistentes. Bastante significativo é o fato de que em 1934 eram 862 as propriedades com menos de 24 hectares, quando em 1920 somente 101 possuíam menos de 41 hectares. O retalhamento das propriedades é evidente.

É interessante correlacionar o processo de fragmentação com aspectos da lavoura do café. Em 1920, em um total de 268 propriedades, apenas 32, ou seja 11,9%, produziam café, elevando-se a produção a 134,5 toneladas; em 1934, em um total de 1 240 propriedades, 54 representando 4,3% do total, eram cafeicultoras, produzindo cerca de 4 000 arrôbas. Das 54 propriedades cafeicultoras de 1934, 52 possuíam cerca de 5 000 pés cada. Está claro que houve fragmentação, paralelamente à diminuição da importância da lavoura cafeeira. Nessas propriedades, em média sempre menores, passou a dominar a policultura.

Principais produtos agrícolas de São Luís em 1920

<i>Produtos</i>	<i>Número de estabelecimentos produtores</i>	<i>%</i>	<i>Área cultivada (hectares)</i>	<i>Produção</i>
Arroz	106	39,5	34	61,5 ton.
Milho	228	85,0	1 445	3 180,1 "
Feijão	221	82,3	341	408,9 "
Batata inglesa	5	1,8	1	7,2 "
Mandioca	4	1,4	1	18,8 "
Algodão	4	1,4	8	7,6 "
Cana-de-açúcar ...	14	5,2	524	20 979,0 "
Fumo	13	4,8	22	13,4 "
Café	32	11,9	509	134,5 " ³⁷

A área total cultivada, em 1920, eleva-se a 2 543 hectares, sendo a área total das propriedades de 26 080 hectares; portanto, apenas 9,8% da área total das propriedades era cultivada. Como se vê, o índice de utilização do solo era baixíssimo. Os cereais representavam 58,2% da área cultivada; as plantas industriais 21,8% enquanto que o café, com suas lavouras decadentes, ainda ocupava 20% do total. Em 1934, os mesmos produtos acima discriminados apresentaram-se com a seguinte produção:

<i>Arroz</i>	14 300 sacas de 60 quilo:	<i>Milho</i>	82 000 sacas de 60 quilo:
<i>Feijão</i>	42 200 " " " "	<i>Batata</i>	8 875 " " " "
<i>Fumo</i>	10 950 " " " "	<i>Café</i>	1 000 " " " "

³⁷ Recenseamento de 1920.

³⁸ QUEIRÓS TELES, J. e TESTA, J. — *Obra citada*, p. 445.

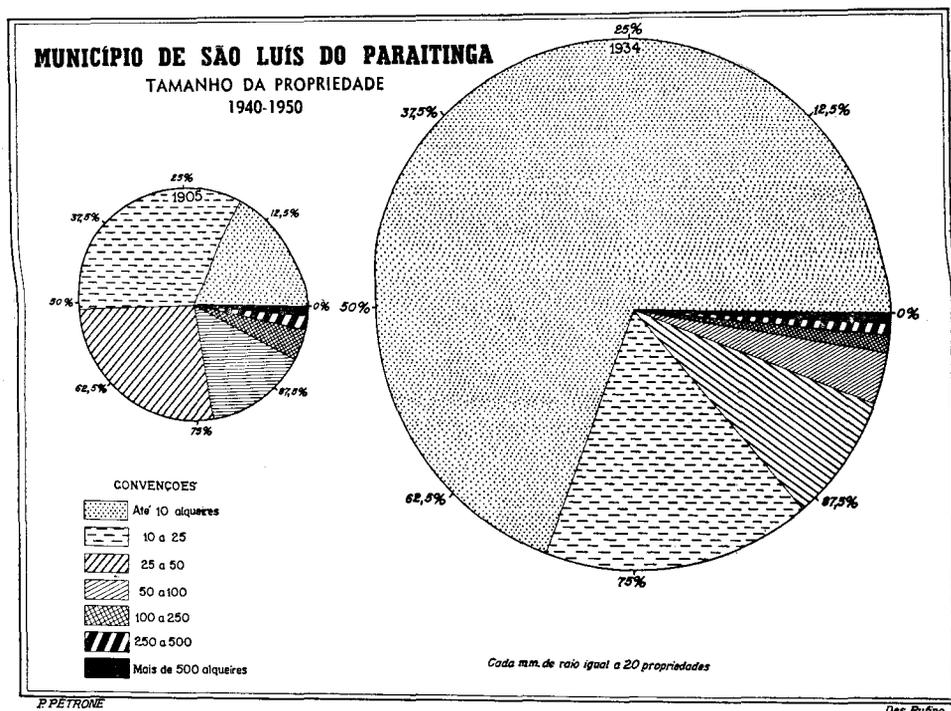


Fig. 4

O algodão desapareceu completamente. Hoje já não mais existem vestígios de sua cultura, que no passado mereceu especial realce. A cana cultivada, além de alimentar engenhos de aguardente, permitia a produção de 730 000 quilos de rapadura. 5 500 foi o total de sacas de farinha de mandioca produzida.

Além das culturas citadas, merece referência à parte a fruticultura que, na época, chegou a ter alguma importância. As principais culturas eram as seguintes:

Abacate	56 000 pés	—	121 000 caixas
Manga	53 800 "	—	82 000 "
Pêra	22 400 "	—	35 000 "
Laranja	1 000 "	—	1 750 "
Banana	300 000 touceiras	—	600 000 cachos ³⁹

Verifica-se, nos quatorze anos decorridos desde 1920, maior diversificação da lavoura, apesar do desaparecimento do algodão e decadência do café e, talvez, por isso mesmo.

A maior parte da lavoura era destinada ao consumo. Uma parte, porém, era de caráter comercial e, algumas lavouras salientaram-se no conjunto do estado; assim é que o município de São Luís era, em 1934, o 2.º produtor de abacates e mangas, o 8.º de feijão e o 9.º de pêras. Por outro lado, possuindo 44 engenhos, só era superado por três outros municípios⁴⁰.

³⁹ QUEIRÓS TELES, J. e TESTA, J. — *Obra citada*, p. 445.

⁴⁰ PISANI, Salvatore — *Lo Stato di San Paolo nel Cinquantenario de l'Imigrazione* — São Paulo, 1937, p. 929.

As atividades agro-industriais, limitadas particularmente a casas de farinha e à fabricação de aguardente e rapadura⁴¹, alimentavam, contudo, animado comércio de natureza regional. A importância que a rapadura teve no mercado urbano de São Luís na década de 1920 a 1930 é significativa. Nessa época a rapadura era um dos principais produtos expostos a venda nesse local de transações.

No período de que estamos tratando, a criação ainda não tinha o vulto da atualidade. Em 1920 o município de São Luís possuía 3 975 bovinos, 1 698 eqüinos, 1 152 asininos e muares, 689 ovinos, 1 103 caprinos e 10 761 suínos⁴². A principal finalidade da criação era a obtenção de banha, pouco leite (23 800 litros em 1920), pouco queijo e manteiga, alguma carne e, particularmente, animais de sela, para carros e para tropas que ainda constituíam o principal meio de transporte da produção regional.

Em 1934, com 12 000 alqueires em pastos e campos, no município de São Luís existiam os seguintes animais: 3 000 vacas, 1 800 bezerros, 1 290 bois de custeio, 190 touros, 260 éguas de custeio, 114 garanhões, 41 jumentos, 900 muares, 650 caprinos, 370 ovelhas, 10 400 porcos e 11 000 leitões⁴³.

Verifica-se como os animais de trabalho são ainda muito numerosos, enquanto que a criação de gado leiteiro sofreu discreto desenvolvimento. Na época há mesmo exportação de animais, o que constituía não descúrável fonte de renda para os criadores⁴⁴. Todavia, o setor que mais ressalta é o da criação de suínos. A banha era, como a rapadura, um dos principais produtos objetos de comércio no mercado de São Luís.

Paralelamente à modificação nas formas de utilização do solo, verifica-se, nesse terceiro período da evolução econômica de São Luís, gradativa transformação no que se refere ao tipo de responsável pela propriedade. Agora aparecem com maior freqüência os arrendatários, além dos administradores, que já eram relativamente comuns. Em 1920, em um total de 268 propriedades, apenas 11 estavam em mãos de arrendatários. Entretanto, com o passar do tempo irão se tornando mais comuns, até chegar à situação hodierna, em que essa é uma das formas mais encontradas de aproveitamento do solo.

As técnicas que caracterizavam a lavoura nessa época continuavam a ser as mais rudimentares. O preparo do solo para o cultivo baseava-se principalmente nas queimadas; a enxada era o único instrumento, utilizado por todos. É interessante notar que o recenseamento de 1920 registrou em todo o município de São Luís uma única propriedade possuidora de um arado e de uma grade⁴⁵.

Nos anos que se seguiram a situação não se modificou. O resultado foi que, continuando a retirar do solo tudo quanto podia, com métodos e técnicas quase primitivos, nada dando em troca, o homem contribuiu

⁴¹ PIZA, Marcelo — *Obra citada*, p. 447 e PISANI, Salvatore — *Obra citada*, p. 929.

⁴² *Recenseamento de 1920*.

⁴³ QUEIRÓS TELES, J. e TESTA, J. — *Obra citada*, p. 445.

⁴⁴ PISANI, Salvatore — *Obra citada*, p. 928.

⁴⁵ *Recenseamento de 1920*.

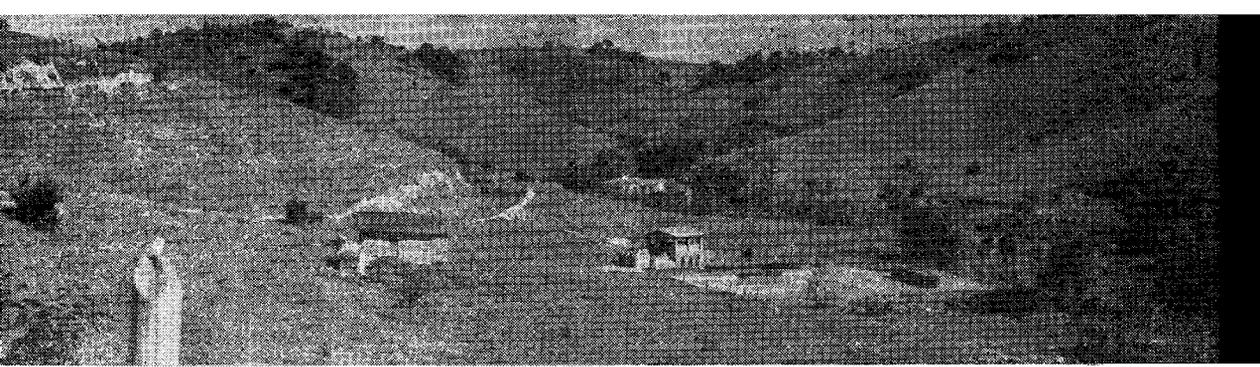


Foto 15 — As olarias da região de São Luis são pobres e não muito numerosas. Para isso contribuem dois fatos: a inexistência de um mercado consumidor importante e a dificuldade de encontrar áreas com argila suficiente para alimentar uma atividade ininterrupta durante algum tempo (foto I. N. Takeda).

para empobrecê-lo demasiadamente, criando para si próprio, e para toda a região, problemas que na atualidade são de difícil solução. CARLOS BORGES SCHMIDT, conhecedor profundo dessa área dá-nos a seguinte síntese sobre o mesmo problema no bairro dos Carros, município de Taubaté, muito próximo de São Luís: “As encostas inclinadas, anos após anos carpidas e queimadas, desprovidas de vegetação que pudesse pôr um obstáculo à ação erosante das chuvas, foram-se desfazendo da sua parte mais vital. O limitado da superfície de cada uma das propriedades não permite maior complacência com o seu aproveitamento pelo agricultor e, entra ano e sai ano, os sítios são cultivados quanto possam ser”⁴⁶. São observações que bem podem ser aplicadas para toda a região luisense.

As matas continuaram a ser derrubadas. Pouco atrás lembramos que em 1921 PAUL WALLE já afirmava que no município eram poucas as florestas⁴⁷. Talvez exagerasse um pouco. O recenseamento de 1920 fornece-nos a êsse respeito alguns dados elucidativos. Todo o município possuía uma superfície de 80 500 hectares, enquanto que os 268 estabelecimentos rurais recenseados totalizavam apenas 26 080 hectares, ou seja 32,4% do total. Depreende-se, daí, que a maior parte do município não estava ainda aproveitada, provavelmente porque constituída ainda por grande porcentagem de terras devolutas. Estas, em parte considerável estariam recobertas por florestas mais ou menos devassadas. Por outro lado, é preciso esclarecer que 51,6% da superfície das propriedades recenseadas, ou seja 13 454 hectares, compreendiam áreas em matas⁴⁸. Possivelmente aí foram compreendidos muitos capoeirões e matas secundárias. Entretanto, mesmo considerando êsse fato, tudo parece indicar que o município ainda se revestia de manto florestal não descurável. Caso contrário não seriam possíveis anúncios como êste: “Na fazenda Boa Vista dêste município, vendem-se excelentes madeiras para caibros, barrotes, postes, ripas, etc., bem como taquaras para confecção de jacás e outros utensílios. No “Sertão” da mesma fazenda, além dos materiais acima mencionados, vende-se também madeira de

⁴⁶ SCHMIDT, Carlos Borges — “Aspectos da vida agrícola no vale do Paraíba” — Separata da *Revista de Sociologia*, vol. V, n.º 1, março de 1943, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1943, p. 37.

⁴⁷ WALLE, Paul — *Obra citada*, p. 392.

⁴⁸ *Recenseamento de 1920*.

lei para construções”⁴⁹. Interessante é que, paradoxalmente, a fazenda Boa Vista ainda hoje possui algumas reservas de matas.

A presença de matas, particularmente nas zonas mais serranas, não significa que não se processasse sua destruição. Por isso julgamos também um pouco exagerado afirmar, como o fizeram QUEIRÓS TELES e J. TESTA em 1935, que “possui o município quantidade apreciável de matas”⁵⁰. Aproximadamente na mesma época SEIXAS QUEIRÓS e ARANTES JÚNIOR afirmavam que existiam no município cerca de 50 000 alqueires em matas virgens⁵¹. A discrepância evidente com as cifras de 1920 devem ser consequência do aumento da área municipal.

Entre 1934 e os nossos dias o município sofreu novas transformações que, entretanto, pela sua importância nas atuais paisagens rurais, e nas urbanas merecem ser tratadas separadamente.

III — A POPULAÇÃO DE SÃO LUÍS DO PARAITINGA : SUAS CARACTERÍSTICAS

No ano de 1950, por ocasião do VI recenseamento geral do Brasil⁵², o município de São Luís contava com uma população de 14 547 habitantes. No referido ano a área municipal somava 1 098 quilômetros

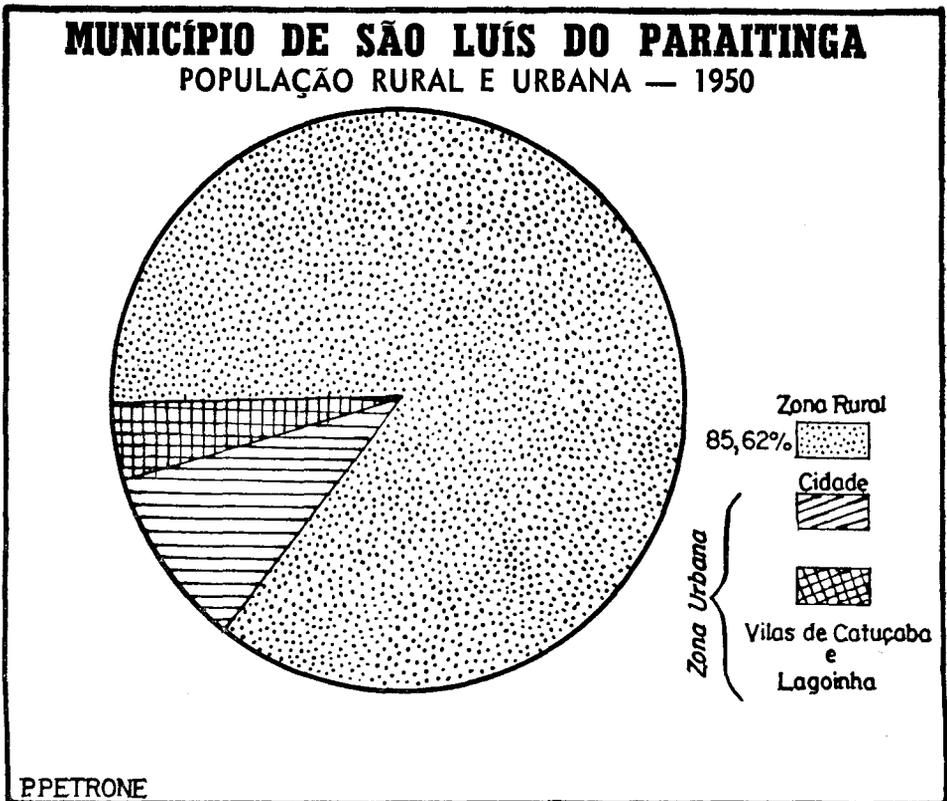


Fig. 5

⁴⁹ O Porvir, ano I, n.º 35, 26 de outubro de 1916, p. 4.

⁵⁰ QUEIRÓS TELES, J. e TESTA, J. — *Obra citada*, p. 445.

⁵¹ SEIXAS QUEIRÓS, Vitorino e ARANTES JÚNIOR, Lourenço — *Obra citada*, p. 420.

⁵² VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950 — Estado de São Paulo — Censo Demográfico — Volume XXV, tomo I, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1954.

quadrados; daí uma densidade média de 13,2 habitantes por quilômetro quadrado⁵³. Densidade baixa, sem dúvida, desde que comparada à de municípios do vale do Paraíba, ou à densidade média do conjunto do estado de São Paulo.

Segundo os três distritos que compunham o município, essa população distribuía-se da seguinte forma:

São Luís do Paraitinga	7 727 habitantes
Catuçaba	2 477 "
Lagoinha	4 343 "
TOTAL	14 547 " ⁵⁴

No distrito de São Luís, 1 395 era o total da população da cidade, encontrando-se, na área rural, 6 332 habitantes. Em Catuçaba e Lagoinha a população rural era proporcionalmente maior, conforme o quadro abaixo:

Distrito	População da sede	População rural	% da população rural no total	População total
São Luís do Paraitinga	1 395	6 332	81,94	7 727
Catuçaba	198	2 279	92,00	2 477
Lagoinha	498	3 845	88,53	4 343
MUNICÍPIO	2 091	12 456	85,62	14 547

Depreende-se do quadro em questão que o município de São Luís é tipicamente rural, pois foram irrisórias as modificações de 1950 para cá. Mais de 85% da população vivem na zona rural, e, no distrito de Catuçaba a porcentagem sobe a 92% do total. É necessário lembrar que essas porcentagens devem ser consideradas inferiores à realidade, pois Catuçaba é praticamente um aglomerado rural e, em São Luís (principalmente subúrbios) e Lagoinha, há um número respeitável de pessoas que se dedicam a atividades rurais.

A distribuição da população rural pela área do município é irregular. De modo geral, há um adensamento em torno dos núcleos urbanos, como São Luís e Lagoinha, e junto a núcleos rurais, como Catuçaba, ou então Santa Cruz do Rio Abaixo. As zonas limítrofes com os municípios de Taubaté e Redenção da Serra, oeste, noroeste e mesmo parte norte do município, são mais densamente povoadas que o sul, sudeste e leste, áreas que confrontam com os municípios de Ubatuba e Cunha.

Em qualquer parte do município a população rural se dispõe ao longo dos vales fluviais, fato para o qual teremos novamente nossa atenção despertada quando estudarmos o *habitat* rural. É que no amorreado da região os vales nortearam as principais vias de penetração e condicionaram a formação da rede de estradas e caminhos. A

⁵³ IBGE — Conselho Nacional de Estatística — *Sinopse Estatística do Município de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo*, Rio de Janeiro, 1948.

⁵⁴ IBGE — Conselho Nacional de Estatística — *Censo Demográfico — 1950 — Estado de São Paulo — Seleção dos principais dados — Rio de Janeiro, 1953.*

população rural, portanto, além de adensar-se ao longo dos vales, tem sua distribuição condicionada pela presença das estradas e caminhos. A carta que apresentamos procura ilustrar o fato.

Da população total existente em 1950, 7 374 habitantes eram do sexo masculino e 7 173 do feminino⁵⁵. Pequena superioridade numérica do sexo masculino, como vemos. O fato é sugestivo e presta-se a considerações interessantes, pois, conforme veremos, a região de São Luís tem sofrido a continuação a sofrer uma sangria sistemática em sua população, em virtude de ser área de emigração. O normal seria, em área de emigração como essa, a presença de maior número de pessoas do sexo feminino. Não pudemos obter melhores elementos para tentar explicar o aparente paradoxo. Todavia, há um fato que talvez possa nos auxiliar. Na cidade de São Luís, e na então vila de Lagoinha⁵⁶, a população feminina era mais numerosa, enquanto que na zona rural e em Catuçaba predominava a população masculina:

População segundo o sexo

	Total	Homens	Mulheres
São Luís do Paraitinga ...	14 547	7 374	7 173
Cidade de São Luís	1 395	662	733
Vila de Catuçaba	198	104	94
Vila de Lagoinha	498	234	264
Quadro rural	12 456	6 374	6 082 ⁵⁷

A presença, em zona urbana, de maior número de pessoas do sexo feminino, talvez se deva ao fato de, nesses casos, mais que nas zonas rurais, emigrarem os homens em maior número. É mais fácil compreender a emigração de toda a família na zona rural, dado que a saída apenas dos homens nem sempre permite que os que permanecem, mulheres principalmente, dêem conta do serviço. Por outro lado, há que considerar a presença na região de população proveniente de Minas Gerais, que domina na área rural. Com os mineiros houve na região parcial substituição da população rural, com a resultante de um *deficit* populacional. Os mineiros, com certeza, contribuíram, como imigrantes que foram, para que diminuísse a proporção de mulheres no conjunto da população. Além disso, trazendo consigo a disseminação da pecuária leiteira, conforme veremos, fizeram com que as atividades agrícolas ficassem sempre mais limitadas aos homens, fato que, sem dúvida, também justifica que, quando emigre, o luisense leve consigo toda a família. É possível, entretanto, que outras sejam as causas do paradoxo apontado^{57a}.

⁵⁵ VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

⁵⁶ O então distrito de Lagoinha foi recentemente elevado à categoria de município. Entretanto, como a área desse novo município em nada difere daquela do município de São Luís, nós a englobamos nas considerações que fazemos sobre a região em estudo.

⁵⁷ IBGE — Conselho Nacional de Estatística — VI Recenseamento Geral do Brasil — Censo Demográfico (1.º de julho de 1950) — Estado de São Paulo — Seleção dos principais dados — Rio de Janeiro, 1953.

^{57a} É provável que a emigração de domésticas também constitua elemento explicativo.

O município de São Luís do Paraitinga é um dos exemplos, não muito numerosos dentro do estado de São Paulo, de circunscrições com população praticamente nacional em sua totalidade. Em 1950 a população assim se distribuía quanto à nacionalidade:

Município de São Luís

	Totais	Brasileiros natos	Brasileiros naturalizados	Estran- geiros	Outros
Homens	7 374	7 355	2	16	1
Mulheres	7 173	7 166	—	5	2
TOTAIS ...	14 547	14 521	2	21	3 ⁵⁸

Tal situação se justifica plenamente. Enquanto município cafeeiro, relativamente próspero, São Luís encontrou no escravo negro a mão-de-obra de que necessitava. Após a abolição da escravatura, não atraiu o imigrante estrangeiro, em virtude da concorrência das terras novas do estado e devido à decadência de sua lavoura. Os imigrantes que recebeu de 1930 para cá são nacionais, porque mineiros na sua quase totalidade. Esse é um dos aspectos que dão a São Luís certa originalidade dentro do estado. É um dos elementos que justificam a inclusão de São Luís na área cultural caipira do estado, explicando porque a população luisense conserva muitos traços culturais, tanto sociais quanto materiais e espirituais, que lembram outros tempos.

No município de São Luís predomina a população branca; os negros representam aproximadamente 9% do total. Infelizmente o censo de 1950 não distingue os mulatos, anotando apenas os amarelos e pardos. De qualquer forma, percebe-se na população do município, certa homogeneidade étnica; a não ser os negros que no século passado foram introduzidos na região, tudo contribuiu para que essa homogeneidade se mantivesse, particularmente o êxodo que se tem processado neste século. Os mineiros não acarretaram mudanças substanciais sob esse aspecto. Tal homogeneidade se manifesta também quanto à religião. Em 1950, 99,6% da população declarou-se de religião católica apostólica romana. Os pouquíssimos restantes declararam-se protestantes, 4; espíritas, 8; ortodoxo, 1; sem religião, 3; 38 não fizeram declaração de religião⁵⁹.

A religiosidade da população luisense transparece no elevado número de capelas existentes na zona rural, nos cruzeiros que às vezes aparecem junto à estrada, nos dias santos em grande número, que os agricultores guardam, em festas tradicionais, algumas ainda celebradas com regularidade, no elevado número de fiéis que nos domingos ou dias santos assistem à missa, nas freqüentes quermesses orientadas pela Igreja, até no carnaval, que praticamente não existe por determinação do vigário de São Luís.

⁵⁸ VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

⁵⁹ VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

Essa população que guarda tantas características próprias, de um pitoresco muito original em alguns de seus hábitos, que tem atraído a atenção de folcloristas e outros estudiosos das coisas da terra luisense, possui, entretanto, baixo índice de instrução. Em 1950 a situação a esse respeito era a seguinte:

Município de São Luís

	Totais	Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever	
			%		%
Homens	6 294	1 828	29,2	4 456	70,8
Mulheres	6 026	1 304	22,0	4 703	78,0
TOTAIS	12 320	3 132	25,7	9 159	74,3 ⁶⁰

O índice de analfabetismo é verdadeiramente elevado, e esse fato talvez justifique alguns dos traços de parte da população, particularmente rural, quais sejam a credulidade e a superstição. A grande maioria dos alfabetizados, com 10 ou mais anos de idade, apenas concluiu o curso de grau elementar; pouquíssimos, 37 apenas, concluíram curso de grau médio e somente 7 têm diploma de curso superior ⁶¹. Nos últimos anos tem sido possível notar uma melhoria ligeira nessa situação, em virtude do fato de alguns luisenses estudarem em cursos de grau secundário em Taubaté e, mesmo, em São Paulo. Mas são poucos, e além disso são elementos que acabarão por contribuir para um êxodo mais intenso da população ^{61a}.

A evolução da população do município de São Luís é bem um índice das fases econômicas, mais ou menos prósperas, que caracterizaram a região. Do ano de 1836, quando tivemos o censo de MÜLLER, até os nossos dias, a população evoluiu da seguinte maneira:

Ano	População	Números índices
1836	6 296	100
1854	10 393	165
1874	13 894	220
1886	17 368	279
1900	29 535	469
1920	25 166	399
1934	20 367	323
1940	11 127 *	—
1950	14 547	231 ⁶²

* Sem o município de Lagoinha.

⁶⁰ VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

⁶¹ VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

^{61a} Tal fato se verifica porque os elementos que, tendo concluído o curso secundário, ingressam em uma escola superior, dificilmente retornam ao núcleo nativo para nele exercerem sua profissão.

⁶² A esse respeito veja-se CAMARGO, José Francisco de — *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos* — (Ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia) 3 volumes — Universidade de São Paulo — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, *Boletim* n.º 153, Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, n.º 1, São Paulo, 1952; FREITAS, Afonso A. de — *Geografia do Estado de São Paulo* — Edição ilustrada com 3 mapas — Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1906, p. 91; WALLE, Paul — *Obra*

O quadro, bastante expressivo, mostra-nos como a população subiu constantemente a partir de 1836, atingindo o máximo em 1900, quando começou a decrescer, fenômeno que perdura em nossos dias. Todo o período de 1836 a 1900, coincide com a fase econômica mais brilhante na história da região. Particularmente rápido crescimento da população nos últimos lustros do século XIX, foi decorrência da riqueza cafeeira. O fato pode ser comprovado pela presença, na população luisense, conforme vimos, de importante contingente de escravos, índice de desenvolvimento da lavoura. Em 1836 os escravos somavam já 1 458; em 1854 atingem o maior número, com 2 392. Na segunda metade do século o efetivo escravo decaiu lentamente, atingindo 2 089 indivíduos

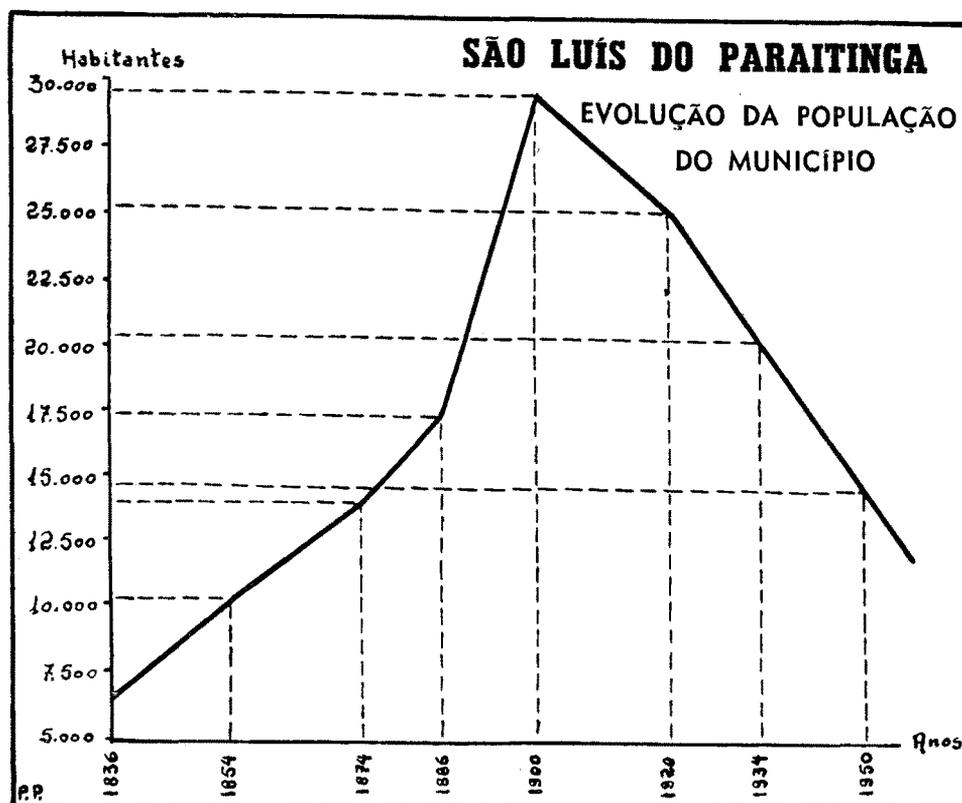


Fig. 6

em 1874 e caindo para 1 123 em 1886, pouco antes da abolição. É interessante notar que somente nesse período São Luís conseguiu atrair alguns imigrantes estrangeiros, pois o café ainda era fator convidativo. De fato, em 1886 na região se encontravam 255 estrangeiros, número que em seguida não chegou mais a ser atingido. O maior contingente era representado por italianos e portugueses. Em 1920 os estrangeiros

citada, p. 392; PISANI, Salvatore — *Obra citada*, p. 928; PINTO, A. A. — *Obra citada*, p. 505; *Recenseamento do Brasil*, realizado em 1.º de setembro de 1920; Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — Diretoria Geral de Estatística — *Anuário Estatístico do Brasil*, ano I (1908-1912), volume I, Território e População — Volume II, Economia e Finanças, Tipografia da Estatística, Rio de Janeiro. 1916 e 1917; MÜLLER, Marechal D. P. — *Obra citada*, p. 135; MILLIET, Sérgio — *Obra citada*, p. 41.

somavam apenas 36; em 1940 reduzem-se a 12. De qualquer forma, já o dissemos, os estrangeiros têm na região importância insignificante. De 1900 aos nossos dias a população decresceu em ritmo acelerado, conforme atestam os números índices. Evidentemente êsse decréscimo foi, em primeira fase, conseqüência da decadência da lavoura cafeeira e de toda a economia regional; em uma segunda fase, decorrência, conforme veremos, do desenvolvimento da pecuária leiteira. Em ambas as fases o resultado foi um só, a sangria da população da região em favor de cidades do vale do Paraíba — a exemplo de Taubaté — da cidade de São Paulo e mesmo das novas zonas agrícolas do estado. A emigração foi, portanto, a principal responsável direta, pelo decréscimo da população. Mesmo porque anualmente se verifica, no município de São Luís, um saldo de aproximadamente 400 habitantes, considerados apenas os nascimentos e óbitos registrados. No conjunto, São Luís é excelente exemplo de zona “velha” do estado de São Paulo, pelas características atuais de sua população e pela sua evolução demográfica ^{62a}.

IV — AS PRINCIPAIS ATIVIDADES RURAIS

Na conformidade do recenseamento de 1950, os 10 241 habitantes do município de São Luís, com 10 anos e mais de idade, dedicavam-se às seguintes atividades:

<i>Atividades</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
Agricultura, pecuária e silvicultura	3 957	141
Indústrias extrativas	18	—
Indústrias de transformação	92	3
Comércio de mercadorias	120	4
Comércio de imóveis, crédito, etc.	5	—
Prestação de serviços	58	92
Transportes, comunicações e armazenagem	22	2
Profissões liberais	3	—
Atividades sociais	17	15
Administração pública, justiça	42	—
Defesa nacional e segurança pública	11	—
Atividades domésticas e escolares	202	4 368
Condições inativas	686	354 ⁶³

Pelo quadro acima fica claro que a esmagadora maioria da população do município se dedica a atividades rurais. Aliás, o fato é tradicional, conforme já foi visto. Entre as atividades rurais sobressai a criação, com objetivo mais comercial, enquanto a agricultura tem importância mais regional.

^{62a} É preciso frisar que, com a ressalva apontada, a área considerada permaneceu a mesma em todo o período estudado.

⁶³ VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950.

A — Os imigrantes mineiros e a criação de gado

A criação é a atividade mais importante na economia da região e a que, na atualidade, mais nitidamente transparece nos aspectos paisagísticos.

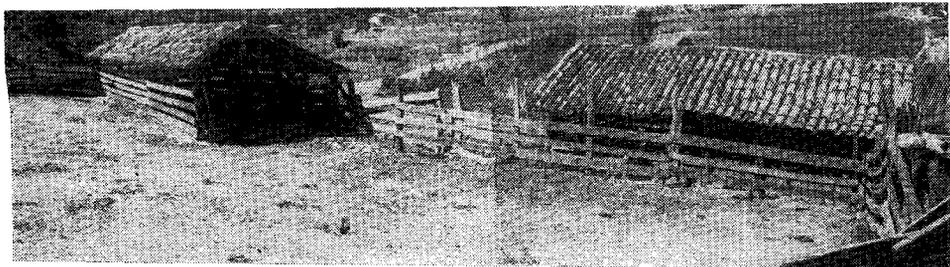


Foto 16 — Quase todas as propriedades de criação da área de São Luís possuem instalações pobres não só quanto ao aspecto, mas também quanto ao número. A fotografia nos dá idéia dos telheiros de uma fazenda do bairro do Chapéu, nos quais é efetuada a ordenha das vacas (foto I. N. Takeda).

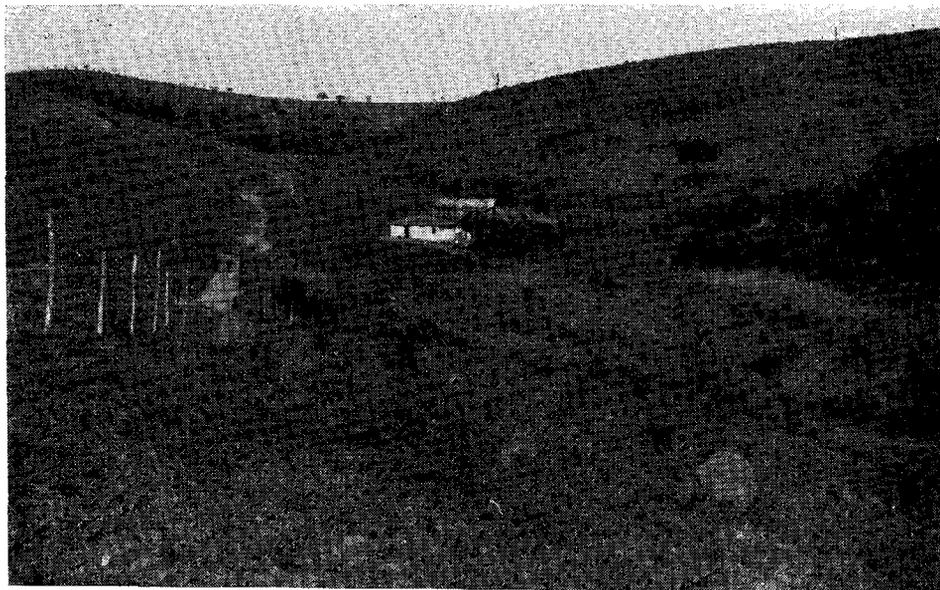
Essa posição de realce é recente. Em 1888, em pleno período cafeeiro, o município possuía “apenas uma fazenda de criar, mas geralmente em todas as fazendas havia criação e ceva de gado suíno para o consumo e comércio”⁶⁴. Durante o período em que dominou no município a policultura, sucedendo-se ao café, nos primeiros 30 anos do século, somente o gado suíno foi objeto de criação, tendo mesmo adquirido grande destaque como produto comercial. Foi somente a partir da década 1930-1940 que as propriedades com rebanho bovino, particularmente leiteiro, começaram a se multiplicar. De então para cá a criação introduziu no panorama econômico da região de São Luís radicais transformações, somente comparáveis, às decorrentes, no século passado, da introdução do café. As pastagens vieram substituir antigos cafêzais, canaviais algumas vezes, roças ou então capoeiras. Não raramente vieram contribuir também para a derrubada de matas^{64a}.

As causas da disseminação das pastagens foram várias, pouco difíceis de caracterizar. Uma delas, sem dúvida, foi a decadência da lavoura cafeeira. Entretanto, em si essa decadência não justifica o surto da pecuária. Os cafêzais poderiam ser substituídos por outras culturas e, em muitos casos, foi o que aconteceu, particularmente com os cereais, fruticultura e canaviais. O fator decadência da lavoura cafeeira deve ser compreendido entrosado com uma segunda causa, importantíssima, ou seja o esgotamento dos solos. Os solos esgotados, freqüentemente lixiviados, empobrecidos por uma forma predatória de cultivo, não permitiram, no interregno entre a fase da cultura cafeeira e a da criação, que subsistissem culturas como as das árvores frutíferas, impediram que se mantivesse a lavoura canavieira, decretaram a decadência da lavoura de cereais. Portanto, inaproveitáveis para a

⁶⁴ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 505.

^{64a} Tivemos ocasião de tomar conhecimento de propriedades situadas 20 ou mais quilômetros de São Luís, em direção a Ubatuba, onde restos de mata foram destruídos para dar lugar a pastagens.

agricultura, ou então fornecendo rendimentos irrisórios, favoreceram, como seria de esperar, o seu aproveitamento pelas pastagens. Tal fato se verificou, com maior nitidez, nos trechos mais acidentados do município, particularmente nas áreas cultivadas de há muito^{64b}.



Fotos 17 e 18 — Em cima, instalações de uma fazenda de criação no bairro dos Alvarengas: a casa, telheiro para ordenha e roça para consumo. Na fotografia de baixo, um telheiro de ordenha dos menos pobres, pertencente a um criador mineiro do bairro dos Fabianos (foto P. Petrone).

Uma terceira causa deve ser encontrada nos baixos preços das terras, principalmente como decorrência do item anterior. As grandes

^{64b} É preciso lembrar, ainda, que as condições econômicas aliadas às técnicas agrícolas dominantes pouquíssimo poderiam permitir no setor da recuperação dos solos.

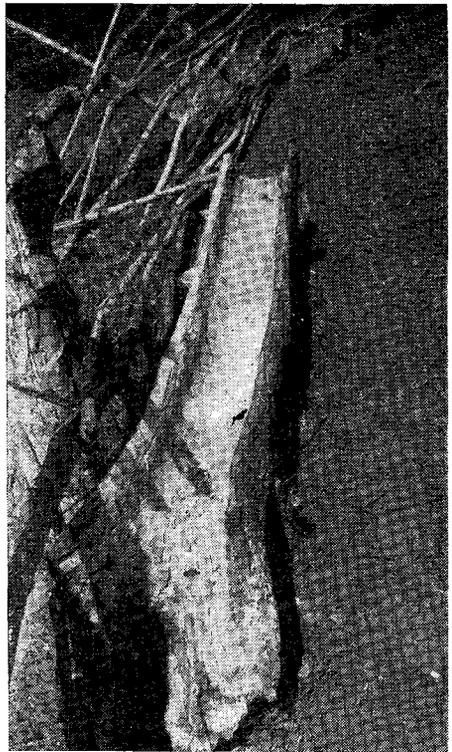
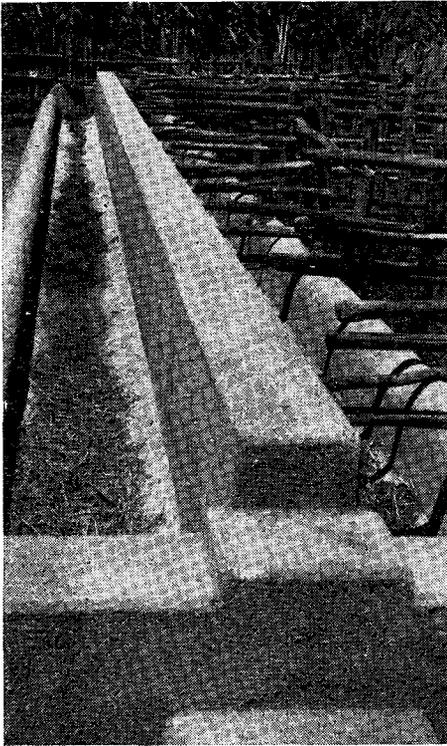
áreas exigidas por uma criação de caráter extensivo puderam ser arrematadas com relativa facilidade. A essas três causas devemos acrescentar uma quarta, de fundamental importância, representada pela penetração, em toda a região, de mineiros que, com exceções raríssimas, dedicaram-se à criação.

A penetração de mineiros na região constitui capítulo especial de sua evolução. Os mineiros aparecem praticamente só nas zonas rurais, pouco se dedicando a atividades urbanas. Nas áreas rurais quase sempre é criador; encontramos um ou outro mineiro que se dedica à agricultura. Segundo as informações que pudemos obter, na cidade e em várias propriedades, os mineiros chegaram à região a partir de 1930, mas foi depois de 1940 que seu número se tornou significativo. No bairro dos Fabianos — parte em Taubaté — onde os mineiros representam 80% dos sitiantes e fazendeiros, um informante mineiro localiza na década de 1930-1940 a vinda de maior número de coestaduanos. Em todo o bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo, e desde esse bairro até São Luís, quase todos os criadores são mineiros, chegados por volta de 1940 ou mais recentemente. No estabelecimento da Companhia Vigor, em São Luís, informaram-nos que os fornecedores de leite são mineiros em maioria, vindos nos últimos 20 anos. Na verdade essa imigração continua nos dias atuais, embora atenuada.

Não há como não relacionar os mineiros ao progresso da pecuária na região. Onde ele chegou o solo se revestiu de pastagens. Áreas semi-abandonadas, revestidas por capoeiras, como aconteceu em algumas propriedades do bairro dos Alvarengas; superfícies com canaviais, como sucedeu no bairro dos Fabianos e em Santa Cruz do Rio Abaixo; áreas de café, como em Catuçaba e um pouco por todo o município; áreas com matas, no sul e sudeste do município. Há vinte anos, na fazenda Paineiras, a 17 quilômetros ao sul de São Luís, em direção a Ubatuba, dominava inteiramente a mata. Os pastos eram raros; pouquíssimas capoeiras e roças. Hoje, a mais de 20 quilômetros dessa fazenda, na mesma direção, tudo é pasto e, mesmo adiante, a mata está bastante prejudicada. No vale do ribeirão do Chapéu, até o primeiro decênio deste século as vertentes ensolaradas estiveram inteiramente recobertas por cafézais; hoje, após um interregno caracterizado por uma modesta policultura de subsistência, aí dominam as pastagens. “No bairro da Pedra Negra, no município de Taubaté, havia, poucos anos atrás — uns seis ou sete — um pequeno núcleo de população relativamente densa. Pequenos sítios, uma dúzia de habitações, mais ou menos próximas umas às outras, capela, casa de negócio. Vieram os criadores. Um compra daqui; outro compra dali, os antigos sitiantes tomaram destino, e onde antes existiam moradas, modestas mas habitadas, cortes de canaviais, roças de cereais, plantas de fumo e mandioca, hoje é tudo pastaria”⁶⁵.

⁶⁵ SCHMIDT, Carlos Borges — *O Meio Rural* — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1946, p. 45.

É evidente que outros fatores contribuíram para a vinda dos mineiros, e particularmente para que se dedicassem à criação. Não é bastante lembrar o baixo preço das terras. Torna-se necessário ressaltar que esses preços muitos vezes eram inferiores aos vigentes nas zonas de origem dos criadores. Foi essa a conclusão a que chegou CARLOS B. SCHMIDT: "Pelo mesmo lado por onde penetrara a lavoura de café, penetraram, vindos do estado de Minas Gerais, os criadores de gado. As criações feitas pelo sistema extensivo exigem grandes áreas de terras. O preço destas era relativamente barato, em comparação com aqueles que vigoravam no estado de Minas Gerais"⁶⁶. Essa mesma foi, praticamente, a informação obtida de alguns mineiros em São Luís. Um desses informantes, de Santa Cruz do Rio Abaixo, julga que seus conterrâneos vêm para o vale do Paraíba, inclusive para a região de São Luís, porque em sua terra de origem dominam as grandes propriedades e não existem pequenos sítios para comprar.



Fotos 19 e 20 — Dois pormenores obtidos em sítios de criação no bairro dos Fabianos. A mangedoura é excepcional — mesmo nesse caso a separação dos compartimentos é tosca e improvisada. O côcho para o sil foi feito com um tronco toscamente trabalhado (foto P. Petrone).

O fato de os mineiros dedicarem-se de preferência à criação parece ter sua explicação na área de onde são originários. Por quanto pudemos observar, a maioria deles é originária do sul mineiro, e antes de emigrarem já eram criadores, muitos apenas vaqueiros ou retireiros de propriedades de criação.

⁶⁶ SCHMIDT, Carlos Borges — *A Vida Rural no Brasil*, p. 39.

É interessante a afirmação de alguns mineiros entrevistados, segundo os quais os paulistas propendem mais para o comércio e a indústria, enquanto êles, mineiros, adaptam-se melhor à vida rural. Por outro lado, um sitiante paulista, do vale do Paraíba, julga que os mineiros gostam de gado e se dedicam pouco à agricultura porque a criação é fácil e dá muito lucro. É evidente que opiniões como essas somente poderiam surgir em áreas onde os moradores têm consciência do fato de a maioria dos mineiros serem criadores.

Um aspecto merecedor de atenção, todavia, é o referente às estradas e companhias de laticínios. A abertura da estrada de Ubatuba, antes somente transitável por tropas; a melhoria de estradas vicinais, permitiram a penetração dos caminhões. Com êstes, companhias de laticínios, particularmente a Vigor, puderam "tirar" leite de vários pontos do município, garantindo a compra do produto e incentivando a criação de gado leiteiro. Naturalmente, a presença do caminhão de leite foi, em parte, consequência do aumento da criação, mas é indubitável que, por sua vez, contribuiu para que as pastagens se expandissem.

Como vemos, e como acontece sempre nesses casos, os fatores são múltiplos, interrelacionam-se originando um complexo onde algumas vezes se torna difícil discernir até que ponto são apenas causais e não decorrentes.

No ano de 1955 o município de São Luís possuía cerca de 22 000 cabeças de gado bovino, 800 eqüinos, 900 muares, 7 000 suínos e 1 900 caprinos. Pode-se verificar, comparando-se as cifras acima com as de 1934, o quanto se desenvolveu a criação de bovinos. O gado suíno decresceu de importância, enquanto os demais permaneceram praticamente na mesma.

Os suínos aparecem um pouco em cada propriedade, quer sejam pastoris, quer agrícolas. São criados particularmente para o consumo, como elementos transformadores da produção⁶⁷.

Eqüinos e muares, que também não aparecem em grandes rebanhos, mas fragmentadamente, em pequenos lotes ou individualmente, são utilizados para diferentes misteres: animais de sela e principalmente animais de carga, constituindo o meio de transporte mais comum da região.

Quanto ao gado bovino, o rebanho principal salienta-se o leiteiro, objeto de criação sistemática. Os bois são empregados como animais de tração, dado que os carros de boi continuam a ser encontrados amiúde em toda a região. Muito raramente aparecem na lavoura. O gado de corte tem importância secundária, desde que comparado com o de leite^{67a}.

Na área de São Luís a criação é de caráter extensivo. Predominam as pastagens formadas com capim gordura. Quando de sua formação,

⁶⁷ SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agrícola no vale do Paraitinga*, p. 41.

^{67a} A não utilização de bovinos na lavoura em parte se deve aos próprios mineiros, dado que em sua área de origem raramente os campos são lavrados com o auxílio de bois.

pratica-se a queimada que é precedida de derrubada, quando se trata de capoeira. Nesse caso aproveita-se a lenha, que pode ser uma temporária fonte de renda. No bairro dos Alvarengas, em uma propriedade com 40 alqueires o proprietário pôde obter 800 carros de lenha, cada um com aproximadamente 2 metros cúbicos.

Depois de formado, o pasto não será mais objeto de queima, a não ser que se torne vítima do fogo mal controlado de queimadas vizinhas. A única preocupação com as pastagens é a limpa anual, necessária particularmente em virtude da presença de ervas tóxicas. A limpa é efetuada utilizando-se a foíce ou a enxada. Os criadores entrevistados concordam em afirmar que a enxada não é muito recomendável, porque o serviço se torna moroso e além disso há possibilidade de serem cortadas também as raízes do capim. Por isso mesmo a foíce é mais vantajosa. Em todos os casos a limpa é feita por volta de abril, por ocasião do fim do período das chuvas. Nem todos os criadores limpam anualmente os pastos. Em alguns casos há tal desleixo que as samambaias chegam a formar um contínuo tapêto sôbre os pastos. Alguns criadores, poucos, têm a preocupação de retirar as ervas daninhas manualmente, nestes casos exibindo pastos bastante limpos.

O gado é sôlto nas pastagens durante o ano todo, não havendo estabulação. Naturalmente seu melhor ou pior aspecto depende, além do trato que se lhe dá, também do ritmo sazonnário das chuvas. Os pastos apresentam-se verdes, ricos por ocasião do verão, fornecendo alimentação suficiente ao gado; secam, tornam-se amarelcidos no inverno. Nesta estação, "quando a prolongada falta de chuva esturrica as pastagens das partes planas, dos altos morros e dos espigões, das batedeiras e das meias-faces, restam ao gado as grotas de noruega, ou contra-face, onde, protegido dos ardentes raios solares, o capim ainda conserva certa capacidade vegetativa, transmitida pelo solo, cuja umidade ainda não foi totalmente entregue à evaporação"⁶⁸. Entretanto, "são temidas as grotas de noruega pelos criadores, porque a erva-de-rato, e outros vegetais tóxicos, ali encontram seu *habitat* favorável"⁶⁹.

Havendo o problema do empobrecimento das pastagens durante o período sêco, seria de esperar que, nessa ocasião, o gado fôsse objeto de melhor trato. Entretanto, nem sempre é o que acontece. A maioria dos criadores não se preocupa com o trato, daí os rendimentos, normalmente baixos, tornarem-se irrisórios neste período. Quando existe a preocupação de suprir a pobreza dos pastos durante a sêca, o criador planta cana forrageira, a exemplo de fazendas no bairro dos Fabianos, em Catuçaba ou da fazenda Logradouro, no bairro de Rio Acima. Alguns, como o proprietário da fazenda Santa Cruz, no bairro

⁶⁸ SCHMIDT, Carlos Borges — *O Meio Rural*, p. 29.

⁶⁹ SCHMIDT, Carlos Borges — *O Meio Rural*, p. 29.

de Santa Cruz do Rio Abaixo, plantam cana forrageira apenas para o trato de bezerros. Na maioria dos casos os criadores possuem picador de cana, quase sempre manual, algumas vezes com motor ou roda d'água. Além de cultivar a cana, há proprietários que adquirem torta de algodão e farelo, conforme observamos em Catuçaba e no bairro dos Fabianos.

O gado leiteiro encontrado na região é mestiço, predominando os cruzados de holandês e zebu. Na fazenda Santa Cruz é $\frac{3}{4}$ zebu e $\frac{1}{4}$ holandês; na fazenda Logradouro predomina o meio-sangue, ou mais, holandês e jersey. Os animais geralmente se apresentam com bom aspecto, particularmente no período das chuvas. Estão sujeitos ao berne e ao carrapato. Aquêles torna-se mais comum nos anos mais quentes, enquanto que o carrapato prolifera nos períodos mais frios. Embora alguns criadores nos tenham falado em berne com relativa insistência, tivemos ocasião de verificar, percorrendo as pastagens, que não é muito comum. Não é raro encontrarmos um lote de 40-50 vacas inteiramente livres da praga. O carrapato é mais encontrado e a defesa dos criadores é precária. Em nenhuma fazenda existe banheiro carrapaticida. Um ou outro fazendeiro utiliza pulverizador para êsse fim. A aftosa não é muito freqüente. Esporádica, tem sido combatida através da aplicação de vacinas. De modo geral, portanto, o gado apresenta-se em condições satisfatórias, em sua maioria sadio.

Os rebanhos, para cada propriedade, não são muito grandes. Poucas são as que possuem mais de 100 cabeças. Não é de estranhar, desde que se considere que se trata de gado leiteiro e não de corte. Uma fazenda de 42 alqueires no bairro dos Alvarengas, por exemplo, possui 42 cabeças; uma outra no bairro dos Fabianos, com 65 alqueires de pasto, tem 40 vacas dando leite, mais aproximadamente 40 bezerros e alguns bois, inclusive para carro; a fazenda Santa Cruz possui 95 vacas leiteiras; outra propriedade, no bairro do Chapéu, com 50 alqueires, possui 50 vacas; a fazenda Logradouro, em Rio Acima, conta com 60 vacas, inúmeros bezerros e outros animais para trabalho.

A capacidade dos pastos não é elevada. Em média ela é de 2 cabeças por alqueire, de acôrdo com a unanimidade dos informantes. Nas águas pode subir até 4 cabeças por alqueire, quando há bom trato. Não podemos ratificar a informação de SCHMIDT, segundo o qual, "quando as pastagens são boas — capim gordura, por exemplo — a densidade média é de uma rês por alqueire de terra"⁷⁰. Talvez o autor se refira ao gado existente, o que é possível, porquanto as pastagens poderiam comportar maior número de cabeças.

O rendimento de leite, conforme já foi dito, é relativamente baixo, variando, na conformidade do trato, nos períodos secos e chuvosos. No período sêco, quando não há trato, o rendimento oscila de 2 a 3

⁷⁰ SCHMIDT, Carlos Borges — *A Vida Rural no Brasil*, p. 44.

litros diários por animal, dificilmente chegando a 3. Quando o gado é tratado o rendimento sobe bastante, chegando a 5 litros quando se trata de vaca de bezerro novo. Por ocasião das águas a produção por cabeça varia entre 3 e 4 litros diários, podendo, excepcionalmente, atingir 5 e até 6 litros. Nas águas a produção é mais uniforme, dado que a diferenciação decorrente do trato manifesta-se mais nas sêcas.

As instalações das propriedades são pobres. Mangueirões e curral, às vezes tôsko telheiro onde se ordenham manualmente as vacas.

O pessoal necessário para todos os serviços é reduzido. "Um leiteiro ordenha setenta vacas, e um campeiro cuida de cerca de duzentas cabeças de gado de campo, isto é, gado solteiro (novilhas, bezeros, garrotes e bois de engorda) ou vacas de criar das quais não se tira leite"⁷¹. Pudemos verificar o fato com alguns exemplos: no bairro dos Fabianos, em sítio de criação, três homens tratam de mais de 100 animais; na fazenda Santa Cruz um vaqueiro ordenha 60 vacas e outros dois homens dão conta de todo o serviço restante; na fazenda Logradouro, o proprietário, auxiliado por um filho menor, trata de 60 vacas, afóra os bezeros e outros animais. Tal fato, conforme vimos, teve grande repercussão na demografia do município. Ao mesmo tempo que recebia mineiros criadores, o município perdeu parte de sua população, braços que já não encontravam, nas zonas rurais, oportunidades de trabalho e, por isso, deslocaram-se para as cidades do vale do Paraíba, para a cidade de São Paulo, ou para as zonas novas do estado.

B — O comércio do leite

A criação de gado leiteiro dá margem, na área de São Luís, à obtenção de outros produtos além do leite, quais sejam a manteiga e particularmente queijo. Entretanto, o leite é, por excelência, o produto de caráter comercial. Desde que as pastagens começaram a ocupar os morros da região surgiram, num e noutro centro, modestas emprêsas de laticínios com o obietivo de aproveitar a produção leiteira. Foi o que aconteceu em São Luís.

Todavia, sômente com o despertar do interêsse de companhias mais poderosas, de maior raio de ação, mais bem aparelhadas e organizadas, foi que o sistema comercial do leite tomou corpo definitivamente estruturado. As grandes companhias absorveram, por compra, as modestas iniciativas locais, ampliando seu raio de ação e passando, assim, a exercer verdadeiros monopólios. Em São Luís tivemos um exemplo com uma emprêsa local de laticínios que, criada por volta de 1947, foi absorvida em 1953 pela Vigor.

Na zona de São Luís operam duas emprêsas: a Embaré e a Vigor. A S/A Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor mantém um estabelecimento dentro do perímetro suburbano de São Luís, a 1 quilômetro da cidade, à beira da estrada para Taubaté. Suas instalações compreendem

⁷¹ SCHMIDT, Carlos Borges — *A Vida Rural no Brasil*, p. 44.

sala de máquinas, dois depósitos, dois galpões e área descoberta. A câmara frigorífica do estabelecimento não foi terminada, existindo apenas os encanamentos. Possui, porém, refrigerador de leite, com capacidade diária para 4 000 litros por hora. Funcionando o ano todo, sua capacidade diária de produção é de 200 latões, ou 10 000 litros de leite. O estabelecimento limita-se a receber o leite em seu estado natural, passando-o por beneficiamento primário para fins de conservação, remetendo-o, em seguida, para outros estabelecimentos da empresa, em São Paulo. A Companhia Embaré, de produtos alimentícios, tem sede em Taubaté.

Essas empresas recolhem diariamente os latões de leite dos criadores seus fornecedores, por intermédio de caminhões. Para esse fim organizam verdadeiras "linhas" de "tirar" leite, as quais recobrem a maior parte do município. A Vigor mantém as seguintes linhas, com a respectiva produção ⁷²:

<i>Linha — Bairros servidos</i>	<i>Total mensal (em litros)</i>	
	<i>Janeiro 1956</i>	<i>Julho 1955</i>
ALTINHO — Rio Claro e Rio Abaixo, com 26 fornecedores	57 041	35 540
CATUÇABA — Oriente, São Pedro, Chapéu e Catuçaba, com 38 fornecedores	66 849	60 874
CACHOEIRINHA — Paineira, Cachoeirinha, Bairrinho, até Campo Grande, com 19 fornecedores	56 014	46 065
LAGOINHA — Turvo, Logradouro, Caetanos, com 31 fornecedores	67 115	35 768
RIO ACIMA — no percurso do antigo caminho para Cunha, numa distância de 18 quilômetros, com 24 fornecedores	48 656	43 929
ESTRADA DE TAUBATÉ — Alto da Samambaia em direção a Carapeva e Fabianos, com 13 fornecedores	41 798 *	50 393
DOMICÍLIO — Abrangendo arredores da cidade, com 27 fornecedores	71 030	57 640 ⁷³

*Ano de 1955, mês de dezembro.

Em primeiro lugar, verifique-se o elevado número de fornecedores, que totalizam 178. Em segundo lugar, note-se como quase todo o município está coberto; são linhas para sudeste, em direção a Ubatuba, para noroeste, em direção a Taubaté, a montante e jusante de São Luís, pelo vale do Paraitinga. No último caso, Domicílio não se trata propriamente de uma linha; junto à única bomba de gasolina de São Luís, próximo à ponte sobre o rio, a Vigor possui um telheiro para onde converge a produção de leite dos criadores dos arredores da cidade. Estes, em carros de boi e mais freqüentemente em lombo de animais, transportam os latões de leite até esse ponto, donde são trasladados, por caminhões, para o estabelecimento da empresa. Isso é devido ao

⁷² Infelizmente não pudemos obter dados referentes à Companhia Embaré.

⁷³ Informações obtidas no estabelecimento da Vigor em São Luís; com elas foi elaborado o quadro.

fato de a Prefeitura não permitir que o leite seja entregue em lombo de animais, diretamente no pátio da Vigor.

Os totais mensais do leite recolhido em cada linha foram escolhidos propositadamente: o mês de janeiro por representar bem o período das águas e o mês de julho, em plena estação seca. As cifras indicam expressivamente o desequilíbrio de produção entre os dois períodos. Em certos casos, como na linha de Lagoinha, a produção das secas chega quase à metade da produção das águas. Os casos de Rio Acima e de Catuçaba, podem ser explicados pelo trato que, em muitas propriedades dessas áreas, o gado recebe nas secas. É necessário notar que muitos fornecedores ficam a certa distância da estrada percorrida pelo caminhão; nesse caso os latões de leite são transportados até a estrada, diariamente, em lombo de animais ou em carros de boi. Nas estradas da região é comum o espetáculo dos latões à beira da estrada, ou nos toscos abrigos construídos para esse fim, à espera do caminhão. Às vezes, uma venda de beira de estrada torna-se ponto de convergência do leite, porque até aí chega o caminhão. Alguns bairros, o mais das vezes em virtude das más estradas, não são atingidos pelas linhas, estando o leite sujeito ao transporte por animais ou em carros de boi a longas distâncias. É, por exemplo, o que sucede no bairro dos Alvarengas e em grande parte do bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo. Fatos como esse parecem constituir óbice ao desenvolvimento da pecuária e, talvez, possam servir de exemplo de como a presença das grandes empresas estimula a criação.

Os sistemas de compra são diferentes, no caso da Vigor ou da Embaré. A Vigor compra pelo sistema de quotas. Estas são determinadas em função da produção na estação seca. Garante, por exemplo, a compra de 100 litros diários no período seco — junho a setembro — pagando Cr\$ 4,00 o litro. Nas águas, responsabiliza-se pela mesma quantidade diária, ao mesmo preço; o excedente, ou não é adquirido pela empresa, o que é raro, ou então é comprado por preço bastante reduzido, Cr\$ 1,70 por exemplo. Na estação seca vende-se também a gordura do leite, à razão de Cr\$ 4,70 aproximadamente.

A Embaré não compra por quotas. Adquire toda a produção do fornecedor, em qualquer período do ano, à razão de Cr\$ 3,80 o litro. Nas águas, o leite pouco gorduroso, ácido em virtude do calor, alcança apenas Cr\$ 2,20 o litro. A opinião da maioria dos informantes é que só pode vender por quotas, com certa vantagem, o criador que trate dos animais no período seco. Compreende-se que seja assim, pois que com o trato aumenta o rendimento no período seco, equiparando ou mesmo superando o das águas.

Em conclusão, o comércio do leite depende, na região de São Luís, de duas empresas somente; há um quase monopólio de compra e, das linhas dessas empresas, das suas solicitações, depende o ritmo de produção em toda a região. Por outro lado, verificada, mesmo que

esquemáticamente, a estrutura do comércio, podemos compreender melhor a importância que essas grandes empresas tiveram no desenvolvimento da pecuária leiteira.

C — As atividades agrícolas

Apesar da importância da pecuária, sempre crescente, a região de São Luís continua a ter na agricultura uma de suas principais atividades. A criação exige áreas mais extensas, refletindo mais nitidamente sua presença na paisagem. Porém, o material humano necessário não é numeroso, conforme já vimos. Daí decorre que, embora em áreas sempre menores, humildes saldos das que foram subtraídas pelas pastagens, a atividade agrícola possibilita, ainda, a subsistência de maior número de pessoas⁷⁴.



Foto 21 — O milho é uma das principais culturas da região de São Luís. Nas áreas de criação aparece nas partes baixas, nos sopés dos morros; nas propriedades agrícolas, entretanto, asse-nhoreia-se das encostas, a exemplo do que nos mostra a fotografia acima. Aqui se trata de uma plantação de 80 alqueires de milho na fazenda Boa Vista, em Santa Cruz do Rio Abaixo. É possível perceber da importância da plantação tomando como ponto de referência a casa que aparece no fundo do vale (foto I. N. Takeda).

De modo geral podemos encontrar áreas de agricultura em qualquer parte do município; elas aparecem, entretanto, quase sempre ilhadas pelas pastagens. É possível perceber certa diretriz na distribuição das pastagens e das culturas. Estas aparecem, de preferência, nos fundos de vales, às vezes ocupando áreas inundáveis, ou pelo menos úmidas;

⁷⁴ SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agrícola no vale do Paraitinga* — Obra citada, p. 35.

surgem também nos terraços e nas meias-encostas inferiores. Os lugares demasiadamente acidentados, os topos de morros são menos aproveitados; os grotões úmidos quase sempre abandonados. É verdade que com as restrições impostas pela criação, nas áreas disponíveis para a agricultura, vão-se tornando sempre menores as possibilidades de escolha e o agricultor acaba por cultivar o solo onde puder, sem outras considerações. SCHMIDT nos chama a atenção para êsse fato: "Quase sempre o nosso roceiro não tem muito de onde escolher a terra para a sua lavoura. As grotas, os sopés dos morros, os estreitos tabuleiros às margens dos córregos e ribeiros, quando apresentam condições favoráveis têm, por força, que ser os preferidos. A quase ausência de terrenos planos, mesmo de suave inclinação, leva-os a considerarem como várzeas até mesmo certos trechos acidentados. Não é raro ouvir-se falar que fizeram sua roça numa "varzinha" lá perto do alto de tal morro..."⁷⁵. As "varzinhas do alto do morro" já não podem ser aproveitadas; são raros os morros que não estão recobertos por pastagens.

No ano de 1955 a situação da agricultura, no município de São Luís, pode ser assim resumida⁷⁶:

PRODUTO	Produção	Unidade	ÁREA CULTIVADA (hectare)		Rendimento
			Cultura simples	Cultura associada	
Feijão.....	2 640	Sacas 60 quilos	120	100	18 e 15 p/hect.
Milho.....	18 300	"	250	600	—
Arroz em casca....	6 700	"	170	—	—
Fumo.....	1 300	Arrôbas	15	—	—
Tomate.....	150 000	Quilos	5	—	—
Batata inglesa....	4 000	Sacas 60 quilos	?	—	—
Cebola.....	1 400	Arrôbas	?	—	—
Café.....	280	"	?	—	—
Laranja.....	2 000	Centos	1 000 pés	—	200 frutos p/pé.
Banana.....	3 200	Cachos	1 600 touceiras	—	2 cachos p/t.

O quadro, embora incompleto, pois faltam algumas culturas, tais como a cana, mandioca e alho, e embora com dados que devem ser considerados apenas aproximados, dá-nos uma idéia de como a lavoura deixou de ter aquêlre realce que ainda possuía por volta da década 1930-1940.

Os cereais continuam em evidência no conjunto da produção agrícola, particularmente o milho e o feijão. "O milho é a lavoura de resistência. É a que ocupa a maior parte de tôda a área cultivada. O milho branco é indicado para a fabricação de farinha. O milho vermelho é empregado em auxiliar a criação e em engordar porcos"⁷⁷. No ano de 1955 a produção de farinha de milho subiu a 450 000 quilos. O

⁷⁵ SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agrícola no vale do Paraitinga*, pp. 64 e 47.

⁷⁶ Quadro organizado com dados obtidos no Diretório Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — São Luís.

⁷⁷ SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agrícola no vale do Paraitinga*, p. 40.

emprego do milho na engorda de suínos continua generalizado, se bem que não mais com a mesma importância que teve por volta de 1920. Aliás, a diminuição da área cultivada com milho, como decorrência da expansão das pastagens, acabou por determinar o descréscimo da criação dos suínos. As áreas cultivadas com milho são as mais variadas. Tanto aparecem nos fundos de vales, quanto em encostas íngremes. Domina as encostas quando em propriedades onde não haja criação. É o que sucede, por exemplo, na fazenda Boa Vista, onde foram plantados cerca de 80 alqueires, recobrando quase todos os morros. Nos casos em que há criação, enquanto as pastagens recobrem as encostas, os milharais contornam os sopés, ou limitam-se a pequenas roças nos fundos de vales. O milho é por excelência uma cultura associada. Aparece principalmente associado ao feijão. Já foi dito que é uma cultura de subsistência, porém, em forma de farinha, é objeto de comércio regional. Muitos plantadores vendem sua produção em São Luís, onde existe máquina de beneficiar. Normalmente o milho é plantado em novembro-dezembro, período das chuvas, e colhido por volta de junho. Há casos, quando se trata de baixadas, em que o milho é plantado em rotação com a cebola. Então, na área plantada com cebola, que só é colhida em fins de outubro e no decorrer de novembro, o milho é semeado em setembro, sendo colhido em maio-abril. Aqui o milho é colhido cedo, com a finalidade de não prejudicar o solo. Em cultura simples a colheita pode ser retardada até agosto. No vale do ribeirão do Chapéu tivemos ocasião de visitar sítios onde tal sistema é utilizado.



Foto 22 — Secador de feijão, comum na área rural de São Luís. Como pode ser verificado pela fotografia, a armação é simples mas engenhosa. Não temos conhecimento da existência do mesmo processo em outras partes do estado. A propriedade é de um italiano, dos raros estrangeiros da região. É policultura, de caráter comercial (foto I. N. Takeda).

O feijão, com 220 hectares plantados, aparece como segundo cereal em importância. É típica cultura de subsistência, dado que constitui

elemento básico na alimentação da população. Uma parte da produção dá margem a um comércio que não se limita a São Luís, chegando até o vale do Paraíba, em Taubaté. Na região planta-se tanto o feijão das águas quanto o das secas. O feijão das águas geralmente aparece intercalado no milharal, acompanhando de perto o calendário deste último. O feijão das secas, em cultura simples, é plantado em novembro-dezembro, sendo colhido em janeiro-fevereiro. É preciso frisar que na região praticamente se cultiva apenas o feijão branco, pois que os demais não vingam. Sendo cultura comum, aparece com freqüência na paisagem. Nas propriedades agrícolas os "secadores" de feijão estão freqüentemente presentes. No meio do terreno cultivado, formam trançados de arame com dois paus verticais, que sustentam vigas superpostas e espaçadas, meia dúzia, paralelas ao chão. Aí o feijão é pôsto a secar, sendo em seguida batido para extrair as sementes das vagens. Sistema rudimentar, mas que satisfaz as necessidades de cada agricultor.

O arroz é menos importante que os dois primeiros, embora, em parte, seja também cultura comercial. Seu comércio tem âmbito regional, abastecendo a cidade de São Luís. Parte considerável da produção vê-se enviada a São Luís, onde é beneficiada. Planta-se tanto o arroz de espiga quanto o de brejo. As áreas preferidas para o cultivo, porém, são os úmidos fundos de vales, onde os acanhados arrozais, que quase sempre ocupam superfície inferior a uma quarta de alqueire, sobressaem pelo seu verde pálido. Tanto nas propriedades agrícolas, quanto nas pastoris, pode ser encontrado como produto de subsistência, em culturas promíscuas, ao lado de roças de milho, feijão, mandioca e poucas outras. É natural que, predominando nos fundos de vales, apareça principalmente em alguns bairros favorecidos sob êsse aspecto. Surge de preferência nos vales do Turvo, do Chapéu, do ribeirão dos Caetanos, no Turvinho e, salpicando aqui e ali, o vale do Paraitinga. Semeado em novembro-dezembro, sua colheita normalmente é efetuada em fevereiro.

Além dos cereais, como culturas tradicionais da região, convém mencionar as do fumo, cana, mandioca e alho. SCHMIDT, fonte inesgotável de preciosas informações sôbre o vale do Paraitinga, já teve sua atenção prêsã ao aspecto diferente que as culturas do fumo e do alho dão à atividade do agricultor dessa área: "Todo ou quase todo o lavrador faz a sua pequena roça de fumo, duas ou três centenas de pés, três ou quatro arrôbas de produção de fumo em corda, se bem sucedida a lavoura"⁷⁸. Os dados do IBGE sôbre a produção de fumo devem estar aquém da realidade, considerado que, devido à natureza modesta das plantações, boa parte da produção escapa a qualquer estimativa. A lavoura de fumo já foi mais importante; todavia, os rolos de fumo em corda expostos nos negócios e no mercado de São Luís atestam que sua importância ainda não é descurável.

⁷⁸ SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agrícola no vale do Paraitinga*, p. 41.

O alho, que não aparece nas estatísticas de produção, é plantado um pouco em tôdas as propriedades agrícolas que possuam terrenos de várzeas, úmidos, pois é cultura de inverno.

A mandioca só aparece nas estatísticas através da farinha que, em 1955, atingiu a cifra de 18 000 sacas de 60 quilos ⁷⁹. Seu cultivo permite a existência de algumas casas de farinha, uma das poucas indústrias rurais que subsistem. A produção tem diminuído bastante e, sempre mais, limita-se ao consumo local.

Como a mandioca, a cana-de-açúcar também alimenta uma indústria rural que já foi mais florescente. Já tivemos ocasião de nos referir à produção de rapadura na década de 20, quando êsse produto foi um dos esteios da economia regional. Hoje essa indústria está decadente; subsiste, com pequena importância, a indústria de aguardente. Em 1955 foram produzidos 12 000 litros de aguardente ⁸⁰. Os engenhos que já não são numerosos, também já tiveram a sua fase na região. O cultivo da cana que hoje se processa na região tem mais como finalidade a obtenção de forragem para o gado. Já sabemos que não constituem maioria aqueles que cultivam cana forrageira para o gado e mesmo quando isso acontece, os canaviais não são grandes. A cana, quer para obtenção de aguardente ou rapadura, quer a forrageira, é cultivada nas baixadas ou nas meias-encostas inferiores, quando as declividades são mais suaves. O plantio da cana forrageira se efetua de preferência no mês de janeiro, no período das chuvas. A colheita pode ter início um ano depois, em janeiro também.

Apesar da decadência da agricultura, alguns produtos novos vieram se acrescentar aos tradicionalmente cultivados; é o caso principalmente da cebola e do tomate. O aumento das duas culturas, que se identificam, a par de novas, por serem ambas comerciais, deve-se às solicitações dos centros urbanos do vale do Paraíba, e mesmo do mercado consumidor da cidade de São Paulo.

O tomate, com as plantas alinhadas em suportes de taquara cruzados, surge nas encostas inferiores mais suaves e mesmo em terraços de fundos de vale; a cebola aparece sempre nos fundos úmidos dos vales.

O plantio da cebola efetua-se, na região, em dois períodos: pode-se plantá-la em junho-julho e colhê-la desde fins de outubro e por todo o mês de novembro; é possível também plantá-la em setembro e efetuar a colheita em dezembro. No primeiro caso, mais que no segundo, a plantação se faz em terreno bastante úmido, inundável mesmo. Daí a preferência pelas várzeas. É também no primeiro caso que se processa uma rotação com o milho. O agricultor colhe as cebolas verdes, depositando-as em esteiras, no interior de galpões cobertos, propositadamente construídos para êsse fim. Em seguida elas são "empalhadas" (dispostas em réstias) por mulheres; levadas a um depósito, ficam à

⁷⁹ IBGE — São Luís do Paraitinga.

⁸⁰ IBGE — São Luís do Paraitinga.

espera de comprador. A produção de cebola no município é relativamente elevada, sendo os dados estatísticos muito falhos a êsse respeito. É bastante lembrar que enquanto o IBGE registra para todo o município uma produção de 1 400 arrôbas para 1955, somente a fazenda Boa Vista, em Santa Cruz do Rio Abaixo, colheu aproximadamente 2 000 arrôbas.

O plantio do tomate verifica-se no mês de agosto, e a colheita em dezembro-janeiro. Interessante a existência de uma complementação entre as culturas de tomate na região de São Luís e no vale do Paraíba.



Foto 23 — No galpão, onde a cebola é depositada em esteiras, procede-se, também, ao seu "empalhamento" (foto I. N. Takeda).



Foto 24 — Aspecto parcial de uma plantação de tomates em pequeno sítio agrícola no bairro do Turvo (foto I. N. Takeda).

Enquanto na região de São Luís a colheita é efetuada nas águas, no vale do Paraíba é feita nas sêcas. Tal complementação poderia da margem ao progresso dessa cultura e a melhor aproveitamento econômico, visando principalmente ao comércio com São Paulo. Tal não se verifica no momento e, a melhor prova tivemos-la no mês de janeiro de 1956, em plena colheita. Devido à abundância de produção e à ausência de um comércio estruturado, o tomate teve que ser vendido a preços irrisórios. Alguns agricultores irão diminuir suas áreas de tomate em virtude desse fato. Tivemos agricultores que desanimaram com os preços, não chegando a colhêr o produto; outros preferiram jogar o tomate aos porcos.

Cebola e tomate são objeto ainda de um comércio acanhado. Poucos agricultores estão aparelhados, com contatos comerciais com Taubaté, Caçapava e São Paulo. A maioria não sabe a quem vender e acaba por oferecer a produção, no todo ou em parte, nos bares de São Luís, conforme aconteceu conosco com uma centena de arrôbas de cebola. Organizado o comércio, cebola e tomate poderão se tornar excelentes fontes de renda para o município.

O café apresentou em 1955 a produção irrisória de 280 arrôbas. As estatísticas fornecem para o município uma cifra de 20 000 pés, dos

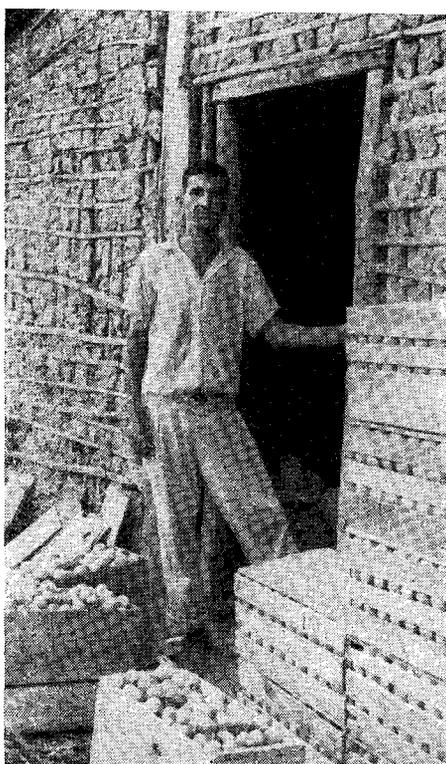


Foto 25 — O pequeno sítiante trata de encaixotar o produto da colheita; queixa-se, entretanto, das dificuldades de transporte e dos baixos preços, que não compensam (foto I. N. Takeda).

quais 14 000 estariam em produção e 6 000 seriam novos⁸¹. Acreditamos que no município a quantidade de cafeeiros seja maior. Ainda subsistem velhos cafêzais, com mais de 50 anos. Seu rendimento é ínfimo. Em certos casos a produção torna-se incontrolável, dado que os cafêzais ficaram freqüentemente reduzidos a restos, às vêzes aproveitados para o consumo. O interessante é que estão sendo formados, poucos é verdade, alguns cafêzais novos. Na estrada de Ubatuba, pouco além de 3 quilômetros de São Luís, há um cafêzal em formação. Na fazenda Boa Vista foram plantados 50 000 pés, atualmente com dois anos de idade (janeiro de 1956). Boa parte desse total está praticamente em abandono. Todos os cafêzais são do tipo bourbon. A alta do café, que se verificou no último lustro, foi responsável por essas tímidas tentativas de replantio. Os novos cafêzais continuam a ser plantados, entretanto, com os mesmos

⁸¹ IBGE — São Luís do Paraitinga.

sistemas que, em grande parte, contribuíram para a decadência no início do século. A verdade é que essa cultura já não tem mais significado econômico algum, sendo, tão somente, testemunho de um rico período que de há muito se foi.

A fruticultura que na década de 30 foi um dos esteios econômicos do município, está em completa decadência. São Luís, que chegou a ocupar posição de inegável relêvo na produção de mangas e abacates, hoje quase não possui mangueiras e abacateiros; as pereiras também desapareceram. Somente a banana e a laranja continuam a ter certo significado, mas em ambos os casos a produção é bem modesta: 3 200 cachos de banana, implicando na existência de mais ou menos 1 500 touceiras. Realmente, é difícil encontrar bananais no município; talvez sejam uma meia dúzia. O produto chega a faltar mesmo em São Luís, pois a banana que antes subia de Ubatuba — via São Luís — rumo a São Paulo, hoje em dia se dirige preferencialmente por Caraguatatuba e Paraibuna. Quanto ao outro produto, não há verdadeiros laranjais. São sempre algumas dezenas de árvores, nesta ou naquela propriedade, que permitem a existência de cerca de 1 000 pés esparsos pelo município.

Além das culturas mencionadas, vale lembrar a da batata inglesa e a de hortaliças, ambas modestas, que ocupam áreas muito pequenas, mas ambas de caráter comercial.

Em toda a região de São Luís as técnicas agrárias são rudimentares, quando não primitivas. Os utensílios de trabalho são a enxada e a foice. Arados são raríssimos e máquinas praticamente não existem. Vez ou outra o machado completa o instrumental. O relêvo acidentado em demasia, foi sempre obstáculo ponderável a qualquer tentativa de mecanização. Mesmo o arado, em algumas encostas mais íngremes, dificilmente pode ser utilizado. A enxada revela-se o instrumento mais apropriado. Nem tudo, porém, deve ser atribuído ao acidentado do relêvo. No que concerne às propriedades agrícolas, a exigüidade da superfície freqüentemente não compensaria o emprêgo de maquinaria. Por outro lado, a tradição agrária regional, elemento de cultura caipira, pesa na permanência de sistemas e técnicas que poderiam ser modificados com vantagem. Somente na cultura do tomate se sente a influência de agricultores do vale do Paraíba, japoneses principalmente. Entretanto, pouco, muito pouco tem sido feito para que essa modificação se processe. Órgãos oficiais de fomento, que orientem os lavradores, não existem. Mesmo assim o trabalho seria árduo, pois não é sempre fácil vencer a natural resistência do caboclo, escudado em hábitos tradicionais, às inovações nem sempre bem compreendidas e muitas vezes nem sempre bem introduzidas. A penetração de estrangeiros, a não ser alguns italianos, uma ou outra família de japoneses, foi praticamente nula na região. A influência que poderia existir com a presença desses elementos nunca se fez sentir.

Os sistemas baseados em queimadas, dentro de superfícies diminutas, cultivadas seguidamente, quase sempre não se permitindo mais o descanso reparador, têm prejudicado sensivelmente os solos e, em consequência, os rendimentos tornam-se cada vez mais baixos. Os adubos são raramente aplicados. Ninguém compra adubos químicos, e dada a inexistência ou a pequena importância da associação da lavoura com a criação, é pequena também a aplicação de adubos orgânicos animais. Adubos verdes são desconhecidos. O caráter de roças de subsistência, ou "para o gasto", da maior parte das lavouras, constitui também um elemento de conservação dos velhos processos e técnicas. No caso das lavouras comerciais, a ausência de bom sistema, organizado para atender os produtores, garantir-lhes escoamento da produção a preços firmes, contribui para que muito seja feito ao acaso, sem orientação, confiando o lavrador na sorte. Acresce finalmente que os dias de trabalho não são muitos, em virtude do costume de se guardar elevado número de dias santificados durante o ano.

V — SISTEMAS DE TRABALHO

Na região de São Luís, por tudo quanto pudemos verificar no decorrer das excursões que realizamos, a grande maioria das propriedades tem como responsável o próprio proprietário. Isso se verifica tanto nas propriedades leiteiras quanto nas agrícolas e mistas.

O número de propriedades que têm como responsáveis administradores ou capatazes não é elevado. Os administradores aparecem com mais frequência nos casos de propriedades pertencentes a herdeiros menores, quando a responsabilidade por sua guarda está nas mãos de tutores ou de testamenteiros. Uma ou outra vez, poucas, aparecem administradores em propriedades pertencentes a gente que mora em uma cidade do vale do Paraíba, Taubaté principalmente, ou então em São Paulo. Verificamos, na estrada de Ubatuba, a existência de uma propriedade com administrador, utilizada como sítio de veraneio pelos proprietários residentes em Taubaté.

Na maioria dos casos é compreensível e justificável a presença direta do proprietário nos estabelecimentos agrícolas, considerando-se que a lavoura freqüentemente é de subsistência.

Não considerados os proprietários ou administradores, na região já se tornou comum o arrendatário. O arrendamento de terras aparece, de modo particular, nos casos em que se trata de atividades pastoris; não é muito freqüente nas atividades agrícolas. A base para o arrendamento varia um pouco, indo de Cr\$ 800,00 o alqueire, até Cr\$ 1 000,00 ou pouco mais, anualmente. Alguns exemplos nos podem ilustrar a respeito. No bairro do Turvo uma propriedade com 1,5 alqueire foi arrendada por Cr\$ 800,00 ao ano. É um dos poucos exemplos de área arrendada para a agricultura que conhecemos. No bairro dos Fabianos

uma propriedade com 80 alqueires foi arrendada por quatro anos, à razão de Cr\$ 1 000,00 anuais o alqueire. No mesmo bairro, outra propriedade, com 83 alqueires, pertencente a uma pessoa que mora em Ubatuba, está arrendada pela mesma quantia. Ambas são propriedades pastoris. No bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo foram arrendados 20 alqueires por Cr\$ 30 000,00, em dois anos. O preço pago pelas terras arrendadas tem aumentado bastante, se bem não tenha acompanhado a evolução dos preços das terras. Apenas como curiosidade, lembramos que a fazenda Graminha, no bairro de São Pedro, com 220 alqueires, em 1915 foi arrendada por Cr\$ 3 000,00 em 6 anos.

É necessário não confundir o arrendatário tal como o consideramos até agora, com o “trabalho de arrendo”, comum nas atividades agrícolas, e mais antigo, na região. “Trabalhar de arrendo, ou arrendar terra — na região em aprêço é pura e simplesmente exploração por parceria, quando o arrendante entrega, terminada a safra, um quarto ou um quinto da produção bruta”⁸². Embora o autor do trecho citado se refira ao bairro dos Carros, no município de Taubaté, a observação é válida para tôda a região que nos interessa. As diferenças entre um e outro sistema são simples: no primeiro caso o proprietário da terra recebe paga em dinheiro; no segundo caso o pagamento se faz em espécie além de uma parte da produção. Na verdade, a segunda nada mais é do que uma modalidade de parceria. Os que a praticam não passam de “terceiros”, ou “quarteiros”, se assim é possível nos exprimir^{82a}.

O trabalho de arrendo pode ser encontrado para qualquer produto agrícola e, no bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo o encontramos também para o café. Há casas em que o arrendante não passa de um meeiro, pois entrega ao proprietário da terra a metade da produção. Não são muito comuns, mas encontramos-los no café.

Um dos processos de que se valem os criadores de gado leiteiro, para obter pelo menos parte dos produtos agrícolas para o gasto, é dar terras para que se trabalhe de arrendo.

Os assalariados mais comuns na região são os “retireiros” e “camaradas”, os primeiros nas propriedades pastoris e os segundos indiferentemente, em qualquer tipo de propriedade^{82b}.

Os “retireiros” são vaqueiros que recebem por mês. Normalmente auferem de Cr\$ 1 000,00 a Cr\$ 1 500,00 mensalmente, com direito a casa, lenha e, quase sempre, um litro de leite diàriamente. Normalmente um retireiro toma conta de mais ou menos 70 cabeças.

Os “camaradas” são assalariados em propriedades agrícolas ou então, com menos freqüência, trabalham em atividades pastoris. A base dos vencimentos é de Cr\$ 35,00 diàriamente. Os diaristas podem ser

⁸² SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agrícola no vale do Paraitinga*, p. 40.

^{82a} Acresce que, no caso da parceria (sistema de arrendo), proprietários e trabalhadores jogam com os azares do rendimento.

^{82b} A expressão “retireiro” parece ter sido introduzida pelos mineiros.

de dois tipos: ou moram na propriedade onde prestam seus serviços; nesse caso têm casa e, querendo, podem plantar pequena roça para si. Esse tipo aparenta-se, por alguns aspectos, ao agregado ou morador, de outras partes do país. Ou no segundo caso o diarista tem sua residência em São Luís, Catuçaba ou em algum pequenino núcleo rural, alugando seus serviços a diversos proprietários. Criadores de gado às vezes alugam diaristas para cuidarem da roça de subsistência.

Conforme tivemos oportunidade de verificar pessoalmente, não há, em toda a área de São Luís e vizinhanças, problemas de mão-de-obra. Ela é relativamente abundante e barata. Compreende-se esse fato, desde que seja lembrado o excedente de braços que se verificou na região a partir da introdução e aumento da pecuária leiteira. Além disso convém lembrar o baixo padrão de vida do trabalhador rural, fato que permite a subsistência mediante poucos dias de trabalho por mês.

Nos diversos bairros rurais persistem determinados costumes decorrentes das relações de solidariedade dentro dos grupos de vizinhança que os formam. Tais costumes são, por exemplo, o dos dias trocados e o mutirão.

BORGES SCHMIDT caracterizou bem os dias trocados: o agricultor, "trabalhando na própria roça, nem sempre consegue dar conta sozinho de seu serviço. De dinheiro não dispõe para pagar camarada. Daí o recurso aos dias trocados. Uns vão trabalhar para os outros e a paga será, noutra ocasião, também em serviço"⁸³.

O sistema de dias trocados limita-se exclusivamente aos agricultores, principalmente pequenos proprietários. Últimamente sua frequência tem diminuído em virtude da expansão da pecuária que, cada vez mais, restringe as áreas agrícolas.

Com razão, SCHMIDT diz que o mutirão é mais raro⁸⁴. Entretanto, tivemos oportunidade de saber de sua presença em alguns bairros. O mutirão é mais usual quando se trata de construir uma casa; menos comum quando se trata de uma colheita.

De modo geral, os sistemas de trabalho e os sistemas de relações no trabalho, dentro dos grupos de vizinhança, têm sofrido modificações com o desenvolvimento da pecuária. Gradativamente desaparecem os sistemas tradicionais.

VI — AS PROPRIEDADES RURAIS

A — *Tamanho das propriedades*

No ano de 1955 o município de São Luís possuía um total de 827 propriedades, das quais 31 no distrito de Catuçaba. A área total dessas propriedades era de 58 221 hectares no distrito da sede e 2 238 hectares no distrito de Catuçaba.

⁸³ SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agrícola no vale do Paraitinga*, p. 46.

⁸⁴ SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agrícola no vale do Paraitinga*, p. 46.

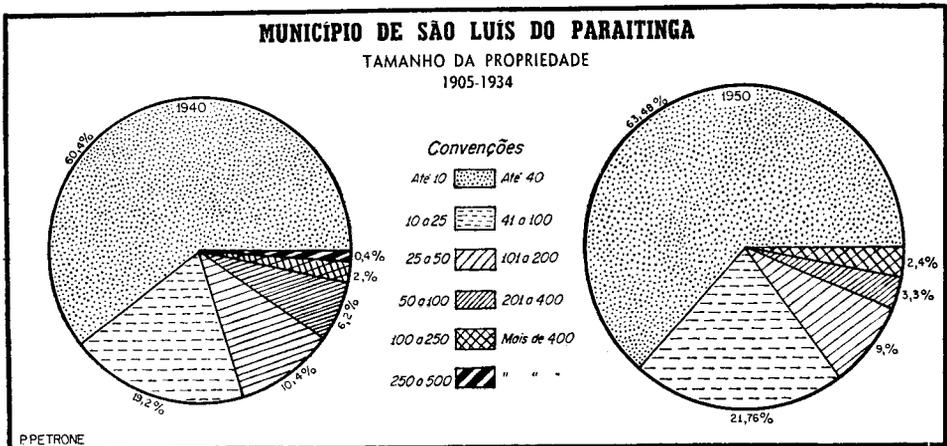


Fig. 7

Na conformidade do seu tamanho essas propriedades assim se distribuíam:

<i>Tipo mais comum</i>	Área	N.º	%	Área Total	%
2,42; 4,84; 9,68, 12,10; 24,20; 36,30.	Menos de 40 hectares	524	63,48	8 266,13	11,81
48,40; 50,60; 80; 90. 121,00.	41 a 100 hectares	180	21,76	11 614,58	16,60
—	101 a 200 hectares	75	9,00	11 055,67	15,80
uma com 12 698,38	201 a 400 hectares	28	3,30	7 304,90	10,43
e outra com 8 228,88 ⁸⁵ .	Mais de 400 hecta- res	20	2,40	31 717,87	42,47
—	TOTAIS	827	100,00	69 959,15	100,00

Tomamos por critério, para classificação dos grupos de propriedades, os mesmos de 1920, o que permite sejam efetuadas algumas comparações. Antes de mais nada, porém, consideremos alguns fatos que o quadro em questão nos mostra. É indiscutível que em São Luís predomina a pequena propriedade; para comprová-lo, basta anotar a porcentagem, 63,48%, das propriedades com menos de 40 hectares. O número de propriedades com menos de 100 hectares representa 85% do total, aproximadamente. É interessante que, nesse conjunto, são muito numerosos os minifúndios com menos de 5 hectares.

A frequência de propriedades de pequena extensão está espelhada na área total das duas classes, com menos de 40 e entre 41 e 100 hectares, representando apenas 11,81 e 16,60% da área total de todo o conjunto. O número de propriedades com mais de 400 hectares é irrisório, apenas 20, representando 2,4%. Sua área total sobe, porém, a pouco menos da metade de todo o conjunto, 42,47%. É preciso considerar, todavia, que esta última porcentagem não é muito significativa, porque para ela contribuem algumas grandes propriedades, verdadeiras exceções dentro do município, a exemplo das duas anotadas, com 12 698,38 e

⁸⁵ O quadro em questão foi organizado na base da utilização dos dados para a arrecadação do imposto territorial, da Coletoria Estadual de São Luís do Paraitinga.

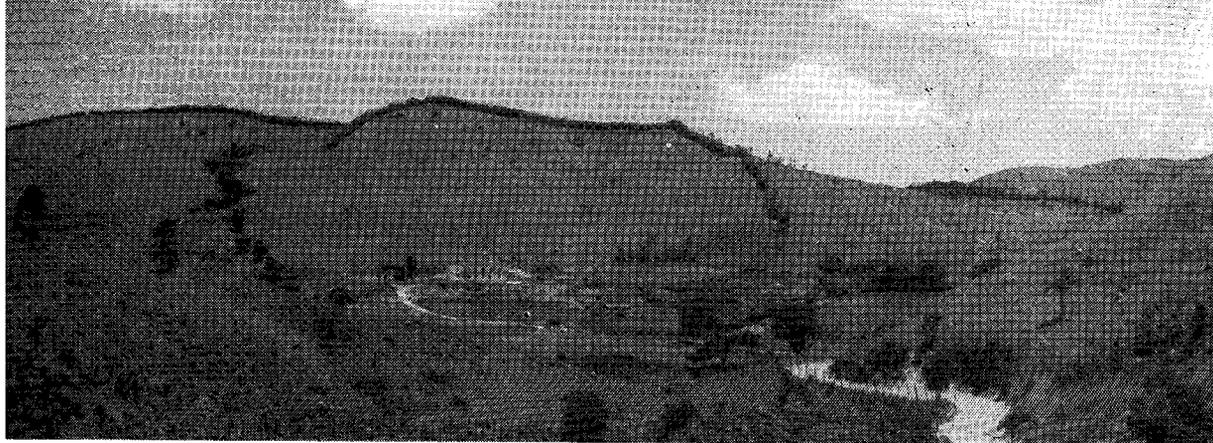


Foto 26 — Propriedade que se percebe quando, na estrada de São Luís para Ubatuba, alcança-se o "alto" do Chapéu. Foi importante fazenda cafeeira, fato que transparece nas dimensões de seu terreno de café e no porte da sede. Hoje, como muitas outras, é propriedade pastoril. As instalações da fazenda de café foram substituídas pelo curral; os cafézais foram substituídos pelas pastagens. As cercas vivas, de bambu, constituem elementos típicos das zonas de criação (foto I. N. Takeda).

8 228,88 hectares. Apesar das exceções cremos não haver dúvida, sôbre o grande retalhamento das terras do município. É uma área de pequenas propriedades, até mesmo de minifúndios.

Comparemos o quadro para 1955, com os elementos de 1934. De início notamos que as propriedades diminuíram: em 1934 eram 1 240, agora são apenas 827. Tal fato sugere, permanecendo constante a área municipal, um reagrupamento de propriedades. Essa sugestão vê-se confirmada pelo seguinte: em 1934, 87% das propriedades possuíam menos de 60 hectares, enquanto que em 1955, as propriedades com menos de 10, e não de "60 hectares", representam 85% do total. Por outro lado, as propriedades com mais de 122 hectares, em 1934, eram 63, ou seja, apenas 5%; em 1955, propriedades com áreas superiores a 200 hectares são 48, representando 5,7%. Concluimos que assim como de 1920 a 1934 se verificou acentuada fragmentação das propriedades, de 1934 aos nossos dias um fenômeno inverso, menos acentuado, é verdade, está levando a um reagrupamento de propriedades menores.

Embora não muito nítido, repetimos, o fenômeno da concentração da propriedade está se verificando e, fato que devemos destacar, processa-se paralelamente à expansão da pecuária leiteira pela região. Tudo parece indicar que a criação de gado é a responsável pela reunificação das propriedades, sem levar, entretanto, à formação de fazendas com áreas demasiadamente extensas.

Foto 27 — Aspecto de um sítio no vale do ribeirão do Chapéu. A foto foi obtida da sede. No centro as instalações circundadas por milharal. Nas encostas alguns pastos. As araucárias indicam a altitude e a relativa proximidade da serra do Mar (foto I. N. Takeda).



A distribuição das diversas classes de propriedades, pelo município não é uniforme. Na área circunvizinha de São Luís, zona suburbana sob o ponto de vista administrativo, no bairro dos Passarinhos, a 1 quilômetro de São Luís, na estrada para Ubatuba, nas várzeas de alguns vales, como o Turvo, dominam as pequenas propriedades, minifúndios, regra geral sítios com agricultura de subsistência ou mesmo quintais de residências de indivíduos que trabalham na cidade ou alugam seus serviços a outrem, na roça, como camaradas. Em bairros como Alvarengas e Turvo, Caetanos, Perobas, Fábrica, Santa Cruz do Rio Abaixo, Oriente, São Pedro, aparecem tanto as propriedades pequenas quanto as médias. Já são bairros onde predomina a criação, embora existam verdadeiras ilhas de agricultura em Santa Cruz do Rio Abaixo, Oriente, Turvo e outros. Convém acentuar, ainda uma vez, que as propriedades pastoris da região em média não têm áreas muito extensas, dado que os rebanhos raramente ultrapassam 100 cabeças. As maiores propriedades, mais pela presença de algumas verdadeiramente grandes, aparecem nas divisas com Natividade da Serra e Ubatuba, ou próximas a elas, em bairros como Pamonã, Campo Grande, Rio da Prata, Chapéu e outros. Em terrenos mais acidentados, são propriedades pastoris na maioria, muitas ainda com grandes reservas de matas, tendo, na extração do carvão uma de suas fontes de renda. Conforme veremos, há certa relação entre essa distribuição, os preços das terras e os tipos de propriedade.

B — Preço das terras

Com os elementos que nos foram fornecidos pela Coletoria Estadual em São Luís, referentes aos contribuintes do impôsto territorial, pudemos organizar o quadro abaixo, sôbre os preços médios das terras nos diferentes bairros do município. Levamos em consideração o fato de a avaliação da Coletoria, conforme nela mesmo nos informaram, e conforme verificamos no campo, estar aproximadamente 40% aquém dos preços vigentes nas transações imobiliárias efetuadas na região. O critério dos bairros, falho é verdade, foi o escolhido, entretanto, por falta de qualquer outro melhor, e pelo fato de, no conjunto, satisfazer.

Preço das terras no município de São Luís (1955)

<i>Bairro</i>	<i>Número de propriedades</i>	<i>Preço (hectare) Cr\$</i>
Aberta Grande	41	1 003,00
Água Santa	1	1 031,00
Alvarenga e Turvo	71	1 315,00
Bairrinho	16	1 210,00
Barbosas	11	895,00
Barra	5	1 220,00

<i>Bairro</i>	<i>Número de propriedades</i>	<i>Preço (hectare) Cr\$</i>
Barra Mansa	7	485,00
Bastos	10	735,00
Bentos	4	668,00
Bom Retiro	35	1 211,00
Bota Fora	2	2 555,00
Cachoeira	11	2 466,00
Cachoeira dos Almeidas	2	1 436,00
Cachoeira dos Pintos	1	1 835,00
Cachoeira Grande	1	1 031,00
Cachoeirinha	17	773,00
Caetanos	26	1 446,00
Camarinha	7	1 425,00
Carapeva	1	1 320,00
Chapéu — Ribeirão Grande	21	401,00
Correias	3	968,00
Damiões	9	996,00
Estiva	4	1 080,00
Estrada Nova	17	1 830,00
Fábrica	24	1 463,00
Fortes	6	1 798,00
Landins	1	1 101,00
Lôbos	7	1 600,00
Marçais	10	1 048,00
Maria Lopes	8	1 411,00
Mato Dentro	15	1 258,00
Medeiros	7	1 533,00
Morro Acima	16	1 505,00
Oriente	7	1 050,00
Paineiras	20	1 035,00
Paiol dos Ramalhos	5	1 538,00
Palmital e Chapéu Grande	9	1 090,00
Pamonã	17	726,00
Pau Grande	17	988,00
Perobas	16	1 188,00
Pico Agudo	1	1 161,00
Pimentas	7	1 640,00
Pinga	27	888,00
Pintos	8	1 385,00
Ponte de Cedro	3	903,00
Ponte Nova	7	1 226,00
Rancho Grande	1	810,00
Ribeirão Claro	10	1 028,00
Rio Abaixo	64	1 331,00
Rio Acima	5	1 165,00
Rio Claro	2	1 221,00
Rio da Prata	16	765,00
Rio das Flores	4	1 165,00
Rodrigo Soares	11	943,00
Santo Antônio do Rio Abaixo ..	5	1 431,00
Santa Cruz do Rio Abaixo	22	1 165,00
Santa Cruz do Rio Acima	11	1 321,00
São Pedro	13	951,00

<i>Bairro</i>	<i>Número de propriedades</i>	<i>Preço (hectare) Cr\$</i>
Selado	14	956,00
Sertão	18	1 298,00
Sertãozinho	15	1 305,00
Subúrbio	32	3 301,00
Vargem dos Passarinhos	14	2 710,00
Vargem Grande	5	1 930,00
Velozes	5	1 113,00

Pelo quadro em apêço verifica-se que, não considerado o bairro da Cachoeira dos Almeidas, somente com duas propriedades, as terras mais valorizadas encontram-se nos arredores de São Luís — Subúrbio — e nos bairros da Cachoeira e Vargem dos Passarinhos. Nos casos de Subúrbio e Vargem dos Passarinhos os preços aproximam-se ou superam Cr\$ 8 000,00 o alqueire. Nos subúrbios e na Vargem dos Passarinhos dominam as pequenas propriedades. Áreas muito próximas de São Luís, valem mais pela influência da cidade que por qualquer outro fator. O bairro da Cachoeira, com médias e pequenas propriedades, vê-se influenciado pela presença da estrada para Ubatuba.

Bairros e localidades como Estrada Nova, Lôbos, Morro Acima, Paiol dos Ramalhos e poucos outros, com preços médios que se aproximam ou superam Cr\$ 4 000,00, o alqueire, constituem exemplos isolados, sem muita significação. Regra geral são poucas propriedades, de modo que as médias não representam muita coisa.

Com preços médios intermediários, surgem numerosos bairros, a maioria dentro de um raio de 10 quilômetros de São Luís. São: Alvarengas e Turvo, no vale do Turvo, Caetanos, no vale homônimo; Perobas e Mato Dentro, a noroeste de São Luís, no vale do Turvinho; Rio Abaixo e Santa Cruz do Rio Abaixo, no vale do Paraitinga, a jusante de São Luís; Fábrica e Bom Retiro, ao sul da cidade; Bairrinho e Paineira, no caminho para Ubatuba, a sudeste de São Luís. Nessas áreas o preço médio das terras gira em torno de Cr\$ 3 000,00 o alqueire. Esses bairros em maioria são ocupados por pastagens, nêles predominando propriedades médias ou pequenas. Alguns têm agricultura com certo relêvo, a exemplo de Turvo e Santa Cruz do Rio Abaixo.

Os mais baixos preços, até Cr\$ 1 000,00 o alqueire, aparecem em bairros como Chapéu, São Pedro, Selado, Pamona, Cachoeirinha, Rio da Prata e outros. São todos bairros situados no extremo sul e no sudeste do município, nas divisas com Natividade da Serra e Ubatuba, abrangendo grandes porções do distrito de Catuçaba. São áreas acidentadas, com algumas grandes propriedades, onde nem sempre o solo está todo aproveitado.

É evidente que, em todos os grupos considerados, se tomarmos propriedades isoladas, os preços poderão parecer muito mais elevados. Assim é, por exemplo, que uma propriedade no bairro do Turvo, com



Foto 28 — Fazenda situada junto ao pequeno núcleo de Catuçaba. Os morros que aí aparecem já estiveram inteiramente recobertos com café. Nêles ainda podem ser encontrados alguns cafeeiros esparsos que sobraram da destruição para cederem lugar às pastagens. Apesar de estarmos em período chuvoso (janeiro) o capim está ralo e fujado. Daí os claros que podem ser observados, acentuados pelos trilhos originados pelo gado. Nas áreas baixas encontramos algumas culturas para o consumo e até mesmo comerciais, pertencentes a arrendatários. Percebe-se, entretanto, que estas não podem ser muitas, pois até nas até nas baixadas temos instalações para o gado (foto I. N. Takeda).

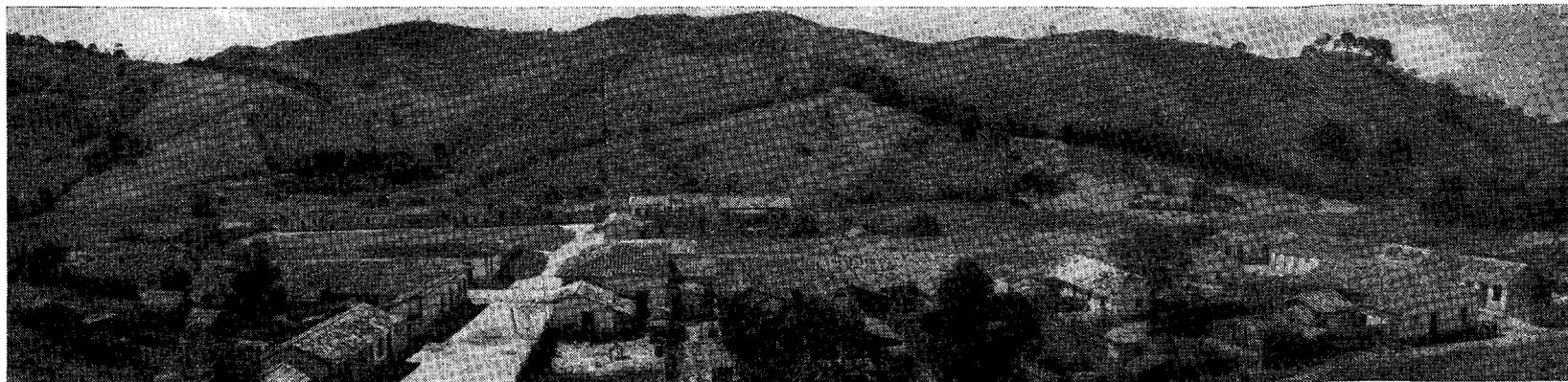


Foto 29 — O pequenino aglomerado de Caçatuba, que a foto nos mostra, é antes de mais nada um centro rural, pois que nêle moram muitos indivíduos que trabalham nas propriedades dos arredores como arrendatários, meeiros ou camaradas. Esse caráter de núcleo rural sobressai apesar da presença de algumas casas de negócio, vendas e cartório, dado que Catuçaba é distrito (foto I. N. Takela).

1,5 alqueire, foi negociada em 1955 por Cr\$ 20 000,00. Uma área de 160 alqueires, em Santa Cruz do Rio Abaixo, não foi vendida, apesar de oferecerem 5 000 000,00. É que nessa, como em outras propriedades, as benfeitorias são muitas e, no caso em questão a fazenda ainda possui cerca de 30 000 pés de café.

É preciso lembrar que no quadro por nós organizado não estão consideradas as benfeitorias, apenas o valor da terra.

No bairro das Paineiras, na estrada de Ubatuba, o proprietário de 8 alqueires de terra rejeitou — em janeiro de 1956 — Cr\$ 200 000,00 por ela. No bairro de Rio Acima, cerca de 60 alqueires encontram, hoje, compradores por Cr\$ 200 000,00.

A evolução dos preços, na região, acompanhou as vicissitudes econômicas. De preços irrisórios que as terras possuíam até a primeira metade do século XIX, passaram por uma valorização com o cultivo do café. No último quartel do século passado, o valor médio das terras próprias para o cultivo do café era o seguinte, por alqueire: terras de primeira qualidade — Cr\$ 250,00; de segunda qualidade — Cr\$ 150,00; de terceira qualidade — Cr\$ 30,00⁸⁶. Na fazenda Santa Cruz, por exemplo, no bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo, no 1.º lustro deste século, cerca de 35 alqueires não alcançaram Cr\$ 5 000,00, ou seja, aproximadamente Cr\$ 140,00 por alqueire.

Com a decadência da lavoura cafeeira e apesar da desvalorização da moeda, os preços das terras da região baixaram e, em alguns casos, até bastante. Por volta de 1920, por exemplo, um alqueire de terra boa valia em média Cr\$ 100,00⁸⁷. Nessa época, a fazenda Graminha, no

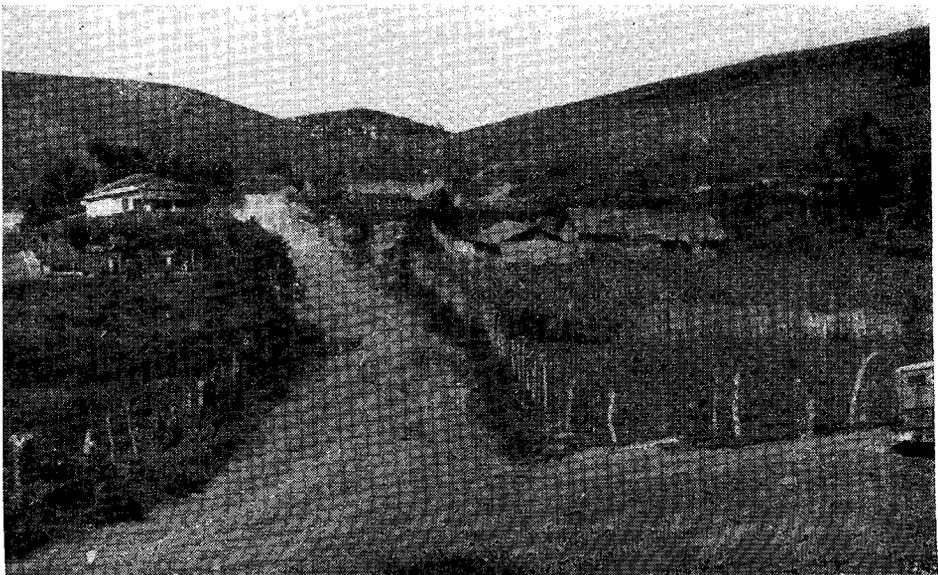


Foto 30 — Sítio de criação no bairro dos Fabianos; pertence a um mineiro. A lavoura é para o consumo, com exceção do tomate. O proprietário declarou-nos que não mais plantará tomate, pois a tentativa deste ano malogrou em virtude dos baixos preços; jogou todo o produto aos porcos (foto P. Petrone).

⁸⁶ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 505.

⁸⁷ WALLE, Paul — *Obra citada*.

bairro de São Pedro, com 220 alqueires de terras, foi adquirida à razão de Cr\$ 90,00 o alqueire, num total de Cr\$ 20 000,00.

No decorrer da década de 1920-1930, e nos primeiros anos da década de 30, os preços mantiveram-se nesse nível, ou então baixaram, embora, devido à contínua desvalorização da moeda, pareçam subir um pouco. Data justamente do início da década de 30 a penetração de criadores mineiros, que se aproveitaram dos baixos preços das terras.

Por volta de 1935 o valor das terras oscilava entre Cr\$ 300,00 e Cr\$ 400,00 o alqueire⁸⁸. No mesmo ano PISANI nos fornece o valor de duas propriedades pertencentes a italianos: com uma superfície de 37 alqueires, valiam Cr\$ 11 000,00, ou seja Cr\$ 297,00 por alqueire⁸⁹.

De 1935 até os nossos dias as terras do município valorizaram-se sistematicamente, quer devido à própria valorização decorrente do desenvolvimento da pecuária leiteira, quer em virtude da vertiginosa desvalorização do cruzeiro. Alguns exemplos ilustrarão bem o fenômeno: no bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo, uma fazenda com 230 alqueires foi, em 1937, vendida por Cr\$ 1 000 000,00; em 1952 a mesma fazenda foi adquirida por Cr\$ 1 750 000,00. Na fazenda Santa Cruz, no mesmo bairro, em 1941 foram adquiridos 40 alqueires à razão de Cr\$ 5 000,00 o alqueire. Alguns anos antes a fazenda Logradouro, no bairro de Rio Acima, próxima de São Luís, com aproximadamente 60 alqueires foi adquirida por Cr\$ 12 000,00; em 1944 foi avaliada em Cr\$ 20 000,00 e hoje vale Cr\$ 200 000,00. Um sítio de 50 alqueires, situado no bairro dos Alvarengas, foi adquirido em 1952 por Cr\$ 130 000,00. No mesmo ano, um sítio no bairro das Paineiras, com 8 alqueires foi comprado por Cr\$ 55 000,00. Por êsse mesmo sítio, conforme já dissemos, o proprietário rejeitou, em janeiro de 1956, Cr\$ 200 000,00. A fazenda Boa Vista, à qual já nos referimos muitas vezes, em 1952 foi paga à razão de aproximadamente Cr\$ 8 000,00 por alqueire.

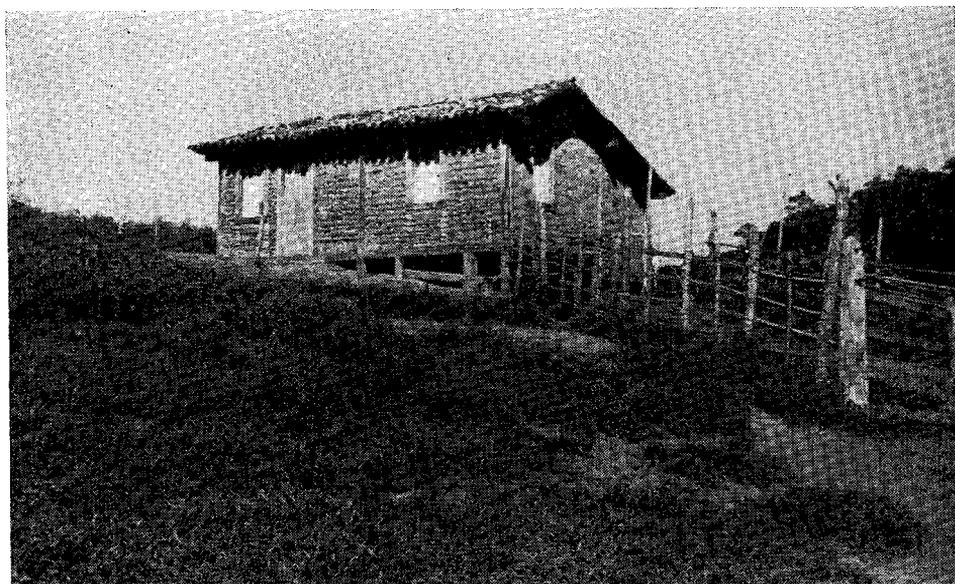
Como vemos, nos últimos lustros os preços subiram vertiginosamente. Não há dúvida que, em face da fase econômica anterior a 1935 a criação valorizou as terras; porém, tudo parece indicar que a desvalorização da moeda e a especulação imobiliária são as maiores responsáveis pelo fenômeno.

C — *Tipos de propriedade*

Na conformidade do que já foi visto quanto às atividades rurais predominantes na região, as propriedades não podem apresentar grandes diversidades. De modo geral aí encontramos três grande tipos: 1) as propriedades pastoris; 2) as propriedades agrícolas e 3) as propriedades mistas. Dentro de cada tipo é possível distinguir matizes que caracterizam propriedades diferentes.

⁸⁸ QUEIRÓS TELES, J. e TESTA, J. — *Obra citada*, p. 444.

⁸⁹ PISANI, Salvatore — *Obra citada*, p. 929.



Fotos 31 e 32 — Casas modestas na região de São Luís. A de cima fica na Vargem dos Passarinhos; a outra é casa de um retireiro no bairro de Rio-Acima (fotos I. N. Takeda e P. Petrone).

As propriedades pastoris — infelizmente não possuímos dados numéricos para melhor avaliação de sua importância — parecem predominar, particularmente no referente à extensão que ocupam. O tipo mais comum é representado por propriedades médias ou grandes, com considerável superfície em pastagens e pequena lavoura para consumo. Um dos sítios visitados por nós, no bairro dos Alvarengas, pode ser considerado um bom exemplo: com 47 alqueires de superfície, possui 2 alqueires em capoeiras, 3 alqueires em culturas e 42 alqueires em pastos. 89% de sua área, portanto, está ocupada por pastagens.

Tôda a atividade agrícola existe apenas para o consumo. O caráter comercial da utilização da propriedade é fornecido pelo gado leiteiro. No bairro dos Fabianos, um sítio com cêrca de 80 alqueires de terras, possui algumas roças para o consumo, apenas algumas quartas, cêrca de 15% em capoeiras e, o restante, mais de 80%, em pastos. Situada no bairro do Rio Acima, a fazenda Logradouro, com 60 alqueires, possui 20 alqueires em capoeirões, algumas roças de milho e feijão para o consumo e o restante, cêrca de 65% da superfície, em pastagens.

As instalações dêsse tipo de propriedade são relativamente pobres. A casa, freqüentemente tôsca, é circundada pelo curral, telheiro para ordenha, mangueirão e, às vêzes, mangedoura. Tudo forma um rude conjunto por sua vez cercado pelas pastagens, sômente interrompidas, com uma ou outra quadra, pelas roças.

Algumas propriedades pastoris possuem lavoura comercial, o que as diferenciam dos exemplos citados. Outras, onde o gado é tratado nos períodos secos, possuem lavouras de forragens. Em outro sítio do bairro dos Fabianos, cujo objetivo principal é a criação, além da roça para o consumo existe uma plantação de tomates, cujo produto é vendido em São Paulo. As instalações são as mesmas já referidas para as demais propriedades. Do mesmo tipo, visitamos uma propriedade em São Pedro; ao lado da roça, aparecem culturas de cana forrageira para o gado e cultura comercial de cebola. Em Catuçaba, outra propriedade pastoril tem, na cultura do milho, com 8 alqueires plantados, uma segunda fonte de renda. A fazenda Santa Cruz, tantas vêzes citada, em uma área de 74 alqueires possui aproximadamente 8 alqueires em capoeiras, cêrca de 5 alqueires em culturas e o restante em pastos.

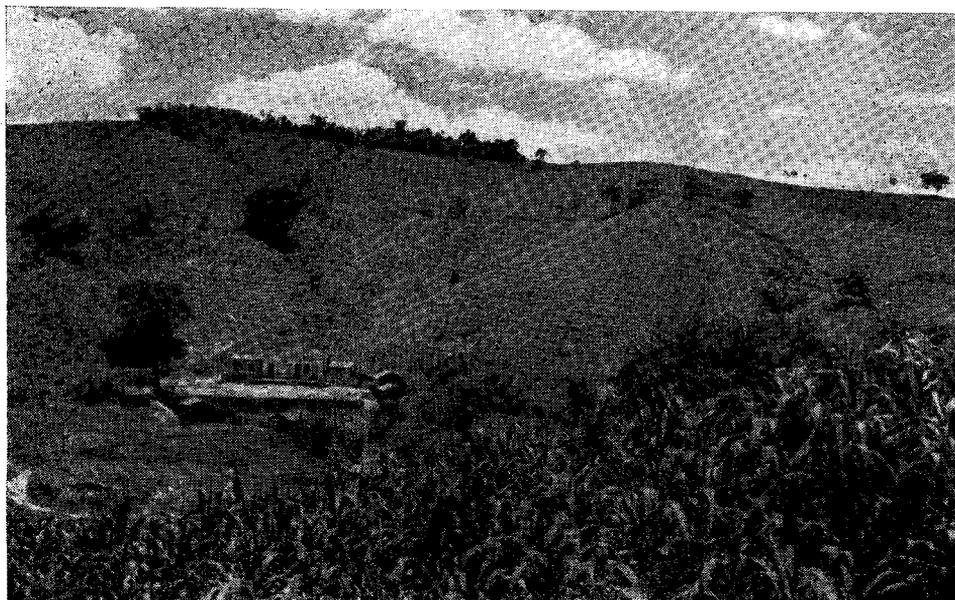


Foto 33 — Uma das fazendas que podem ser avistadas na estrada São Luis-Ubatuba. O fato mais importante que nela verificamos é o seu enorme terreiro de café, contrastando com as pastagens que circundam completamente a casa, apenas interrompidas por pequenos milharais. Em certos casos, terreiros como êsse, foram aproveitados para a instalação de currais (foto I. N. Takeda).

Nas propriedades onde se trata o gado, ou onde há lavoura comercial, aparece outras instalações: paióis, tulhas, picadores de cana em telheiros, algumas vêzes com roda d'água, chiqueiro.

É preciso lembrar que as propriedades mistas, onde a agricultura e a pecuária aparecem com importância aproximadamente igual, não são muito comuns. Os últimos casos que acabamos de citar são mais de propriedades pastoris que mistas. Acresce que a ausência de associação entre a criação e a agricultura impede que apareçam propriedades, mesmo pequenas, onde a produção dependa das duas atividades.

As propriedades agrícolas, menos numerosas que as pastoris, abrangendo superfície menor são, entretanto, conforme já dissemos, as que ocupam maior soma de mão-de-obra. As mais comuns são policulturas. Na confluência da estrada de Catuçaba com a de São Luís-Ubatuba visitamos um sítio agrícola com lavoura comercial de cebola, milho, alho e feijão. Além disso existiam outras culturas para o consumo e um pouco de gado. A propriedade possui as seguintes instalações: a casa, de tijolos; depósito com cantoneiras de tijolos e paredes de pau-a-pique; três galpões para cebola e alho, pequeno galpão para alho, depósitos menores, paiol e secador de feijão. Sítios semelhantes a êsse surgem, de preferência, nos fundos de vales, onde algumas culturas podem aproveitar as várzeas úmidas. Em certos casos, em propriedades menores, regra geral com menos de 2 alqueires, pratica-se verdadeira horticultura. No vale do Turvo, visitamos pequeno sítio pertencente a um indivíduo que possui banca no mercado de Caçapava. Cultiva tomate, milho, feijão, chuchu, arroz, cana, verduras. Quase tão grande variedade podemos encontrar em sítios, também pequenos, onde a preocupação de obter o necessário para consumo sobrepõe o aspecto comercial da lavoura. Nesse caso temos roças promíscuas onde não aparecem as verduras, mas, ao lado do milho, do feijão e da cana, surgem a mandioca, o fumo, o alho.

As propriedades agrícolas com grande superfície não são freqüentes. Conhecemos apenas uma, a fazenda Boa Vista, em Santa Cruz do Rio Abaixo. Com aproximadamente 240 alqueires, é exclusivamente agrícola. Possui ainda cêrca de 40 alqueires em matas e capoeirões, poucos em pastagens, a maior parte em culturas. Os animais são poucos, 4 bois de carro e uns 10 burros de carga.

De modo geral, qualquer que seja o tipo de propriedade, as instalações são pobres, pouco numerosas, com poucas exceções.

D — *A habitação rural*

A casa rural, mais que o conjunto das instalações de cada propriedade reflete, quase sempre, não só muitas das vicissitudes da região, não só as atuais condições sociais e econômicas, mas também o nível

de vida dos habitantes e, sob muitos aspectos, a cultura cabocla a que pertence a maioria deles⁹⁰.



Foto 34 — Pormenor da fazenda Boa Vista, no bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo. Observem-se as proporções da casa e as instalações para mover a roda d'água. Tudo, nessa fazenda, indica um rico passado, mesmo as ruínas dos muros que cercavam as principais dependências. (foto I. N. Takeda).

Quem observar com alguma atenção as habitações da zona circunjacente de São Luís notará como a esmagadora maioria foi edificada com o clássico sistema de paredes de pau-a-pique, algumas de taipa; entretanto, quanta diversidade na planta, nas proporções, no aspecto exterior, na disposição das dependências, em pormenores relativos ao teto, às paredes, portas ou janelas. Ora são casas de planta retangular, com teto de telhas portuguesas, duas águas, chão tabuado; ora são de paredes rebocadas, algumas vèzes caprichosamente pintadas ou caiadas, ora são simplesmente barreadas, os tetos de sapé, mais pobres. Algumas são forradas, às vèzes, com taquara trançada, com tábuas outras vèzes; quase tôdas têm piso de tijolos. Raras possuem vidraças nas janelas e poucas apresentam bandeiras de portas nos vãos que comunicam as dependências internas. Umas, antigas, foram reformadas por novos proprietários, outras mostram desleixo dos que as habitam ou então a sua pobreza. Quase tôdas, as de menores proporções, mais comuns, têm pequenino terreiro em frente, onde se ergue o mastro de São João, reúnem-se a família e os vizinhos nos dias santos ou nos domingos, e onde, freqüentemente, encontram-se alguns porcos livres. Pouquíssimas são as que, mais risonhas, apresentam-se com jardim e muitas flores. Mais recentemente surgiram casas de tijolos, ainda não muito numerosas.

⁹⁰ SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agricola no vale do Paraitinga*, p. 46.

A não ser em um ou outro caso, é difícil distinguir a casa do proprietário daquela do arrendatário ou do camarada. Não há dúvida de que essa distinção existiu no passado. As sedes das fazendas, particularmente cafeeiras, sobressaíam nitidamente das casas humildes

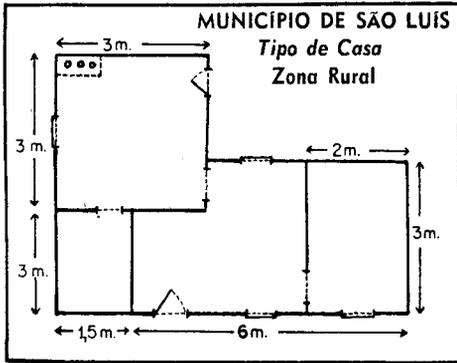


Fig. 8

dos camaradas, meeiros ou pequenos sitiantes. A distinção não persistiu. A policultura de subsistência acabou por nivelar aquelas diferenças decorrentes da presença de uma monocultura comercial como a do café. Algumas sedes de fazenda arruinaram-se, poucas hoje constituem residência de criadores; por outro lado, antigas sedes, realmente suntuosas para a época e o lugar, não raro estão hoje em mãos de pessoas

que nenhum cuidado têm para com elas, de tal forma que seu encaminhamento para tapera vê-se abreviado. Há casos em que a decadência econômica, trazendo consigo a mudança de proprietários de terras, significou o quase total abandono de casas que constituíam verdadeiras jóias arquitetônicas; a sede da fazenda Boa Vista, de 1862, é bem um exemplo entristecedor.

A penetração do mineiro não veio trazer modificações substanciais nessa situação. Só algumas vezes aparecem casas onde a presença do mineiro se faz sentir: são retangulares, com cantoneiras de madeira, paredes de pau-a-pique barreado, telhas portuguesas, quatro águas; porém, o aspecto da casa quanto ao tratamento que recebe é o mesmo.

Em 1950 foram recenseados, nos subúrbios de São Luís, e na zona rural, 2 673 casas. Dêse total, 2 145 eram próprias, 274 alugadas e 254 em outras condições. Está claro que o número de casas consideradas próprias abrange, além daquelas de proprietários de terras, também as de arrendatários e outras em pequeninos aglomerados rurais, a exemplo de Santa Cruz do Rio Abaixo.

Do total das casas recenseadas, apenas 15 possuíam água encanada, 9 eram beneficiadas por iluminação elétrica e somente 383 possuíam aparelho sanitário. Tais fatos são índices do padrão de existência de seus habitantes. O mobiliário acentua o baixo nível de vida da população: é um mobiliário geralmente pobre; tósca, mas forte mesa de madeira lavrada, alguns bancos ou raras cadeiras na sala; uma cômoda às vezes; na cozinha o fogão a lenha, um armário para os utensílios; os quartos com a cama, um banco, um armário. O interior das casas, todavia, é bem tratado, limpo, embora pobre. Em uma ou outra casa que visitamos notamos a presença de rádio e máquina de costura.

Ainda na conformidade do censo de 1950, nas 2 673 casas das zonas suburbana e rural as peças totalizavam 11 270, das quais 4 783 eram dormitórios. Isso significa que, em média, existiam aproximadamente 4 peças por cada casa, sendo que os dormitórios não chegavam a atingir a média de 2 por casa. Neste caso a média é significativa, pois que se aproxima muito do padrão por nós observado na região. A casa de proporções mais comuns têm 3 ou 4 peças: sala, cozinha, dormitório e depósito. São relativamente numerosas as casas com apenas duas dependências, mas contrabalançadas por antigas sedes de fazenda onde as peças superam, às vezes, uma dezena.

A média de pessoas por residência era de 5, portanto relativamente elevada, desde que consideremos o número de peças e principalmente o fato de serem, em média, mais de 2 as pessoas por dormitório.

E — Características básicas do "habitat" rural

Quem percorre as estradas e caminhos da região de São Luís, quer dirigindo-se para Taubaté ou Ubatuba, quer para Lagoinha ou Redenção e Natividade da Serra, conclui, pela disposição das habitações, aí dominando uma dispersão do *habitat*. Variavelmente distanciadas umas das outras, às vezes uma centena de metros, outras vezes praticamente 1 quilômetro, as habitações surgem relativamente isoladas. É que o homem rural vive, na maioria dos casos, em sua propriedade, ou na terra onde trabalha. A irregularidade da extensão das propriedades, e de sua conformação, justifica a irregularidade da disposição das habitações.

Entretanto se prestarmos melhor atenção a essa disposição, notaremos que existe uma constante que a justifica. A esmagadora maioria das habitações aparece ao longo dos vales; os espigões divisores permanecem à margem. A água, como acontece quase sempre no Brasil, presidiu a localização das casas. Não se falando do vale do Paraitinga, ao longo do qual estão situadas numerosas sedes de fazendas, vales como os do Chapéu, Cachoeirinha, Fábrica, Turvo, Turvinho, Caetanos, orientam grosseiramente a maior parte das habitações. Fora do município, mas vizinhos, e com as mesmas características, aparecem o vale do ribeirão do Afonso (Redenção da Serra), e os do Una, das Almas, e outros (Taubaté).

É preciso não exagerar com o sentido da dispersão do *habitat*. Não há dúvida que as habitações estão esparsas, mas há sempre, no seio delas, conjuntos mais ou menos grandes, cujos habitantes mantêm entre si uma série de relações, o que torna o isolamento menos acentuado. Tais conjuntos, com relativa freqüência, encontram-se cristalizados nos bairros rurais. O bairro coincide, portanto, com o grupo de vizinhança.

Em área amorreada como a de São Luís torna-se difícil ao homem rural encontrar um local favorável para situar a casa. Normalmente se

busca baixos terraços, pestanas às margens dos rios, pequeninas zonas de cabeceiras, ombros de erosão ou então as meias-encostas inferiores, quando suaves, para localizar a casa.

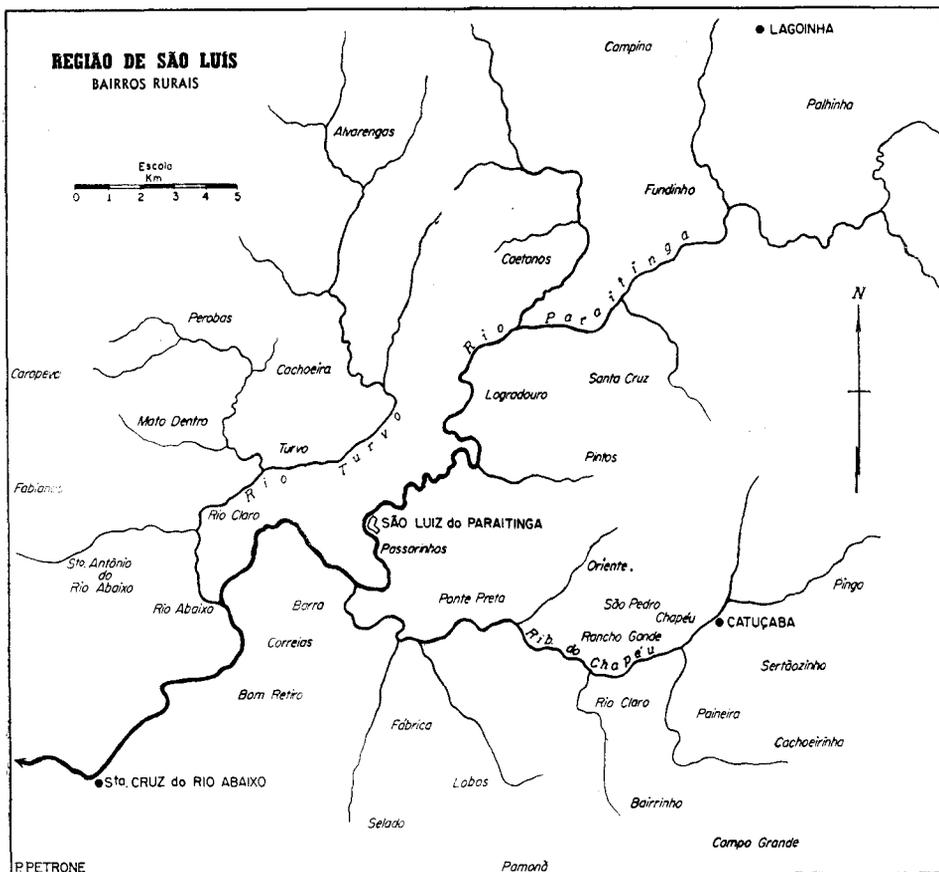


Fig. 9

Embora domine na região a dispersão do *habitat*, isso não significa que não existam núcleos rurais de concentração das habitações. Eles surgem junto a São Luís, como conseqüência da presença da cidade, em torno de uma capela ou de uma encruzilhada onde aparece a venda de beira de estrada. Bons exemplos desses núcleos são a própria vila de Catuçaba, sede distrital, a Vargem dos Passarinhos, o bairro de Santa Cruz do Rio Abaixo; fora das divisas municipais, em terras do município de Taubaté, podemos citar como exemplos os bairros de Carapeva e Fabianos e a pequena vila do Registro.

A vila de Catuçaba, de planta nitidamente linear, assenta-se sobre acanhado baixo terraço no vale do ribeirão do Chapéu, a leste de São Luís. Com algumas dezenas de casas é aglomerado tipicamente rural, apesar da presença de alguns negócios. Nela habitam de preferência camaradas que encontram trabalho nas propriedades vizinhas. Hoje em dia algumas casas na vila e nos arredores se encontram abandonadas, (algumas casas da vila permanecem fechadas em virtude de seus

moradores se encontrarem na roça). No caminho de São Luís há uma capela arruinada, tomada pelo mato. É que do local tem saído muita gente; a necessidade de braços tem diminuído em virtude da decadência da lavoura e aumento da pecuária. Sob muitos aspectos o problema aí é idêntico ao que nos mostrou C. B. SCHMIDT a propósito do bairro da Pedra Negra no município de Taubaté.

A propósito do bairro de Vargem dos Passarinhos e de Santa Cruz do Rio Abaixo, nada mais há a acrescentar ao que já disse C. B. SCHMIDT. Limitamo-nos, portanto, a transcrever suas observações: "O bairro dos Passarinhos está situado a pouco mais de 1 quilômetro da cidade de São Luís e suas casas distribuídas em ambos os lados da estrada que vai desta cidade para Ubatuba, no litoral. Os terrenos onde estão construídas as habitações possuem poucos metros de largura. Os fundos, por sua vez, são de extensão bastante limitada. De um lado, logo à margem da estrada, altos morros se levantam de forma que os quintais quase não possuem espaço, ou mesmo, são inexistentes. Do lado oposto, as casas fazem fundo para o rio Paraitinga, a poucos metros da estrada. No bairro residem lavradores, que trabalham de parceria nas fazendas próximas; camaradas assalariados, que trabalham na cidade, nas lavouras dos arredores e nos serviços de conservação da estrada de rodagem. Não existe nem capela e nem escola, e o armazém está quase sempre fechado, pois a cidade é tão próxima que nela os moradores satisfazem suas necessidades religiosas e de instrução, e de aquisição de utilidades"⁹¹. Hoje a vargem dos Passarinhos pode ser considerada zona suburbana de São Luís.

"O arraial de Santa Cruz do Rio Abaixo está localizado em um terreno outrora doado por um particular para a ereção de uma capela. A capela foi construída. Próximo a ela, dividida em lotes o restante da área, vieram se juntar vários moradores que ali construíram suas casas. São donos das habitações, não da terra. Vendem as casas e cedem o direito sobre os terrenos. Direito sem título algum, tudo feito verbalmente. Também não pagam foro do terreno a ninguém. Não existe quem administre aquela terra. Tudo é feito segundo a tradição e o costume". E mais adiante: "a população do arraial é composta de camaradas assalariados e de lavradores que arrendam terras nas proximidades. A capela primeiro, e agora o armazém, são as forças centrípetas responsáveis pelo povoamento compacto"⁹². Quando estivemos em Santa Cruz do Rio Abaixo, em janeiro de 1956, o proprietário da fazenda Boa Vista, na época também dono do armazém, declarou-nos que as terras onde se situa o arraial pertencem à fazenda.

É interessante notar que a criação de gado veio acentuar ainda mais a dispersão do *habitat* com a rarefação da população e o desaparecimento de muitas das causas que justificavam os núcleos rurais.

⁹¹ SCHMIDT, Carlos Borges — *A vida rural no Brasil*, p. 28.

⁹² SCHMIDT, Carlos Borges — *A vida rural no Brasil*, p. 29.

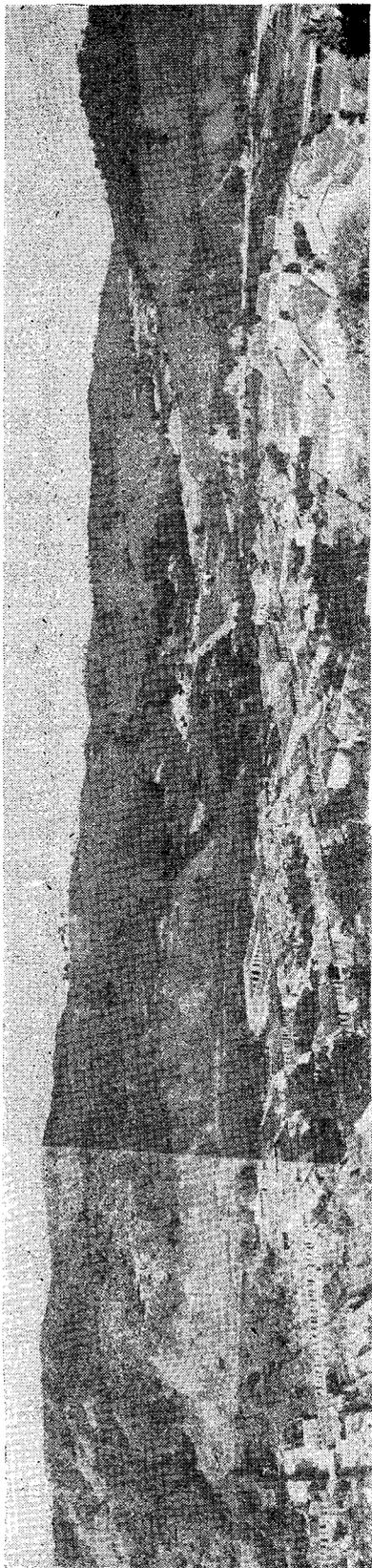


Foto 35 — Aninhando-se no fundo de um "atvéolo", e só recentemente escalonando as encostas do morro do Cruzeiro, São Luís aproveitou-se de um dos raros espaços menos desfavoráveis, em uma área acidentada como toda a circunjacente à cidade. Da direita para a esquerda vemos a ponte sobre o Paraitinga, o edifício da Matriz e o quadrilátero do Mercado (foto I. N. Takeda).

VII — A CIDADE DE SÃO LUÍS DO PARAITINGA

Generalidades

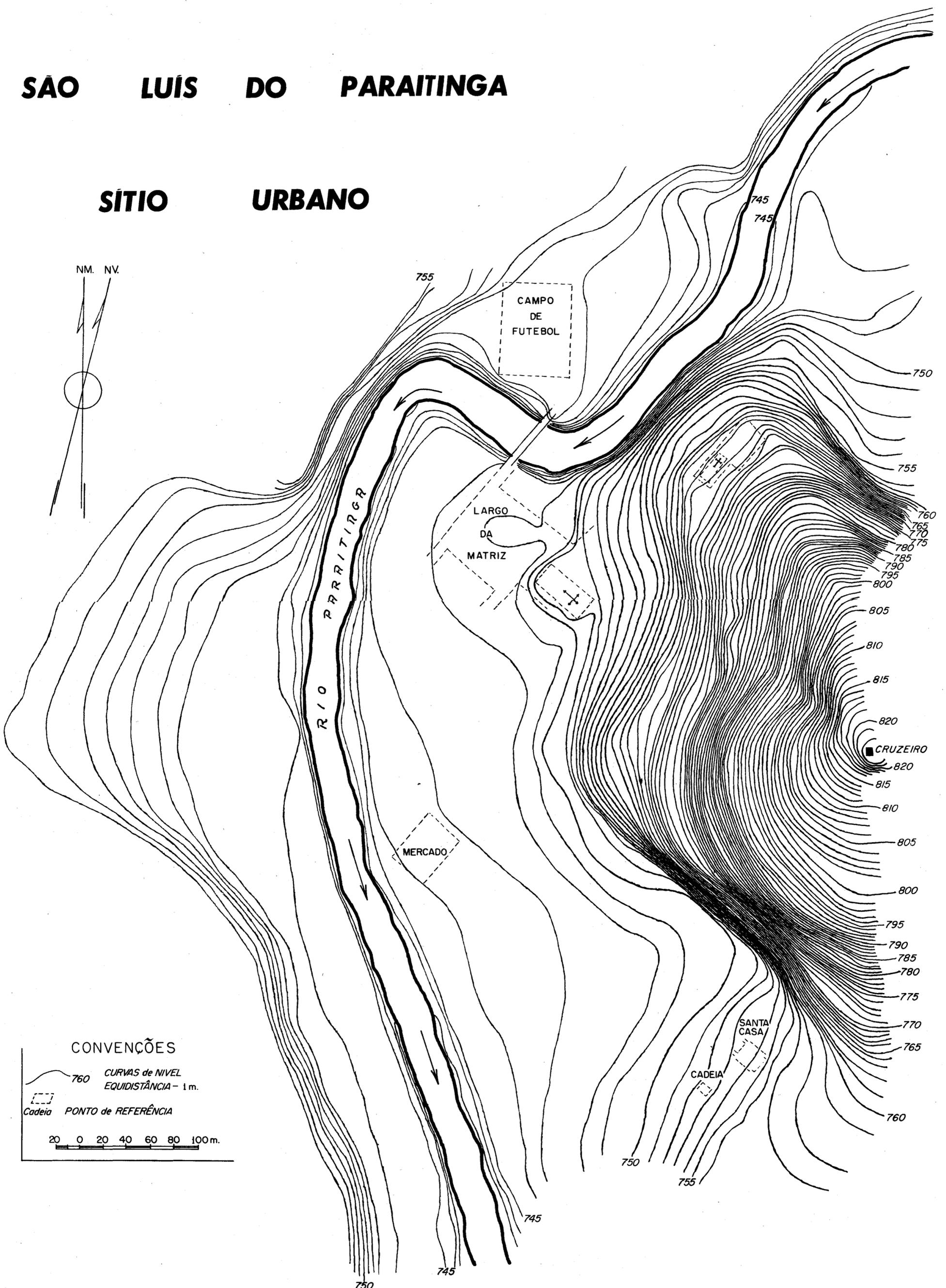
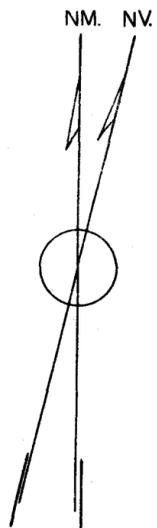
Situada no vale do Paraitinga, junto ao caminho que de Taubaté leva a Ubatuba, São Luís pertence a um conjunto de cidades que serviram e servem como elos entre antigos portos do litoral ao norte de Santos, e centros urbanos do vale do Paraíba. Elo de vias transversais que uniam o grande eixo de comunicações do vale do Paraíba ao mar. São Luís aparenta-se, portanto, a Paraibuna, no caminho entre São José dos Campos e São Sebastião e Caraguatatuba; a Cunha, entre Guaratinguetá e o antigo pôrto de Parati.

Como as cidades citadas, São Luís teve períodos de prosperidade decorrentes de dois fatos: 1) por ser o centro de uma área que, conforme vimos, conheceu certa euforia econômica, particularmente na segunda metade do século passado; 2) por ter sido pouso obrigatório no caminho para Ubatuba, utilizado como via de escoamento da produção de grande parte do médio vale do Paraíba, também no século passado.

Da mesma forma como Cunha e Paraibuna, São Luís conheceu fase de decadência, decorrente não só do quase total desaparecimento da lavoura cafeeira, mas, ainda, da decadência dos portos do litoral norte — no caso Ubatuba — em virtude da construção das ferrovias Central do Brasil e São Paulo Railway, as quais captaram o vale do Paraíba para a hinterlândia de Santos ou então do Rio de Janeiro.

SÃO LUÍS DO PARAITINGA

SÍTIO URBANO



CONVENÇÕES

-  760 CURVAS de NIVEL
EQUIDISTÂNCIA - 1m.
-  Cadeia PONTO de REFERÊNCIA

20 0 20 40 60 80 100m.

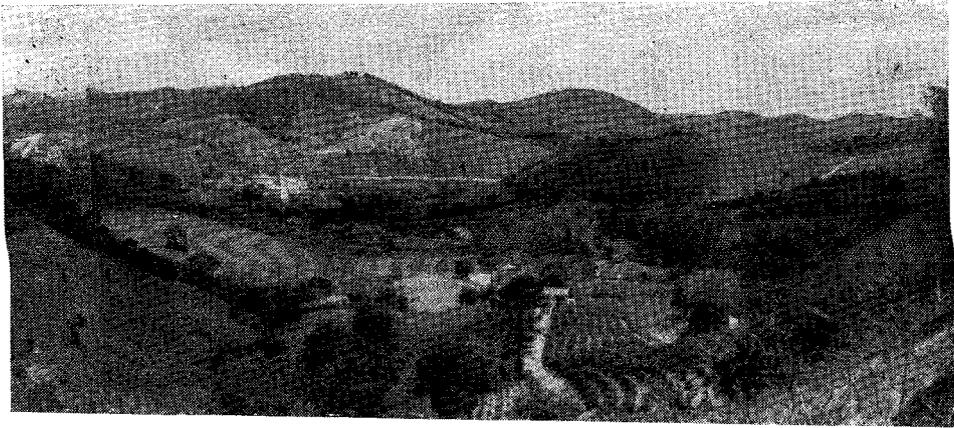


Foto 36 — Chegando-se a São Luís pela estrada que vem de Taubaté descortina-se a cidade graças ao vale de pequeno ribeirão. A primeira impressão que temos é justamente a de que São Luís está aninhada ou anichada no fundo de uma secção do vale do Paraitinga (foto I. N. Takeda).

Mais nova que muitas das cidades do vale do Paraíba, por situar-se em região que ficava à margem das principais vias de penetração, São Luís voltou a ser uma cidade “marginal”; no seu triste isolamento, mais pronunciado nos primeiros três decênios dêste século, fazia-nos lembrar o quanto eram verdadeiras as observações de MONTEIRO LOBATO sôbre as cidades mortas.

Finalmente, e mais uma vez assemelhando-se a Cunha e Paraibuna, São Luís tornou-se centro de uma atividade, principalmente pastoril a qual, com a produção e o comércio de leite, deu certa vitalidade à região e à cidade. Por outro lado, a melhoria da estrada de rodagem para Ubatuba, permitindo o tráfego de veículos motorizados, veio tirar São Luís do isolamento em que se encontrava. Não porque voltasse a se tornar escala na via para Ubatuba, mas sim porque, passagem obrigatória para aquêles que procuram Ubatuba para veraneiar, deixou São Luís de ser uma cidade quase desconhecida no estado de São Paulo.

Com uma evolução das mais interessantes, com aspectos urbanos pitorescos, com uma população que conserva alguns hábitos sugestivos, a cidade de São Luís não poderia deixar de figurar, mesmo em um breve estudo sôbre a região como é êste.

A — O sítio urbano e a estrutura

Tratando dos aspectos físicos da região de São Luís, tivemos oportunidade de nos referir à existência, ao longo do vale do Paraitinga, de pequeninas planícies de nível de base local, verdadeiros “alvéolos”, ocasionados pela presença de soleiras no curso do rio. Em uma dessas modestas planícies desenvolveu-se a atual cidade de São Luís do Paraitinga. De fato, a jusante da cidade, pouco mais ou menos 1 quilômetro, na Vargem dos Passarinhos, o rio Paraitinga apresenta-nos em seu leito uma soleira gnáissica, em parte esquistosa, bem orientada no sentido



Foto 37 — Chegando-se a São Luís, vindo de Ubatuba, após atravessar a área da soleira da Vargem dos Passinhos, correspondente ao estrangulamento do vale do Paraitinga, descortina-se parte da várzea formada pelo rio, aproveitada, nos trechos mais elevados, pelo centro urbano (foto I. N. Takeda).

OSO-ENE, praticamente leste-oeste. O leito do rio dispõe-se transversalmente a essa e outras soleiras menores, mais a montante, de forma que nesse trecho de seu curso apresenta uma série de corredeiras. A zona das soleiras corresponde a um trecho estrangulado do vale que explica a natureza alveolar da secção imediatamente a montante. Esse conjunto de soleiras cuja altitude é pouco inferior a 740 metros, foi responsável, a montante, por um aluviamento de natureza flúvio-lacustre. Periódicamente, no período chuvoso anual, as águas do rio Paraitinga, não tendo a vazão necessária em virtude do represamento pela soleira, extravasavam, inundando áreas relativamente grandes nas partes baixas, no sopé dos flancos dos morros do anfiteatro alveolar e depositando, quer por ocasião das cheias, quer quando do escoamento das águas, apreciável quantidade de sedimentos. Originou-se, assim, uma planície sedimentar, cujas proporções, entretanto, não são muito grandes. Em tal planície, mais tarde, o rio aprofundou um pouco o seu leito, após ter descrito meandros que foram divagantes, em virtude de uma retomada de erosão que continua em processo na atualidade. O resultado foi que o nível da planície se alteou um pouco em relação ao do leito do rio, de modo a não ficar mais sujeito às inundações com a mesma frequência anterior. Daí formar-se um patamar parcialmente abrigado das inundações — hoje inteiramente verdadeiro baixo terraço fluvial em processo de definição. A altitude do patamar se encontra entre 747 e 750 metros, obedecendo, de modo geral, à gradação de cotas dentro da área de sedimentação da margem côncava de um meandro. A extensão do patamar, ao longo do rio, supera de muito pouco um quilômetro, principalmente na margem esquerda do rio, e a sua largura, nas partes mais extensas, gira em torno de 200 metros aproximadamente. Estrangulado a montante e a jusante, o patamar vê-se como que rodeado pelos morros que, nas duas margens do rio, elevam-se a mais de 800 metros — o morro do Cruzeiro está a 822 metros — através de vertentes ora íngremes, ora interrompidas por ombros de erosão não

muito bem definidos. Uma rápida observação da carta anexa nos fará compreender o fato.

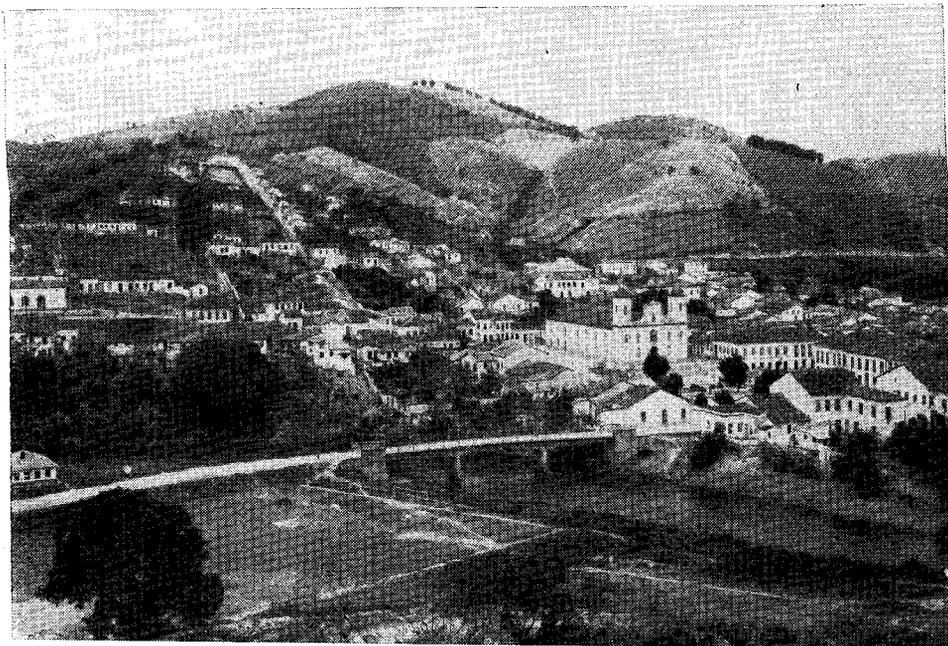


Foto 38 — Três fases do crescimento da cidade de São Luís. À esquerda, próximo à igreja do Rosário, com suas casas dando com os fundos na íngreme barranca do rio, a parte mais antiga; à direita, dominada pela Matriz, a parte que foi edificada no século passado, segunda metade principalmente; finalmente, o casario sobe a encosta do morro do Cruzeiro, em virtude da falta de espaço e dos preços das poucas áreas planas existentes (foto T. Jablonski).

Embora exíguo, o espaço plano representado pelo patamar foi utilizado pela cidade. É preciso compreender que em uma área de relêvo como o da região de São Luís praticamente não existem “sítios” favoráveis que possam permitir a presença de cidades mais avantajadas. Daí o interesse, mesmo de acanhados “alvéolos” com modestas porções planas, como o da cidade de São Luís.

De modo geral, portanto, os elementos morfológicos que formam o sítio urbano de São Luís são apenas dois e bastante simples: um baixo terraço, acanhado, e os morros, com flancos às vezes suavizados por ombros de erosão.

A cidade dispõe-se, em sua maior extensão, à margem esquerda do rio, abaixo da cota de 750 metros, sôbre o baixo terraço, portanto. Premida pela falta de espaço, sobe parte do morro do Cruzeiro, chegando mesmo a atingir, com algumas casas, a cota de 805 metros.

A estrutura da cidade é grosseiramente ortogonal. As principais ruas — Barão do Paraitinga, 31 de março, Monsenhor Inácio Gioia, Coronel Manuel Bento, Domingos de Castro — cruzam-se em ângulos retos, num traçado em xadrez, dentro do qual se dispõe a praça principal da Matriz. As primeiras três ruas citadas têm orientação geral sudoeste-nordeste, enquanto as duas últimas se orientam no sentido noroeste-sudeste; dêsse modo elas como que envolvem o

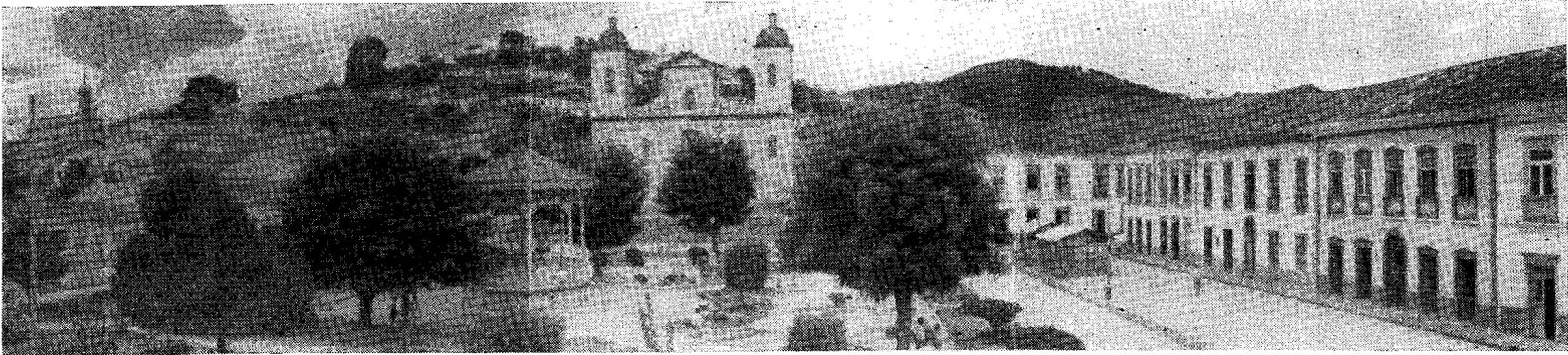


Foto 39 — O largo da Matriz e os sobradões do século passado (foto I. N. Takeda).

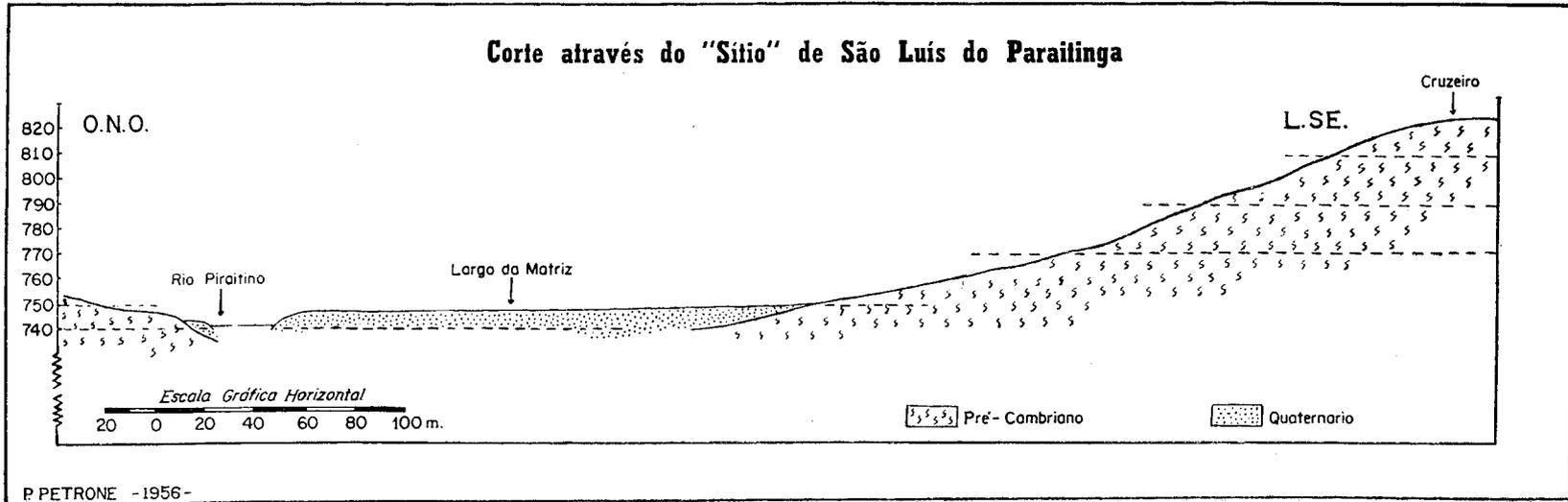


Fig. 12

morro do Cruzeiro, acompanhando o curso do rio em enorme *L* ajustado grosseiramente ao meandro por êle descrito. Há, embora não dos mais nítidos, um caráter linear na cidade. Tal caráter transparece principalmente nos dois grandes eixos representados pelas ruas Coronel Manuel Bento e Domingos de Castro de um lado, e Monsenhor Inácio Gioia e Carvalho do outro. A disposição em *L*, a quase linearidade, a retilinearidade das ruas e o caráter ortogonal das quadras é, nessa principal parte da cidade, decorrência do sentido do rio, da presença do baixo terraço, de sua forma e exigüidade, alongado no sentido do rio, mas apertado pelo morro do Cruzeiro principalmente.

Outra parte da cidade, localizada nos flancos do morro do Cruzeiro, procura manter o mesmo traçado da primeira. Daí a presença de ruas com declividades por demais acentuadas, ladeiras difíceis de vencer.

Apenas em duas partes a cidade se apresenta mais irregular no seu traçado. Uma, menos importante, encontra-se junto ao largo das Mercês, donde se sobe parte da encosta do morro do Cruzeiro em ziguezague; outra, mais expressiva, é a que se estende da Matriz até o cemitério do Rosário, área que foi o berço inicial de São Luís.

B — Origem e evolução

Ao tratar do início do povoamento da região de São Luís, vimos que “as primeiras sesmarias concedidas nesta paragem foram a 5 de março de 1688 ao capitão MATEUS VIEIRA DA CUNHA e a JOÃO SOBRINHO DE MORAIS, que ao capitão-mor de Taubaté FILIPE CARNEIRO DE ALÇAÇOUVA E SOUSA requereram, alegando que a queriam ir povoar”⁹³.

Sòmente oitenta anos depois, entretanto, a fundação de uma povoação no vale do Paraitinga tornou-se objeto de considerações da população e da administração. De fato, “a 2 de maio de 1769 o governador-geral D. LUÍS ANTÔNIO DE SOUSA BOTELHO E MOURÃO defere uma petição para que seja fundada uma povoação entre Taubaté e Ubatuba, dando o nome de São Luís e Santo Antônio do Paraitinga, e à igreja a invocação de N.S. dos Prazeres”⁹⁴. No mesmo mês de maio, dia 8, “o sargento-mor MANUEL ANTÔNIO DE CARVALHO foi nomeado fundador e governador da nova povoação”⁹⁵.

Nesses primeiros anos a administração procurou incentivar o desenvolvimento da novel povoação, favorecendo, sempre que possível, o aumento do número de seus habitantes. Sob êsse aspecto, é sugestiva a ordem baixada pelo governador-general em 18 de maio de 1771 “que obrigava os senhorios a comprarem as benfeitorias dos que, estando arranchados em terras alheias, quisessem mudar-se para a nova povoação”⁹⁶. A iniciativa oficial, na criação e no incentivo ao desenvolvi-

⁹³ AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de — *Obra citada*, p. 140.

⁹⁴ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 504.

⁹⁵ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 504.

⁹⁶ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 504, e AGUIAR, Mário — *Obra citada*, p. 7.

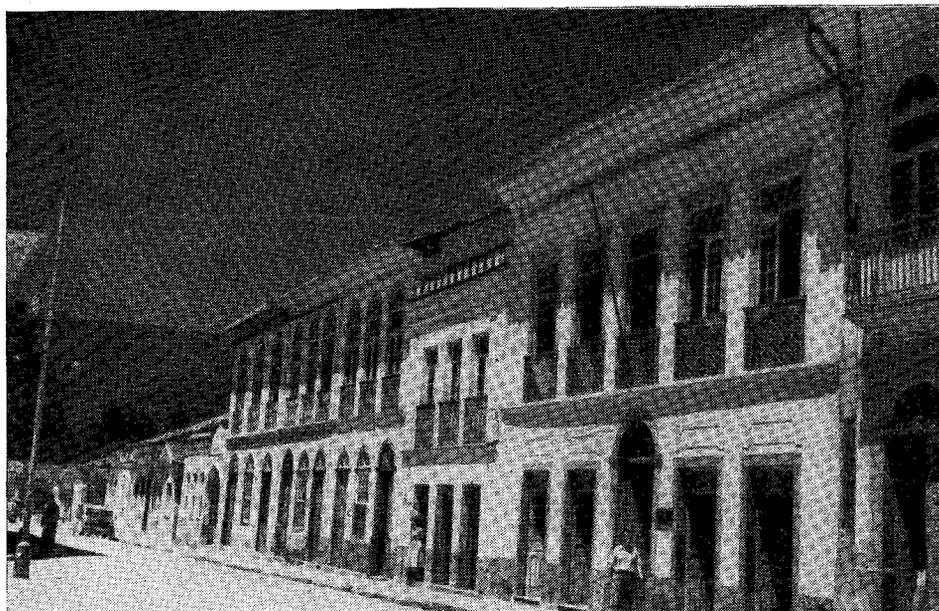


Foto 40 — Velhos casarões de São Luís do Prata. O edifício da direita é o da Prefeitura (foto I. N. Takeda).

mento do núcleo transparece na rapidez com que foi elevado à categoria de vila, fato que, “com alvoroço e alegria de seus habitantes”⁹⁷, verificou-se a 31 de março de 1773⁹⁸.



Foto 41 — Rua 31 de Março, uma das mais importantes de São Luís (foto P. Petrone)

Os primeiros tempos da nova vila faziam esperar grandes progressos, particularmente porque vinha amparada pelos poderes públicos, conforme vimos, como poucas outras. “Os resultados, entretanto, não corresponderam a tão grandes esperanças”⁹⁹. O quadro econômico dos arredores, permanecendo em situação de economia fechada, auto-suficiente, e pobre, não poderia, é lógico, justificar maior desenvolvimento do núcleo. Permaneceu “vila medíocre”, onde apenas “uma extensa ponte sôbre o rio, que a banha, a coisa mais notável que nela se encontra”¹⁰⁰, até o início do século XIX. Continuou modesta nos pri-

⁹⁷ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 504.

⁹⁸ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 504, e AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de — *Obra citada*, p. 141.

⁹⁹ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 504.

¹⁰⁰ CASAL, Aires de — *Corografia Brasilica — fac-simile* da edição de 1817 — Rio de Janeiro — 1945, p. 242.

meiros decênios do século XIX e, segundo MÜLLER, nela “existe como edifício público, simplesmente a Igreja Matriz... a obra da cadeia está somente começada”¹⁰¹. A vila, na época, encarapitava-se no flanco inferior do morro do Cruzeiro (alto de São Sebastião), na encosta ocidental, com muitas de suas casas dando fundos, de quintais com terrenos íngremes, para o rio. A planície, ainda sujeita a esporádicas inundações, permanecia várzea praticamente inaproveitada, a não ser pela estrada, de quem vinha de Taubaté, após atravessar longa ponte de madeira. Afrontando-se a íngreme encosta do morro do Cruzeiro, saía-se para o caminho de Ubatuba¹⁰², então trilhado, como o de Taubaté, por tropas, as mais importantes das quais apenas tinham em São Luís um ponto de passagem, pois que uniam o vale do Paraíba ao litoral. Para montante da vila, acompanhando o vale durante algum tempo, desenrolava-se o caminho para a zona de Cunha. Poucos profissionais existiam na vila: “5 carpinteiros, 12 ferreiros, 1 oleiro, 4 alfaiates 2 sapateiros”¹⁰³, atestando a sua pequenez. E apesar da referência às “146 pessoas que sabendo ler e escrever têm decente subsistência”¹⁰⁴, MÜLLER nos chama a atenção para o fato de não constar existir uma escola em São Luís¹⁰⁵.

Dessa época em diante, todavia, a crescente riqueza econômica, baseada particularmente na cultura do cafeeiro, fez com que o núcleo se tornasse maior, progredisse com relativa rapidez, transformando-se, em fins do século passado, em um centro urbano belo e de bastante movimento. O progresso, nessa fase, justificou sua elevação à categoria de cidade, por lei provincial de 30 de abril de 1857¹⁰⁶. Não muito tempo mais tarde, mereceu, por título de 11 de junho de 1873, a denominação de Imperial¹⁰⁷.

Essa segunda metade do século passado, foi a fase de maior esplendor de São Luís. A cidade cresceu, estendendo-se ao longo do estreito baixo terraço, aninhando-se no fundo do “alvéolo” e contornando, a oeste e sul, o morro do Cruzeiro. O casario, pouco a pouco, foi-se alinhando ao longo das novas ruas, relativamente largas, retas e planas, ou então em tórno do grande largo da Matriz.

Além da igreja Matriz, a cidade possuía dois outros templos, a capela de N.S. do Rosário, hoje reconstruída e inteiramente diferente de então, e a das Mercês¹⁰⁸, ainda existente e sob a responsabilidade do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A riqueza decorrente da lavoura cafeeira possibilitou o embelezamento da cidade. Nessa época foram construídos alguns ricos edifícios, o mais das vezes assobradados, muitos dos quais existem ainda hoje.

¹⁰¹ MÜLLER, Marechal D. P. — *Obra citada*, p. 43.

¹⁰² AGUIAR, Mário — *Obra citada*, p. 9.

¹⁰³ MÜLLER, Marechal D. P. — *Obra citada*, p. 241.

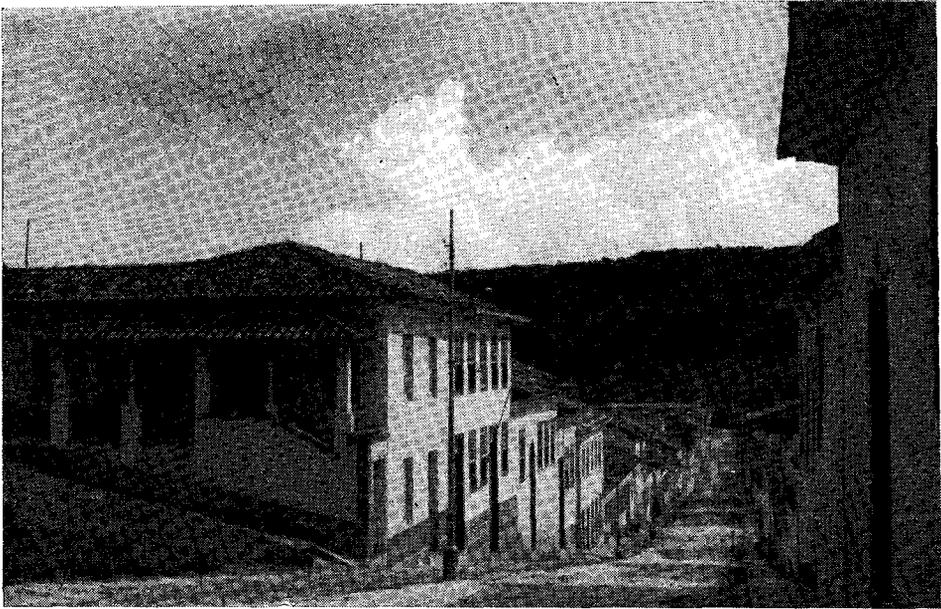
¹⁰⁴ MÜLLER, Marechal D. P. — *Obra citada*, p. 44.

¹⁰⁵ MÜLLER, Marechal D. P. — *Obra citada*, p. 156.

¹⁰⁶ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 505.

¹⁰⁷ PINTO, Adolfo Augusto — *Obra citada*, p. 505.

¹⁰⁸ AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásto de — *Obra citada*, p. 141.



Uma idéia do que foi a cidade nos pode fornecer uma visita ao edifício de 1895, na esquina da rua Coronel Domingos de Castro com Monsenhor Inácio Gióia; o edifício do Grupo Escolar, de 1899; a residência de 1858, ao lado da Matriz, ou o edifício do atual hotel, de 1854, na rua 31 de Março. O largo da Matriz, com seu ângulo de sobrados, de 1858, 1861, 1870, 1859, 1853, é também, testemunho eloqüente da feliz prosperidade da segunda metade do século passado.



Fotos 42 e 43 — Ruas de São Luís de Paraitinga (fotos I. N. Takeda e P. Petrone).

A verdade é que nesse período a cidade adquiriu muito de sua atual fisionomia. Algumas ruas foram mesmo objeto de tósca pavimentação com lajes irregulares, muitas das quais são as que hoje aparecem no calçamento dos estreitos passeios.

Ainda fruto do desenvolvimento que caracterizou esse período, foi a situação que vamos encontrar no primeiro quartel do século XX; pálido reflexo do esplendor que se fôra, já com fortes marcas da decadência que se seguiria à derrocada da lavoura cafeeira. Através do edital do lançamento de impostos para o ano de 1922, podemos ter um quadro da situação da cidade na época. Os profissionais assim se distribuíam: 5 barbeiros, 2 advogados, 1



Fotos 44 e 45 — *Em cima a rua Coronel Domingos de Castro, uma das que possuem maior movimento comercial; em baixo, um correr de casas modestas na periferia da cidade*
(fotos P. Petrone e I. N. Takeda)

médico, 3 empreiteiros, 6 ferreiros, 4 marceneiros, 3 carpinteiros, 13 pedreiros, 1 vendedor de bilhetes de loteria¹⁰⁹.

Nesse mesmo ano, 40 pessoas foram incluídas no lançamento dos impostos de consumo de aguardente e comércio; dêsse total, 13 mantinham suas atividades na cidade. Além disso, a cidade possuía 4 padarias, 1 bilhar, 2 botequins, 1 fornecedor de fazendas, 1 hotel e uma pensão,

¹⁰⁹ O Luisense — ns. 687 e 688 — 12 e 19 de fevereiro de 1922, São Luís do Paraitinga.

uma oficina tipográfica, 2 negócios de aguardente, 5 negócios de exportação de porcos, 1 açougue, 7 casas de fazendas, 15 armazéns de secos e molhados, 5 cafés, 2 farmácias e, no mercado municipal, 35 bancas de toucinho ¹¹⁰. Tais elementos indicam a existência de uma cidade com certo movimento. “As ruas são retas e calçadas com pedra britada. Seus principais edifícios são a Câmara, Matriz, Grupo Escolar e Santa Casa. Tem abastecimento de água” ¹¹¹.

A administração velava em favor de uma cidade limpa e ordeira. Em edital de 21 de agosto de 1916 a prefeitura proibia, expressamente, atirar “lixo e matérias pútridas nas zonas da cidade”; outrossim, solicitava a todos os proprietários de prédios que caiassem seus imóveis, “as frentes de seus prédios, janelas, portas, paredes ou muros” ¹¹². No ano seguinte, o delegado de polícia comunicava que exerceria severa repressão à vagabundagem e que, só nos domingos seria permitido aos pobres pedir esmolas, e assim mesmo, “com prévia licença, por escrito...” ¹¹³.

A vida da cidade era relativamente intensa. As principais datas, cívicas ou não, religiosas ou profanas, eram festejadas e para isso concorria a existência de duas corporações musicais: S.S. Sacramento



Foto 46 — Passeios e sargetas de São Luís. Essas lajes já foram usadas como calçamento das principais ruas da cidade (foto P. Petrone).

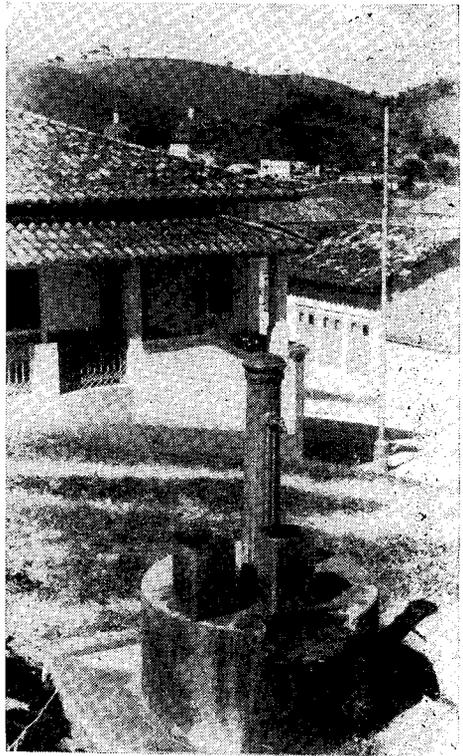


Foto 47 — Um dos chafarizes públicos de São Luís (foto P. Petrone).

¹¹⁰ *O Luisense* — Ns. 687, 688, 692, 693 e 694 — 12 e 19 de fevereiro; 19 e 26 de março e 9 de abril de 1922. — São Luís do Paraitinga.

¹¹¹ EGAS, Eugênio — *Os Municípios Paulistas*, p. 1.871.

¹¹² *O Luisense* — Ano XIV — N.º 472, 4 de outubro de 1916, São Luís do Paraitinga.

¹¹³ *O Luisense* — Ano XIV — N.º 515, 6 de setembro de 1917, São Luís do Paraitinga.

e Santa Cecília. Festejava-se o Natal e o 13 de Maio, Reis e o 7 de Setembro, os santos juninos e o Divino, sempre com quermesses, jongo, etc.) .

Existia na cidade um conjunto dedicado a récitas de teatro, o Grupo Dramático Luisense e, às vèzes, grupos de outras cidades apresentavam peças de seus repertórios, como em 29 de setembro de 1918, quando o Grupo Dramático Natividense, apresentou, no salão municipal, o drama de Giacometti, "A Morte Civil" ¹¹⁴.

A cidade mantinha contínuas relações não apenas com os centros mais próximos, mas também com São Paulo. Os jornais da cidade, em todos os seus números, dão-nos sempre uma relação de pessoas que chegam ou partem de viagem, mostrando bem que só mais tarde, do início do segundo quartel do século em diante, é que São Luís iria se tornar um centro quase isolado.

As possibilidades fornecidas pela lavoura cafeeira permitiram que em São Luís se formasse um escol financeiro, mas também cultural. Tal fato se depreende de anúncios como êste: "Vendem-se os direitos sôbre dois pianos e um violino depositados na casa..." ¹¹⁵.

Finalmente, a existência do jornal hebdomadário em que nos baseamos para as considerações acima, e de outros mais, a exemplo de *O Porvir*, atesta a vitalidade do núcleo. É o próprio *Luisense*, entretanto, que em editorial de um dos seus números chama a atenção para a vida estacionária da cidade, comparando-a com a de anos anteriores, e como que anunciando o período de decadência que viria a seguir.

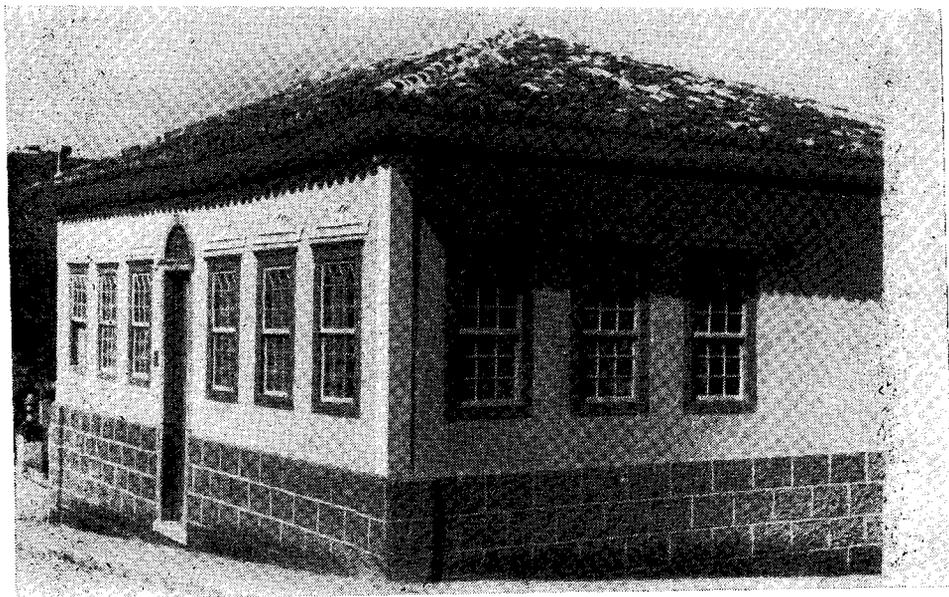


Foto 48 — A casa senhoril lembra um passado rico... (foto P. Petrone).

¹¹⁴ *O Luisense* — Ano XVI, n.º 559, 10 de outubro de 1918, São Luís do Paraitinga.

¹¹⁵ *O Luisense* — Ano XV, n.º 522, 15 de novembro de 1917, São Luís do Paraitinga.

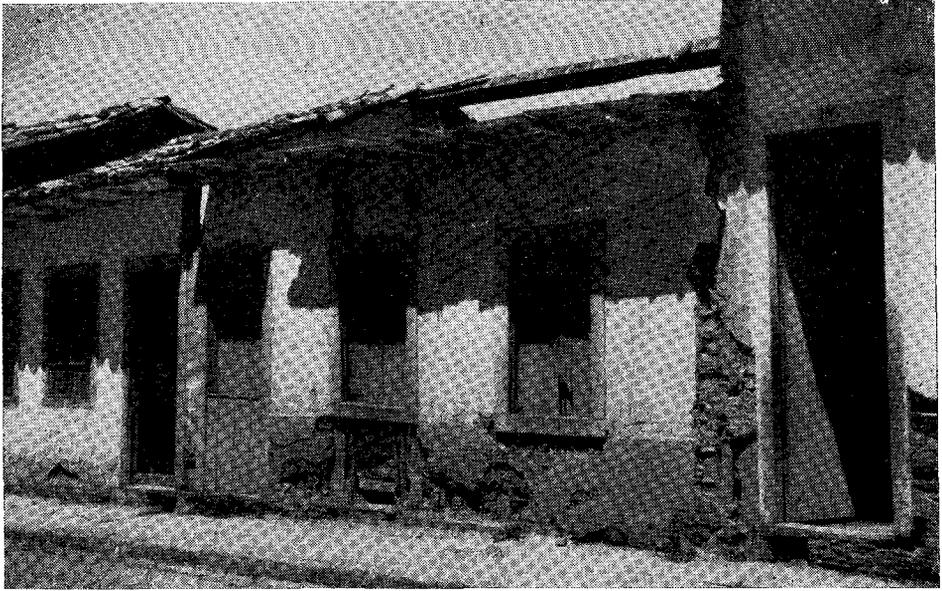
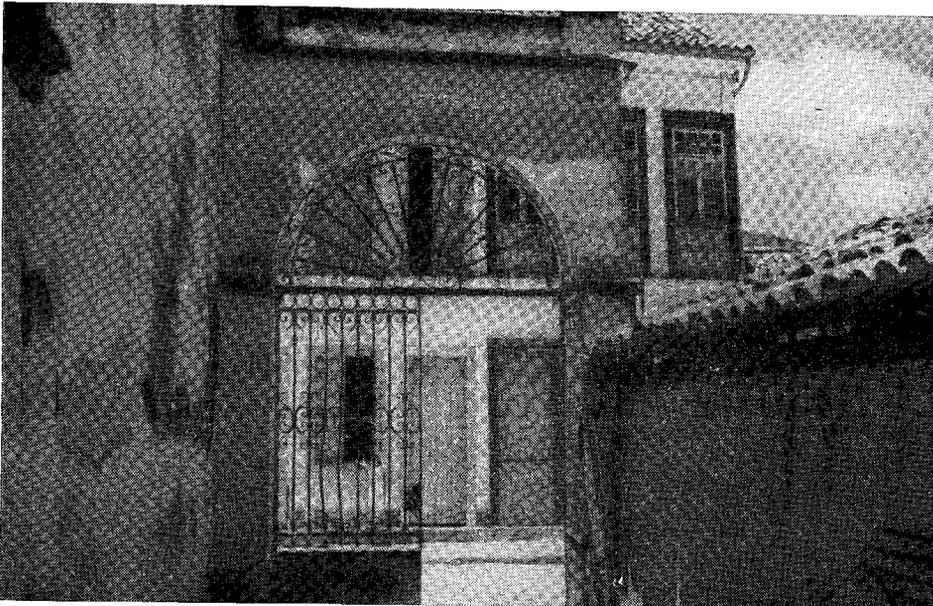


Foto 49 — ... enquanto a tapera de uma casa modesta testemunha a presente de uma cidade pobre (foto P. Petrone).

A fase de decadência perdurou praticamente até os nossos dias, pois que somente agora, com a presença de uma estrada relativamente boa, que substituiu o antigo caminho de tropas entre Taubaté e Ubatuba, e com pequeno reerguimento econômico que se nota no município, é que a cidade se refaz lentamente. Seu aspecto é praticamente o mesmo do início do século. Poucas, as casas novas, algumas agarrando-se, com dificuldades, à encosta íngreme do morro do Cruzeiro. Começa, tímidamente, a ocupar a margem direita do rio, adiante de moderna ponte de concreto: um campo de futebol, pôsto de gasolina, um estabelecimento da Vigor, mais uma dezena de habitações, a maioria novas. As ruas perderam a maior parte de seu calçamento; as lajes foram aproveitadas para os estreitos passeios. Destituída de rêde de esgotos, mas com serviço de abastecimento de águas, com três chafarizes públicos, e com iluminação elétrica, no conjunto pouco mudou. Talvez a praça principal, ou o pequeno pátio da rua 31 de Março, com seus ajardinamentos. O casario, com portas e janelas berrantemente coloridas, contrastando vivamente com o amarelado, róseo ou cinza claro das paredes, alinha-se, compacto, ao longo das ruas e praças, sem jardins em frente, com fachadas dando diretamente no passeio. A velha igreja matriz em estilo colonial, com suas espêssas paredes de taipa; os antigos sobradões e mesmo os casarões térreos, às vêzes com rótulas, freqüentemente com balcões de ferro trabalhado, todo o casario, em sua maior parte edificado com paredes de taipa ou mesmo de pau-a-pique barreado, tudo, mesmo alguns aspectos da vida de seus habitantes, lembra o passado. Os 1 400 habitantes têm vida calma, pacata, que se reflete no movimento da cidade, lento no decorrer de tôda a semana. À noite, o cinema local é a única diversão; aos sâbados o mercado atrai os

sitiantes dos arredores; sábados e domingos à noite, passeio no jardim, uma ou outra vez com retreta; quermesse junto à Matriz em dias santos; reuniões dançantes uma vez ou outra, nos dois clubes locais. Os ônibus que chegam ou partem, vindos de Taubaté ou Ubatuba, sempre despertam a atenção dos poucos transeuntes. Os veículos são poucos: em 1955 apenas 13 automóveis e camionetas, 15 caminhões e 3 ônibus; além disso, 3 motocicletas, 73 bicicletas e 4 aranhas, 3 carroças e 8 carros de boi¹¹⁶. Em compensação, particularmente aos sábados ou nos dias



Fotos 50 e 51 — Os telhados de uma cidade velha. Na foto de baixo, um pormenor de uma residência (fotos P. Petrone e I. N. Takeda).

¹¹⁶ Dados obtidos na Agência Municipal de Estatística do IBGE em São Luís do Paraitinga.

festivos, são muito numerosos os animais de sela e, no primeiro caso, os cargueiros. Enfim, tudo, na vida da cidade, contrasta com os eloqüentes testemunhos de um passado melhor, sugestiva e pitorescamente representado pelos velhos e bonitos sobradões do século passado.

C — *As funções urbanas*

A cidade de São Luís apresenta multiplicidade de funções, porém, tôdas modestas, de acôrdo com as proporções do aglomerado.

No conjunto pode-se afirmar que São Luís é um centro regional, atingindo sua influência tôda a área do município e ainda pequeninos trechos de municípios vizinhos, tais como Natividade da Serra, Redenção da Serra, Taubaté e principalmente Lagoinha que, só há pouco tempo, foi desmembrada de São Luís. Tôdas as funções específicas, as econômicas como as administrativas e sociais, estão sujeitas a êsse caráter de centro regional. Uma rápida análise de cada uma delas confirmará a observação.

A mais importante, sem dúvida, é a função comercial. Não porque a cidade constitua entreposto ou mercado de grande envergadura, mas apenas porque ela permite que a produção agrícola regional encontre escoamento. De fato, em São Luís, quando agricultores os sitiantes e fazendeiros conseguem vender a maior parte de sua produção, quer para o consumo do próprio aglomerado, quer para exportação em direção a Taubaté ou São Paulo. As transações, mais vultosas na safra, como seria de esperar, são efetuadas em qualquer dia da semana; entretanto, é nos sábados, quando funciona o mercado, que elas se tornam mais freqüentes. Então, sitiantes do vale do Chapéu oferecem arrôbas de cebolas, pequenos proprietários do Turvo procuram compradores para suas caixas de tomate, criadores de várias partes do município aparecem com seus "canudos" de queijo, enquanto outros negociam com rapadura, fumo ou farinha de mandioca. A mercadoria objeto de transação quase sempre é o resultado de uma produção modesta; negociantes da cidade ou das proximidades — subúrbios e Vargem dos Passarinhos — compram-na para revendê-la, às vêzes até em São Paulo. Ao mesmo tempo que vêm vender, os agricultores aproveitam para se abastecer do quanto necessitam. O mercado não tem muita importância nessas transações, pois quase sempre elas se fazem com negociantes cujo interêsse é de conhecimento geral.

O mercado de São Luís é pobre. Seu pequeno movimento não justifica o grande edifício quadrangular, com seus largos corredores periféricos cobertos, com seu correr lateral de compartimentos fechados, com seu amplo pátio central. Suas instalações são amplas demais, para seu modesto movimento. Algumas bancas de carne, um par de bancas de miudezas (armarinhos), duas ou três bancas de cereais, poucas frutas, abacaxi e um resto de jabuticaba; no pátio, alguma verdura e poucos legumes, em pequeninas bancas ou no chão; muito tomate e, num



Foto 52 — Aspecto parcial do Mercado de São Luís do Paraitinga. Observe-se o pequeno movimento (foto I. N. Takeda).

canto, cestaria. Nos compartimentos laterais um ou outro café. No conjunto, um movimento de pouco mais de uma centena de pessoas. Como parece distante o tempo em que o mercado apresentava grande variedade de produtos, com as frutas, farinha, cereais, rolos de fumo em corda, pilhas de rapaduras, dezenas de bancas de toucinho e mais artefatos de madeira, cestaria de bambu, cerâmica, produtos da indústria caseira regional.

O comércio dilui-se um pouco por toda a cidade. Pode-se, entretanto, distinguir algumas ruas com maior número de estabelecimentos. A pequena rua 31 de Março, a parte mais baixa da rua Monsenhor Inácio Gioia, os dois primeiros quarteirões das ruas Coronel Manuel Bento e Domingos de Castro, são as de maior movimento. Aí se encontram as principais lojas, o maior número de empórios, as padarias, farmácias, bares, etc. Também aí, na rua 31 de Março, encontramos o único cinema da cidade. A planta funcional que acompanha estas considerações pode nos ilustrar melhor a respeito.

A função industrial de São Luís é medíocre. Ela existe apenas devido à presença de algumas oficinas, tais como ferreiro, seleiro, carpinteiro, etc. De resto, vale mencionar o estabelecimento da Vigor, máquinas de beneficiar arroz e milho, e mais uma pequena oficina de móveis. Como é lógico, as oficinas e pequenas indústrias encontram-se disseminadas pela cidade, predominando nas zonas onde o comércio é mais intenso.

A função político-administrativa merece referência, sendo a cidade sede de município e de comarca. Pelo decreto-lei n.º 14 334, de 30 de novembro de 1944, o município de São Luís compreendia, além do distrito da sede, os de Catuçaba e Lagoinha. Recentemente Lagoinha

adquiriu sua autonomia, desmembrando-se de São Luís. A comarca compreende um único termo judiciário, abrangendo São Luís e Natividade da Serra. Os edifícios públicos de São Luís também aparecem um tanto disseminados pela cidade; entretanto, existe um esboço de concentração no largo da Matriz, onde encontramos a Prefeitura, Correios e Telégrafos, Coletoria Estadual, dois cartórios, Registro Civil. Aí fica, também, o único banco da cidade, o Banco do Vale do Paraíba.

Com um único Grupo Escolar, e ausência de sociedades culturais — as duas existentes são esportivo-recreativas — sem jornais, São Luís possui função cultural sem nenhum realce.

De modo geral, pelo que é possível observar através da planta funcional, São Luís aparece-nos ainda como núcleo pequeno, onde as diferentes atividades se distribuem pela cidade mesclando-se com as residências; estas podem ser encontradas mesmo na principal praça e nas ruas mais comerciais. Não é possível uma distinção de zonas, a não ser a central — parte plana — de funções múltiplas e a periférica — particularmente nos flancos do morro do Cruzeiro — exclusivamente residencial. No conjunto, um centro urbano que vive em função da área rural circunvizinha.

D — *As comunicações*

Em virtude de sua situação geográfica, e principalmente das condições do relevo da região, São Luís sempre contou com alguma dificuldade para se comunicar com outras áreas e outros centros. Mesmo as ligações entre o núcleo e sua zona rural foram sempre um pouco difíceis.

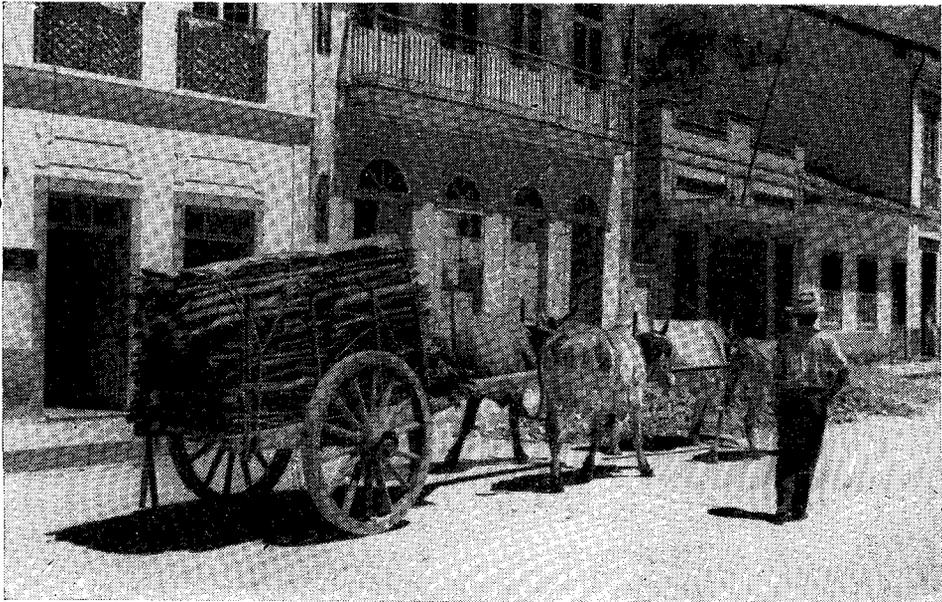


Foto 53 — O carro de boi é um dos meios mais vulgares de transporte utilizados em São Luís e arredores. Casas como a que vemos na fotografia são muito comuns na cidade (foto I. N. Takeda).

De modo geral, os caminhos abertos na região aproveitaram-se dos fundos de vales, evitando, sempre que possível, os topos de colinas e morros, só ultrapassados quando da ligação entre dois vales, nos divisores de água. Como é lógico, são caminhos sinuosos, traçados irregulares, adaptando-se à rede de drenagem regional. Uma carta dos principais caminhos, como a que temos, nos esclarece a respeito. Verifique-se como a maioria deles acompanha os vales do Paraitinga, Chapéu, Turvo, Turvinho, Almas e outros.

A maioria dos caminhos tinha como objetivo unir São Luís a bairros rurais e localidades vizinhas; alguns, entretanto, tornaram-se principais eixos nas comunicações regionais: foi o caso dos caminhos de Taubaté a São Luís e Ubatuba, e de São Luís para Cunha de um lado, e para Redenção da Serra e Natividade da Serra de outro.

De Taubaté para São Luís o caminho acompanhou o ribeirão do Itaim, em seguida o vale do Una, ambos da vertente do Paraíba, passando, depois, para o vale do Turvinho, já na vertente do Paraitinga. Em direção a Ubatuba o caminho aproveitou-se de parte do vale do Paraitinga, a jusante de São Luís, e do vale do Chapéu.

O vale do Paraitinga norteou os caminhos para Cunha e Natividade da Serra.

De modo geral, os dois eixos, que se cruzaram em São Luís, orientaram-se respectivamente nos sentidos noroeste-sudeste e nordeste-sudoeste. O primeiro, indubitavelmente, passou a ter importância bem maior, dado o seu papel de elo entre um dos principais centros do vale do Paraíba, Taubaté, e um dos portos que, até meados do século passado destacou-se no conjunto do litoral paulista, Ubatuba.

O período em que êsses caminhos se tornaram mais movimentados coincidiu, também aqui, com a fase cafeicultora de São Luís, embora, conforme já lembramos, desde muito cedo tenha sido utilizada a comunicação com Ubatuba. É no século passado, portanto, que de Taubaté para Ubatuba, por São Luís, ou desta cidade para Cunha ou Natividade da Serra, transitam numerosas tropas, sempre com abundante mercadoria. Houve um decréscimo nesse movimento no decorrer da segunda metade do século passado. O Rio de Janeiro foi ligado a São Paulo pela E.F. Central do Brasil, enquanto que a São Paulo Railway uniu São Paulo ao pôrto de Santos. Tais fatos trouxeram decorrências muito conhecidas: o vale do Paraíba passou a integrar, em sua quase totalidade, as hinterlândias de Santos ou do Rio; o pôrto de Santos desenvolveu-se, ao mesmo tempo que decaíam os portos do litoral norte do estado, Ubatuba entre êles. São Luís, conseqüentemente, perdeu muito do seu papel de ponto de passagem entre parte do vale do Paraíba e o litoral. É verdade que não é possível atribuir a decadência de Ubatuba, como a de São Luís, apenas a êsses fatos. Ela é, também, em grande parte, conseqüência do apagar-se do esplendor econômico da região de São Luís e, de modo geral, conseqüência da decadência da lavoura cafeeira em todo o médio vale do Paraíba. Aliás, tais fatôres repercutiram

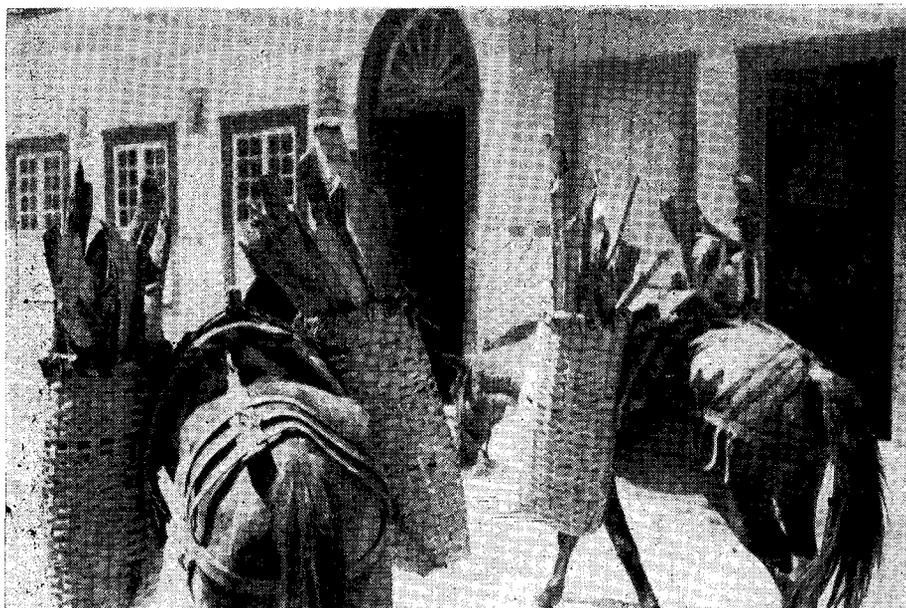
diferentemente em Ubatuba e São Luís; Ubatuba, pôrto de mar, cuja vida dependia de sua hinterlândia no vale do Paraíba, decaiu mais cedo, em função das capturas econômicas efetuadas em seu prejuízo pela ferrovia; São Luís, dependendo mais de fatores de ordem regional, ou seja, da economia regional, somente decaiu a partir do início do século atual, porque seu arredores foram relativamente ricos até essa época. Por isso mesmo, porque ainda existia na região uma riqueza não desprezível, e para fazer com que Ubatuba ainda pudesse escoar a produção de boa parte do médio vale do Paraíba, tentou-se, no último quartel do século passado, construir uma ferrovia entre aquêlo pôrto e Taubaté.

Com concessão cedida pelo prazo máximo de 30 anos, e garantia de juros de 6%, concedida em 24 de novembro de 1888, e confirmada em 5 de janeiro de 1889, foram iniciados os trabalhos, chegando-se, em 1892, a 61,5 quilômetros de leito preparado e 45 quilômetros em preparo, além de duas estações construídas. Entretanto, em 2 de junho de 1894 o privilégio da Companhia que empreendera a construção da ferrovia foi declarado caduco e os trabalhos foram inteiramente abandonados. Dessa tentativa, infelizmente malograda, hoje ainda restam alguns cortes e aterros, e os topônimos estação de Boracéia, estação de Registro e estação de Pedra Negra, todos no município de Taubaté¹¹⁷.

Fruto da ação conjugada do declínio econômico regional e da completa decadência de Ubatuba como pôrto de mar, as estradas da região de São Luís passaram a ter, nas primeiras décadas deste século, movimento sempre menor. Em certos casos algumas estradas foram totalmente abandonadas ou então continuaram a ser utilizadas em um ou outro trecho. A antiga estrada para Cunha, ou a que se dirigia çara Natividade da Serra por Santa Cruz do Rio Abaixo, hoje estão parcialmente inutilizadas. Há casos, entretanto, em que o abandono de uma antiga estrada, ou de trechos seus, decorreu da abertura, relativamente recente, de estradas de rodagem mais bem aparelhadas para o tráfego de veículos motorizados. Um exemplo é a estrada para Redenção da Serra, que atingia essa localidade pelo vale do ribeirão do Afonso, entroncando-se com a estrada São Luís-Taubaté no bairro dos Fabianos; hoje ela é pouco transitada, em virtude da abertura de uma estrada de rodagem que se entronca na São Luís-Taubaté próximo à estação de Registro.

As estradas de rodagem, como as suas antecessoras, de tropas, tiveram como principal objetivo atravessar a região para atingir o litoral em Ubatuba. De fato, a principal estrada de rodagem atual é a que une Taubaté a Ubatuba, passando por São Luís nas condições atuais. Data da década de 30, tendo sido, logo, aproveitada por ônibus de carreira de Taubaté para São Luís e Ubatuba. Seu movimento, como o da estrada de rodagem entre São José dos Campos e Caraguatatuba, tem aumentado bastante principalmente depois de 1940; deve-se tal fato

¹¹⁷ A êsse propósito leia-se: SCHMIDT, Carlos Borges — "A projetada ferrovia entre o vale do Paraíba e o mar" — in *Revista de História*, ano IV, n.º 13, janeiro-março de 1953, São Paulo; ALMEIDA, A. Paulino de — "O Litoral Norte" — in *Revista do Arquivo Municipal*, ano XLII, volume CXII, janeiro-fevereiro 1947, São Paulo; PINTO, Adolfo A. — *História da Viação Pública de São Paulo (Brasil)* — São Paulo, 1903; GUIBARD FILHO, Félix — *Obra citada*.



Fotos 54 e 55 — Os cargueiros têm utilidade para tudo: transportam farinha e lenha, leite e rapadura, cebola e milho; com os inconfundíveis jacás podem ser vistos, tanto na cidade quanto em qualquer estrada ou caminho da região (fotos P. Petrone e I. N. Takeda).

à “descoberta” das praias de Ubatuba como excelentes locais de veraneio. Entretanto, o benefício que disso adveio para São Luís é irrisório. A não ser as breves paradas de veranistas em trânsito, que aumentaram um pouco os negócios em um ou outro bar. A êsse respeito o Hotel São José, o único da cidade, nos fornece dados interessantes: seu movimento, muito pequeno, baseia-se no alojamento de funcionários públicos; o diretor do grupo escolar, uma professora, o juiz de direito, escrivão de polícia, o agente de estatística, e até o prefeito. Quase sempre é gente

que mora fora de São Luís e que apenas se preocupa com a próxima remoção. Quando redigíamos êste trabalho o prefeito era fazendeiro e por isso possuía alojamento no hotel. O movimento para Ubatuba é pequeno; raríssimos pousos, mais freqüentes as refeições de passagem. Vê-se, por aí, que São Luís praticamente não auferia vantagens do movimento para Ubatuba, a não ser a de se tornar mais conhecida. Aliás, a tendência é de diminuir até mesmo o número de pessoas em trânsito para Ubatuba, em virtude da abertura, entre essa cidade e Caraguatatuba, de uma estrada que permite viagens mais rápidas para São Paulo por Paraibuna e São José dos Campos. De qualquer forma, a estrada Taubaté-Ubatuba é a mais importante e a mais trafegada, quer em virtude da presença dos ônibus que duas vezes por dia unem as referidas cidades, quer devido aos caminhões de leite, quer por causa dos numerosos bairros e fazendas que atravessa.

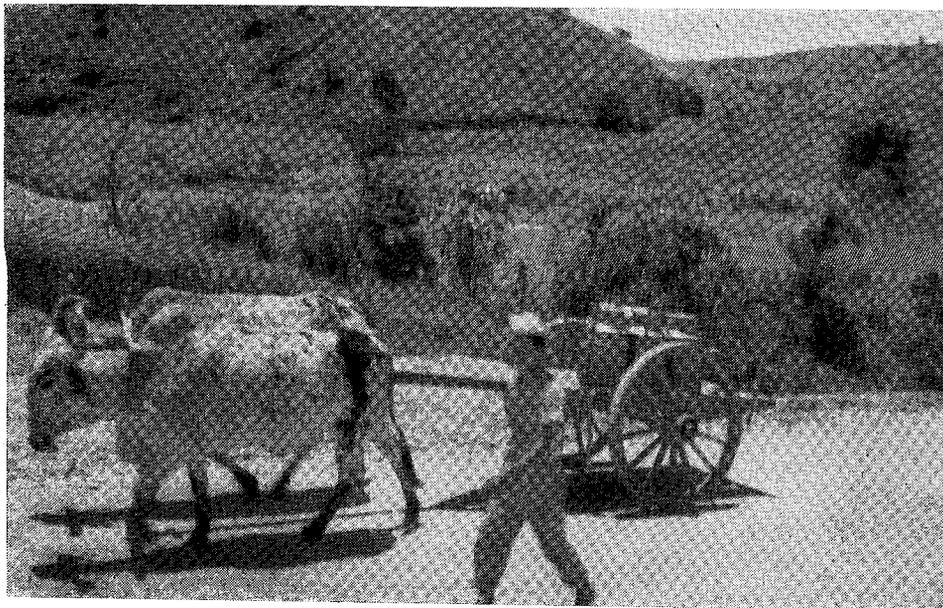
As demais estradas da região são ruins. Estreitas, tortuosas, esburacadas e poeirentas no inverno, encharcadas no verão, comunicam São Luís principalmente com os bairros rurais. Estradas vicinais, freqüentemente interrompidas por porteiras, algumas mal permitem a passagem de caminhões, sendo mais utilizadas por carros de boi, pequeninas tropas e principalmente por cargueiros isolados. A êsse propósito convém citar o exemplo da estrada do importante bairro dos Alvarengas que, ainda hoje, por ser péssima, não foi aproveitada por nenhuma companhia para recolher leite.

Verifica-se assim que, em uma área como a de São Luís, que está conhecendo um modesto, mas promissor ressurgimento econômico, a melhoria de seu sistema de comunicações deve ser objeto da mais urgente consideração por parte dos poderes públicos.

VIII — CONCLUSÃO

Situada em uma das chamadas “zonas velhas” do estado de São Paulo, justamente em uma das mais características, a região de São Luís do Paraitinga é bem um exemplo representativo das vicissitudes sofridas por essas áreas, quer sob o aspecto econômico, quer sob o aspecto social, decorrente do primeiro. São Luís do Paraitinga conheceu período e esplêndida euforia econômica, baseado particularmente nos resultados obtidos com a cultura do cafeeiro. A êle sucedeu, entretanto, uma fase de completa decadência, sòmente hoje em vias de modificar-se, graças ao estímulo da criação de gado leiteiro.

Tendo em vista as diferentes fases por que passou, a região de São Luís do Paraitinga caracterizou-se, em quase todo o seu passado, por uma grande “instabilidade paisagística”. A relativa antiguidade da ocupação da região ainda não permitiu que nela se organizassem quadros paisagísticos estáveis; todavia, os traços mais ou menos marcantes deixados por cada uma das fases por que passou, às vezes superpostos, outras vezes contíguos, esboçam uma definição de quadros indiscuti-



Fotos 56 e 57 — Dois flagrantes comuns nos arredores de São Luís do Paraitinga: em cima, pequeno carro de boi com latões leite; em baixo, um cargueiro com os pitorescos “canudos” de queijo (foto I. N. Takeda).

velmente mais estáveis daqueles que caracterizam as zonas mais novas do estado de São Paulo.

A instabilidade que caracterizou as paisagens luisenses durante todo o passado da região deve ser relacionada com a ausência, nessa como na maior parte do Brasil, de um “camponês tradicional”. A êsse respeito JOÃO DIAS DA SILVEIRA, que teve a gentileza de ler e criticar o presente trabalho, teceu algumas considerações que, com sua permissão,

reproduzimos aqui. “O problema da ocupação rural no Brasil é capítulo que pede muita investigação. A falta de estabilidade nos modos de vida (alterações na composição da população, introdução e desaparecimento de formas de atividades e de produtos, etc.), a instabilidade na população (bem clara na precariedade de suas casas), as constantes alterações na propriedade (fragmentação proveniente de inventários, de crises econômicas — retalhamento de latifúndios), alterações nas condições de trabalho, são fenômenos que não deixam a paisagem alcançar equilíbrio duradouro. O que se forma é apenas um equilíbrio instável, que se desfaz a cada momento. Isso mais se acentua e melhor se compreende considerando a ausência de uma sociedade camponesa tradicional. Raramente as gerações se sucedem na atividade e mesmo na propriedade. Chamamos a atenção para essa contínua agitação do nosso meio rural, pois, cremos, isso torna muito precário o uso entre nós, de técnicas e conceitos obtidos em outras regiões, particularmente na Europa, onde a cristalização dos quadros humanos oferece outras condições para trabalho do pesquisador. Nas áreas cristalinas do estado de São Paulo, que conhecemos, a superposição de paisagens culturais obriga um esforço maior no sentido da interpretação da evolução da ocupação. Em geral o ciclo da paisagem humana não é simples e como consequência as paisagens complexas — *sequent occupance* — oferecem elementos antagônicos associados”. Julgamos que as idéias acima referidas, embora de caráter geral, espelham perfeitamente algumas das conclusões a que somos levados quando pesquisamos áreas como a de São Luís do Paraitinga.

Considerada em função da permanência, as diferentes formas de ocupação do solo que se sucederam na área de São Luís do Paraitinga caracterizaram-se, justamente, pela sua “precariedade”; as condições do quadro natural, aliadas às técnicas de que o homem pode dispor nos auxiliam a compreender tal fato. O passado econômico da região mostra-nos, da mesma forma que em muitas outras partes do Brasil, como a “utilização do solo em bases predatórias” resulta em gravíssimas consequências; as gerações atuais sofrem os efeitos dos erros, voluntários ou não, cometidos pelas gerações que as antecederam. Nessa observação não vai uma crítica aos que, no século passado, foram responsáveis pela ocupação do solo na área de São Luís do Paraitinga. É evidente que essa forma foi uma decorrência da conjuntura econômica da época, aliada a um conjunto de condições técnicas que forçosamente teriam que levar aos resultados conhecidos. Convém acentuar, todavia, que os fatos do passado não têm sido suficientemente compreendidos e aproveitados de modo a não mais se incidir nas mesmas falhas. Uma rápida visão da forma de utilização do espaço rural da região comprova a afirmação.

A criação de gado, atividade hoje predominante, está sendo efetuada em bases tão erradas como o foi a cultura do cafeeiro. Em consequência, generalizou-se a idéia de que a criação é um símbolo da decadência.

regional porque, embora suas falhas não sejam superiores às da cultura do cafeeiro, não condiciona, como êsse produto, a mesma produção de riquezas.

Por quanto pudemos observar, a criação de gado trouxe à região de São Luís do Paraitinga novas possibilidades para tirá-la do letargo econômico em que vivia. Julgamos que essa atividade não deve pura e simplesmente ser considerada como elemento de decadência, mas sim como uma “nova forma de utilização do solo” e que, racionalmente dirigida, poderá dar frutos pelo menos tão compensadores quanto o cafeeiro, e mais estáveis.

Não julgamos de todo perdidas as possibilidades agrícolas regionais. Uma “agricultura comercial”, baseada na policultura e em função dos mercados consumidores urbanos, particularmente São Paulo, aí poderá desenvolver-se. A penetração, ainda no início, de culturas como a do tomate e a da cebola constituem elementos comprobatórios dessas possibilidades. Nada poderá dar resultados positivos sem que antes, entretanto, seja melhorado o sistema viário da região.

No trabalho que ora concluímos tivemos oportunidade de tecer algumas considerações sobre os meios de comunicação e transporte da região. Na prática, trata-se de um sistema de caminhos que foi organizado para atender às solicitações do transporte por intermédio das tropas, ou seja, o meio de transporte utilizado no período de maior esplendor da cultura do cafeeiro. Quando os meios de transportes motorizados começaram a ser utilizados no interior do estado de São Paulo, a área de São Luís do Paraitinga já era uma das porções decadentes do estado; em virtude dêsse fato não se beneficiou logo dêsse novo meio. De um lado, a estrutura econômica regional não justificava a introdução do caminhão; de outro lado, essa mesma estrutura não permitiu que se remodelassem os caminhos, transformando-os ou simplesmente adaptando-os para o transporte motorizado. As tropas permaneceram e em parte mínima subsistem ainda hoje. Os caminhões aproveitam, quando o permite a perícia de seus condutores, as péssimas estradas regionais.

Em qualquer caso, quer no da criação, quer no da agricultura, absolutamente nada poderá ser feito, sem uma orientação técnica que parta da administração pública. Em São Luís do Paraitinga, da mesma forma como em outras áreas velhas do estado, o problema principal é o de transformar um grupo prêsso a tradições e hábitos profundamente arraigados; é o de transformar o caboclo, com sua lavoura de subsistência, sua rocinha, em agricultor que produza para vender, que abandone os métodos empíricos e rotineiros e aceite métodos novos e mais adequados, elevando assim seu padrão de vida. Mais do que isso, o problema é antes de mais nada o de transformar tôda uma situação cultural, sem o que não será possível solucionar as questões especificamente relacionadas com as formas de aproveitamento do espaço agrícola. É sempre necessário, entretanto, lembrar que não é possível mudar em um ano

uma situação que se estabeleceu em séculos. Evidentemente é um trabalho lento, porém sempre será menos lento e menos prejudicial ao lavrador do que o decorrente de uma evolução natural, que se processe à custa da perpetuação da quase miserabilidade em que vive.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — AGUIAR, Mário — “São Luís do Paraitinga (Usos e costumes)” — in *Revista do Arquivo Municipal*, ano XV, vol. CXXI, janeiro 1949, São Paulo.
- 2 — ALMEIDA, A. Paulino de — “O Litoral Norte” — in *Revista do Arquivo Municipal*, ano XIII, vol. CXII, janeiro-fevereiro 1947, São Paulo.
- 3 — ALMEIDA, Fernando F.M. de — “A propósito dos “Relevos policíclicos na tectônica do Escudo Brasileiro” — in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 9, São Paulo, outubro de 1951.
- 4 — AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de — *Apointamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo* — seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876, tomo II, Biblioteca Histórica Paulista, Livraria Martins Editora S/A, São Paulo, 1952.
- 5 — CAMARGO, José Francisco de — “Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos — (Ensaio sobre as relações entre a Demografia e a Economia) — 3 volumes, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, *Boletim* n.º 153, Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, São Paulo 1952.
- 6 — CASAL, Aires de — *Corografia Brasílica* — Fac-símile da edição de 1817 — introdução de CAIO PRADO JÚNIOR, tomo I, Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1945.
- 7 — EGAS, Eugênio — *Os Municípios Paulistas* — São Paulo, 1925.
- 8 — FREITAS, Afonso A. de — *Geografia do Estado de São Paulo* — Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1906.
- 9 — FREITAS, Rui Osório de — “Relevos policíclicos na tectônica do Escudo Brasileiro” — in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 7, São Paulo, março de 1951.
- 10 — GUIARD FLHO, Félix — *Ubatuba* — Acheegas à história do litoral paulista — Vol. I, São Paulo, 1940.
- 11 — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — *Sinopse estatística do município de São Luís do Paraitinga* — Estado de São Paulo. Subsídios para o estudo da evolução política. Alguns resultados estatísticos, 1945. Principais resultados censitários, Rio de Janeiro, 1948.
- 12 — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — *VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950* — Volume XXV, tomo I, Estado de São Paulo, Censo Demográfico, Rio de Janeiro, 1954.
- 13 — LOBATO, Monteiro — *Cidades Mortas* — Obras completas, 1.ª série, vol. 2, Editora Brasiliense Limitada, São Paulo, 1946.
- 14 — MARTONNE, Emmanuel de — “Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico” — in *Revista Brasileira de Geografia*, ano V, outubro-dezembro de 1943, n.º 4; e ano VI, abril-junho de 1944, n.º 2, Rio de Janeiro.
- 15 — MILLIET, Sérgio — *Roteiro do café e outros ensaios* — Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil, 3.ª edição, Coleção Departamento de Cultura, vol. XXV, São Paulo, 1941.
- 16 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Diretoria Geral de Estatística — *Anuário Estatístico do Brasil* — Ano I, (1908-1912), vol. I, Território e População; volume II, Economia e Finanças, Rio de Janeiro, 1916 e 1917.
- 17 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Diretoria Geral de Estatística — *Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920* — Volume IV, 1.ª parte, População do Brasil por Estados, Municípios e Distritos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Rio de Janeiro, 1926.
- 18 — MÜLLER, Marechal D.P. — *Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo* — ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836

- e 10 de março de 1837, São Paulo, 1838; reedição literal, secção de obras do *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1923.
- 19 — *O Luisense* — jornal hebdomadário, São Luís do Paraitinga, 1916, 1917, 1918, 1922.
- 20 — *O Porvir* — jornal hebdomadário, São Luís do Paraitinga, 1916.
- 21 — PACHECO E CHAVES, Elias Antônio, NOGUEIRA JAGUARIBE FILHO, José, CARVALHO, Joaquim José Vieira de, PINTO, Adolfo Augusto, MARQUES, Abílio Aurélio da Silva — *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Provincia de São Paulo* pela Comissão Central de Estatística, Tip. King, São Paulo, 1888.
- 22 — PINTO, Adolfo Augusto — *História da Viação Pública de São Paulo, (Brasil)* — São Paulo, 1903.
- 23 — PIZA, Marcelo — *Os Municípios do Estado de São Paulo* — Informações interessantes — Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Serviço de Publicações, São Paulo, 1924.
- 24 — PISANI, Salvatore — *Lo Stato di San Paolo nel Cinquantenario dell'Immigrazione* — San Paolo, 1937.
- 25 — QUEIRÓS TELES, J. e TESTA, J. — *Lavoura de São Paulo* — Municípios do Estado, Impressora Paulista Ltda., São Paulo, s.d.
- 26 — SCHMIDT, Carlos Borges — *Aspectos da vida agrícola no vale do Paraitinga* — separata da *Revista de Sociologia*, vol. V, n.º 1, março de 1943, Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1943.
- 27 — SCHMIDT, Carlos Borges — “Paisagens Rurais; o Paraíba e o Paraitinga, a Paranapiacaba e o Ribeira de Iguape” — do *Boletim de Agricultura*, número único, 1942, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1944.
- 28 — SCHMIDT, Carlos Borges — *O Meio Rural* — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1946.
- 29 — SCHMIDT, Carlos Borges — “A vida rural no Brasil — A área do Paraitinga, uma amostra representativa” — do *Boletim de Agricultura*, número único, 1949, Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1951.
- 30 — SCHMIDT, Carlos Borges — “A projetada ferrovia entre o vale do Paraíba e o mar” — in *Revista de História*, ano IV, n.º 13, janeiro-março de 1953, São Paulo.
- 31 — SEIXAS QUEIRÓS, Vitorino e ARANTES JÚNIOR, Lourenço — *Os Municípios do Estado de São Paulo* — Informações interessantes — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1933.
- 32 — SETZER, José — *Contribuição para o estudo do clima do estado de São Paulo* — Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1946.
- 33 — SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS DE CAFÉ — Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Brasil — *Anuário Estatístico* — Anos de 1946, 1947, 1948.
- 34 — WALLE, Paul — *Au pays de l'or rouge — L'État de São Paulo (Brésil) — Ses ressources, ses progrès, son avenir — Étude générale économique et descriptive* — Paris, 1921.

SUMMARY

In the 1st Chapter the author presents *São Luís region* in a crystalline structure zone with an abrupt relief where can be distinguished three kinds of relief: the bottom of the valley with flat surfaces; the hills with abrupt slopes; the elevated areas with the highest altitudes toward Serra do Mar scarp. To this area drained by Paraitinga and Paraíbauna belongs to the part of “paulista” territory, called “zona do alto Paraíba” which take part the Brazilian Atlantic tropical hills, mountains and scarps.

In the second the author deals with *settlement* and *landscape evolution*, he shows that natural conditions not always good to settlement, marginal situation joined to natural communications, the seacost isolation and the unknow of mineral resources or some other possibilities for habitual cultivation did not allow the men to settle in this region in XVI and XVII centuries. He studies the problem of “Sesmaria” and the discovery and exploration of mineral deposits in Minas Gerais. He states was already partially settled since the first part of XVIII century, he tells this first fase was characterized by land property through a subsistence polcultivation. From the beginning of the fourth decennium of the XIX century a new period of economic evolution in this region has started — the cotton and coffee cultivation, chiefly the latter changed the landscape aspect radically. The author goes on showing that with the

decadence of coffee cultivation this region had a transition period (policultivation with activities agricultural industrial limited) till arriving to nowadays period, dominated by cattle.

In the III chapter, the *population* is studied and through collected data we can state that the municipality (village) has a low populational density and more than 85% lived in rural zone. Although the irregularity of its distribution of population is spread along the valleys, with concentration around urban nucleus. About this population whose progress is a consequence of economical fuses which characterized the region, the author presents some interesting characteristics to be considered such as: a low numerical superiority on the masculine sex; a certain ethnical homogeneity with predominance of white and national elements in its totality; the same situation on religion; at last, a low level of knowledge and a high level of illiteracy.

He states in the IV Chapter the most part of population in applied on *rural activities*, chiefly cattle, with commercial aim while agriculture has much more regional significance.

He says that *cattle* is the most importante economical activity and presently it is very impressive on landscape aspect, so that *miner cattleman penetration* is considered a special chapter in São Luís development. Searching its characteristics there, the author shows its extensive character where predominate pasture (of capim gordura); cattle are not very big and proprieties have deficient installations.

He explains that even though little *milk-food industries* on purpose to get milk, cheese and butter had appeared since the beginning of the taking up of regional hills; the *commercial milk system* improved as a result of its organized company which appeared as consequence of the opening and improvement of the roads; the big companies absorbed the modest ones, managing them like a real monopoly.

Nevertheless the always growing cattle importance of the region continues having its chiefly activities tied up to *agriculture* and it is possible to notice a certain directness on pasture and cultivation distribution. Presented data give an idea as village has lost the importance, it had at first, although cereals, continues having great significance in agriculture production chiefly bean and corn followed by rize. He makes mention of manioc and sugar-cane that feed usual industry, tabaco cultivation and about new products as tomatoes, onions and arabian potatoes. He says that fruit cultivation is now in decadency, but in the past, it had great economical importance in the municipality; nowadays only banana and orange have some significance. He shows that the abrupt relief was always the great problem to agricultural mecanization and because of this the whole region had agricultural technic very obsolete.

In the V Chapter when he looks over the *work systems* he makes clear that the most part of the properties has a chief the owner and the properties has an administer are very few; it is common in the region the renter; the used paid people are those known as "retireiros" and "camaradas". There is no problem with workingman (it is cheap and abundant), this is explained by excedent action, resulted from introduction and improvement of milk cattle that have made desappear the traditional system of working. This joined to life standard of rural workman which allows the subexistence in a few days working.

Studying in the VI Chapter the rural properties he joints out the big ones as real exception in the municipality; he says that there is no doubt about the fragmentation of land and this area is one of small properties even though "manufundus". Although not yet very clear it is occurring the phenomenon of properties concentration and everything take us to believe that cattle are the responsible for this, however without allowing the rising of big farming. He notices the distribution of different classes of properties are not homogenous; on the plain field predominate the small properties, chiefly with subsistence agricultural; in small and middle properties cattle are kept although with real agricultural islands; the biggest ones are kept in abrupt areas and they are chiefly occupied by cattle.

He goes on, showing that the most valuable regions are in the neighbourhood of São Luís, not by the town influence, but by the road presence where predominate the big and middle properties, the low prices appear in abrupt areas, with some bigproperties, where not always the soil is completely used. He explains that the *prices evolution* there have accompanied the economical vicissitude, although it seems to indicate that the money depreciation and immovable speculation will be the greatest responsible by the phenomenon.

When he refers about *properties type*, he says that generally we can find there great types in the region cattle properties, agricultural and mixed, although it will be possible to distinguish little differences amongst them. Cattle properties seem to predominate, and it is the most common type showed by middle or big properties with considerable pasture regions and small subsistence village; same of them have commercial.

Agricultural properties are less numerous and not so big as the cattle one, however they occupy the most part of the workingman (the most common is policulture) and they appear in the bottom of the valleys. The big agriculture properties are not frequent. The *mixed properties*, where agriculture and cattle appear with almost the same importance are not very common.

The *rural habitation* frequently reflects social and economical conditions and also the level life of the inhabitants and various aspects the "cabocla" culture that belong most of them. It is very difficult to distinguish the farmer house from the renter one, although this difference it had been noticed in the past. The policultivation of subsistence finished by levelling the differences that resulted from commercial monocultivation of coffee when the farmer house had much more significance than the poor house of the "camaradas meeiros" and small farmers.

The houses are far from each other appear isolated in the valleys; this position is explained by the irregular size and configuration of the properties. He notices that although domain the *disposition of the habitat* in the region we can find rural concentration of inhabitants; there are always some important groups whose people have a certain relationship in order to reduce the isolation.

The author studies carefully in the VII Chapter, the town of *São Luís* (situation and structure, origin and evolution, urban functions and communications) after representing a serie of things such as: it belongs to a town group: that has helped as links among various old coast ports in North of Santos and urban centers in the Paraíba valley; it had prosperity periods (it was the center of an that knows economical prosperity and was a resting place in the way used to flow the production of the same valley); it knew the decadence phase, coming from the almost coffee cultivation absence and the decadence of named ports as consequence of "Estrada de Ferro Central do Brasil and São Paulo Railway construction".

— It became a cattle region and with milk production and commerce has given to it a certain improvement, and so on.

As *conclusion* the author says that São Luís do Paraitinga region is an example of the vicissitudes suffered by these areas, called "old zones" of São Paulo either under economical aspect or under social aspect. Looking at the different phases that characterized this region by a great *landscape instability* in almost all its past, that must be connected with a *traditional country-man* absence. The different kinds of soil occupation that followed in this area were marked by its *deficiency*; the natural conditions joined to the technique that the man used had some significance.

He tells that cattle brought to the region a new possibility of development; he thinks also that this activity does not be considered as a decadent element, but as a *new kind of soil utilization* that can give compensating fruits.

He does not consider completely lost the regional agricultural activities; he believe that a *commercial agriculture* based upon policulture can be developed. He states, however, that nothing can give positive results without having a improvement in the way system of the region.

Anything can be done either in cattle or in agriculture without a technical orientatio coming from public administration. The principal problem is to change the local narrow-minded farmer tied up to a subsistence tillage in a farmer that produce to sell accepting a new and a more adequate method, growing thus its life pattern. He notices that the greatest problem is to change all cultural situation in order do solve the questions connected with advantageous kind of agricultural spaces.

RÉSUMÉ

Au premier chapitre, l'auteur décrit la *région de São Luis de Paraitinga* dont la structure est cristalline et le relief accidenté. On y distingue trois groupes de formes: les superficies planes du fond des vallées; les collines aux versants abrupts; la zone montagneuse dont les plus fortes altitudes se trouvent dans la direction de l'escarpe de la "Serra, do Mar". Cette région, drainée par le "Paraitinga" et le "Paraibuna", appartient à la fraction de l'état de São Paulo appelée "Zone du Haut Paraíba" et intègre l'ensemble des plateaux, des montagnes et des escarpes du Brésil Tropical Atlantique.

Au second chapitre — *Peuplement et Évolution du Paysage* — l'auteur nous montre comment les conditions naturelles, parfois défavorables, la localisation marginal par rapport à la voie naturelle, l'isolement par rapport au littoral, le manque de richesses minérales ou de bonnes conditions pour la culture des végétaux les plus en vogue, ont été responsables de la non fixation de l'homme dans la région au XVIIe et XVIIIe siècles. Après avoir analysé la division des terres en "sesmarias", la découverte et l'exploration des gisements de Minas Gerais, il déclare que la région se trouvait déjà partiellement peuplée à la première moitié du XVIIIe siècle, mais que son peuplement est devenu plus intense à la fin de ce siècle. Cette première phase est caractérisée par une polyculture de subsistance que peu à peu a pris possession de la région. Il rappelle encore qu'à partir de la quarantième année du XIXe siècle une nouvelle période de l'évolution économique de la région a été constatée — la culture du coton et du café — surtout de celui-ci, qui, en son passage par la région a modifié radicalement les aspects du paysage. Il nous montre, ensuite, qu'après le dépérissement de la culture du café, la région a connu une période de transition (polyculture avec des petites activités agro-industrielles), avant d'arriver à la phase actuelle, dominée par l'élevage.

Le troisième chapitre étudie la *Population*. À travers ses enquêtes, il conclut que la densité de la population, au municipe est faible, 85% vivant dans la zone rurale. La distribution est irrégulière, elle accompagne les vallées et se condense autour des noyaux urbains et ruraux. Les caractéristiques de cette population, dont les mouvements reflètent les phases économiques de la région, qui méritent d'être citées sont: modeste supériorité numérique du sexe masculin; certaine homogénéité ethnique avec prédominance de l'élément blanc et pratiquement national et de la religion catholique, enfin les bas niveau de l'instruction et un indice très marqué d'analphabétisme.

Au quatrième chapitre, il affirme que la plupart de la population exerce des *activités rurales*. Parmi celles-ci il fait ressortir l'élevage, dont l'objectif est surtout commercial, tandis que l'agriculture a une importance régionale.

L'élevage est l'activité la plus importante de l'économie et de celle qui, maintenant, caractérise surtout le paysage agricole du municipe. La *pénétration dans la région des "mineiros" dont l'activité est l'élevage*, constitue un chapitre spécial de l'évolution de São Luis de Paraitinga. On observe le caractère extensif de l'élevage, les paturages de "capim gordura", le petit cheptel et les installations pauvres.

À ce sujet l'auteur commente encore que, bien qu'il y est eu de petites entreprises de laiterie dès que les paturages se sont formés, c'est seulement avec les routes et l'installation de compagnies bien organisées qu'un *système commercial* de laiterie a pris corps. Les grandes compagnies ont absorbé les modestes initiatives locales en exerçant de véritables monopoles. Malgré la croissante importance de l'élevage, l'agriculture continue d'être l'activité principale. Il est facile de suivre la directrice de la distribution des paturages et des cultures.

Cependant le labourage n'a plus aujourd'hui le même rôle quoique les céréales occupent toujours le premier rang dans l'ensemble de la production agricole. Le manioc, la canne à sucre alimentent l'industrie rurale. Le tabac se joint aujourd'hui aux cultures traditionnelles ainsi que le tomate, l'oignon, la pomme de terre anglaise et les légumes. La fructiculture autrefois très importante est en décadence. Seuls, bananiers et orangers ont encore une certaine valeur. Les techniques agraires sont rudimentaires. Car le relief accidenté a toujours été un obstacle aux essais de mécanisation; dans les petites cultures de subsistance les procédés et les techniques désuets sont toujours en usage.

Au cinquième chapitre il étudie les *systèmes de travail*. Le propriétaire dirige la plupart du temps sa propriété. Le bail est commun dans la région; il y a encore des "retireiros" et les ouvriers agricoles appelés "camaradas". Il n'y a pas de problème de main d'oeuvre; l'introduction de l'élevage explique l'excédent de bras. Le niveau de vie du paysan est très bas.

Les *grandes propriétés rurales* sont des exceptions dans le municipe. C'est une région de petites propriétés, et même de "minifundium". L'élevage est cause de la concentration de petites propriétés. La distribution des différentes classes de propriétés n'est pas uniforme:

dans les vallées il y a prédominance de petites propriétés agricoles; où il y a les pâtures et l'agriculture les propriétés sont moyennes. Les grandes "fazendas" s'occupent la plupart de bétail.

Les terres de plus de valeur sont rencontrées aux environs de São Luís, non à cause de la proximité de la ville, mais par l'influence de la route. Dans les régions accidentées les prix sont plus bas. L'évolution des prix a suivi les vicissitudes économiques: dévaluation de la monnaie et spéculation immobilière.

Il y a des propriétés mixtes d'agriculture et d'élevage.

Habitation rurale: L'habitation reflète les conditions sociales et économiques. Il est difficile de distinguer, aujourd'hui la maison du propriétaire et celle du loueur du terrain tandis qu'aux temps de la monoculture commerciale du café les grandes maisons de propriétaires différaient nettement des habitations plus modestes des "sitiantes".

Il y a une dispersion de l'habitat, mais aussi de noyaux de concentration qui permettent des rapports plus fréquents.

Au septième chapitre, l'auteur s'occupe de la ville de São Luís de Paraitinga. Site, structure, origine, évolution, fonctions urbaines et communications. São Luís appartient à un ensemble de villes servant de lien entre les ports du littoral, au nord de Santos, et les centres urbains au nord du Paraíba.

Elle a eu des périodes de prospérité, étant le centre d'une région économiquement forte et point d'arrêt obligatoire pour l'écoulement des marchandises.

La décadence est survenue après la disparition presque totale de la culture du café et la construction de l'Estrada de Ferro Central do Brasil et de la "São Paulo Railway".

La laiterie prête à présent de l'activité à la région et à la ville.

La région de São Luís illustre les transformations économiques et sociales subies par la "Zona Velha" de São Paulo. Dans les différentes phases de son évolution, la région s'est caractérisée par une grande instabilité du paysage, due à l'absence d'une mentalité paysanne authentique.

L'élevage a apporté des possibilités de faire revivre la région. Cette activité est une forme nouvelle de l'utilisation du sol, qui bien dirigé peut produire des résultats compensateurs.

Il y a encore des possibilités agricoles. Une agriculture commerciale basée sur la polyculture, en fonction des marchés de consommation. Mais les résultats positifs dépendent de bonnes voies de communication.

Soit en agriculture, soit en élevage, rien ne peut être fait sans une orientation technique de l'administration publique.

Le problème est surtout de transformer un groupe attaché à des traditions et habitudes surannées; de transformer le "caboclo" en agriculteur moderne. Il s'agit de modifier toute une situation culturelle.